

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Willians Alexandre Buesso da Silva

“SERVIÇO QUE NUNCA ACABA”:
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO
NA CIDADE DE MARÍLIA - SP

Marília/SP

2017

Willians Alexandre Buesso da Silva

**“SERVIÇO QUE NUNCA ACABA”:
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO
NA CIDADE DE MARÍLIA - SP**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira

Linha de pesquisa: Cultura, Identidade e Memória

Marília/SP

2017

Silva, Willians Alexandre Buessoda.
S586s “Serviço que nunca acaba”: trabalho doméstico remunerado na cidade de Marília - SP / Willians Alexandre Buesso da Silva. – Marília, 2017.
129 f. ; 30 cm.

Orientador: Paulo Eduardo Teixeira.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

Bibliografia: f. 126-129

1. Empregado doméstico diarista. 2. Relações raciais. 3. Relações de gênero. 4. Brasil - [Consolidação das leis do trabalho (1943)] I. Título.

CDD306.36

Willians Alexandre Buesso da Silva

**“SERVIÇO QUE NUNCA ACABA”:
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO
NA CIDADE DE MARÍLIA – SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista/UNESP – campus de Marília-SP, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Titular: Prof. Dr. Ana Silvia Volpi Scott
Núcleo de Estudos Populacionais (NEPO)
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Titular: Prof. Dr. Andreas Hofbauer
Departamento de Antropologia e Sociologia
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Suplente: Prof. Dr. Lídia Vianna Possas
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Suplente: Prof. Dr. José Pedro Toniosso
Departamento de Pedagogia
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAFIBE

Marília, 15 de Março de 2017

*A todas as trabalhadoras domésticas
que passaram por essa escrita.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que participaram direta ou indiretamente no processo de idealização, construção e conclusão deste trabalho. Em especial, a orientação de Paulo Teixeira, que desde a graduação teve a calma de ouvir questionamentos que já se manifestavam em minha cabeça sem ter perspectiva de um objeto de pesquisa claro e definido. Os votos são pela continuidade dessa paciência nas próximas etapas da pesquisa.

Agradeço à professora Tânia Brabo por acompanhar essa pesquisa desde a graduação com sua visão atenta sobre os direitos das mulheres, e à professora Lídia Possas pelos puxões de orelha e a necessidade de perceber gênero mesmo onde não se espera. A oportunidade de pesquisa com a bolsa da CAPES foi imprescindível para a possibilidade da pesquisa de campo e entrevistas ser realizadas.

Reconheço o valor e efeito que muitas conversas tiveram ao longo do curso preparatório para o vestibular, um lugar chamado *Aprove* fez parte de minha formação sem eu ter percebido à época. Agradeço a todos os amigos que ajudaram a vislumbrar a possibilidade de um dia cursar a universidade pública, assim como aqueles que participaram no fomento de um projeto chamado “Escravidão Contemporânea”, considero essa pesquisa como resultado das discussões ocorridas nesse período.

Minha família faz parte das reflexões aqui presentes, dona Elisabeti – minha mãe -, seu Aparecido – meu pai -, e minha irmã Bruna. A casa dos pais é o primeiro lugar de vivência das questões domésticas, sou grato pelas referências que tive.

Hoje, a responsabilidade com minha família é imagem dos costumes de casa, representa o desafio de se perceber como sujeito histórico, enquanto pai, marido, companheiro, e apto aos deslizes que a vida nos coloca para testar nossas hipóteses na prática. Portanto, agradeço imensamente minha esposa Carla Julião, e meu filho José Julião pela compreensão e expectativas sobre as etapas que esse período de Mestrado exigiu de nossas vidas. Em verdade, fazemos esse esforço para mudanças ocorrerem, as quais começam dentro de casa.

RESUMO

O seguinte trabalho procura contribuir sobre os estudos do trabalho doméstico no Brasil, em especial, sobre sua realidade na cidade de Marília (SP). Após 70 anos de invisibilidade perante a Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943, a promulgação da Emenda Constitucional 72ª/2013 traz benefícios e direitos conquistados para empregadas domésticas, ainda muitas reivindicações são feitas para a categoria profissional, a situação revela o valor que este trabalho possui no país, relacionado à renda e seu caráter simbólico/cultural. Entretanto, a lei abre espaço para discutir outras questões relacionadas ao trabalho doméstico remunerado e sua relação com o passado.

Como hipótese, levantamos o argumento de que sua construção social e cultural no passado escravista contribui para que estratificações sociais com base em quesitos como raça e classe, e principalmente gênero, possam esclarecer sobre marcadores sociais no presente. A pesquisa procurou analisar quais os benefícios e prejuízos deste argumento para entender o trabalho doméstico atualmente. Para tal feito, apresentamos os resultados do trabalho de campo realizado na cidade de Marília (SP), com empregadas e empregadores, assim como dados da bibliografia levantada da História e Antropologia. A intimidade com a família, o apego entre empregada e empregadores, a descaracterização da profissão enquanto trabalho e seu valor, são aspectos que os entrevistados apresentaram, como objetivos, procuramos identificar essa realidade do trabalho doméstico nos dias de hoje e sua relação com o passado.

PALAVRAS-CHAVE: empregadas domésticas; diaristas; relações raciais; relações de gênero.

ABSTRACT

The following paper seeks to contribute to the study of domestic work in Brazil, especially its reality in Marília city (SP). After 70 years of invisibility before the Consolidation of Labor Laws in 1943, the enactment of Constitutional Amendment 72/2013 brings benefits and rights won for domestic servants, many demands are still made for the professional category, the situation reveals the value this work has in the country, related to income and its symbolic/cultural character. However, the law opens up a space to discuss other issues as paid domestic work and its relation to the past.

Like a hypothesis, we raise the argument that its social and cultural construction in the slavery past contributes to the fact that social stratifications based on issues such as race and class, and especially gender, can clarify social markers in the present. The research sought to analyze the benefits and disadvantages of this argument to understand domestic work nowadays. For this purpose, we present the fieldwork results conducted in Marília city (SP), with employees and employers, as well as data from the bibliography raised from History and Anthropology. The intimacy with the family, the attachment between the employee and employers, the decharacterization of the profession as work and its value, are aspects that the interviewees presented, as objectives, we try to identify this reality of the domestic work in the present day and its relation with the past.

KEYWORDS: housecleaners; diarists; race relations; gender relations;

Sumário

Introdução.....	11
 Capítulo 1 – História sobre o Trabalho Doméstico remunerado no Brasil.....	 19
1.1 As amarras da escravidão.....	21
1.2 As transições para a liberdade.....	27
1.3 Contratos de empregadas domésticas em fins do século XIX.....	36
1.4 Mudanças sociais e culturais.....	44
 Capítulo 2 – Trabalho, casa e família.....	 47
2.1 Marcadores sociais: gênero, raça e classe.....	48
2.2 Família e demanda doméstica.....	56
2.3 Etnografias sobre o trabalho doméstico.....	63
 Capítulo 3 – Trabalho doméstico em campo.....	 73
3.1 Histórico sobre o campo da pesquisa.....	73
3.2 O campo e a metodologia.....	75
3.3 Empregadores.....	76
3.4 Empregadas e Diaristas.....	95
3.5 Conclusões acerca das entrevistas.....	121
 Considerações Finais.....	 124
 Referências Bibliográficas.....	 126

Introdução

Serviço que nunca acaba! O título dessa pesquisa dialoga com as situações sociais e cotidianas do trabalho doméstico. Enquanto serviço, vinculado a uma área de trabalho, podemos entender que essa é uma profissão que durante a História do Brasil, parece nunca deixar de existir, seus motivos serão analisados aqui; enquanto demanda doméstica, lavar, passar, cozinhar, é trabalho que não tem fim.

Em 2013, a categoria das empregadas domésticas - aqui entendido dentro do gênero feminino, pois é expressivamente representado pela atuação de mulheres – recebeu após anos de luta a Emenda Constitucional 72^a, que amplia os direitos previstos na Constituição (BRASIL, 1988) às trabalhadoras domésticas. Desde 1943, data da promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas, o serviço doméstico era invisível perante a lei, considerado enquanto atividade “sem fins lucrativos”. A mudança torna obrigatória quesitos como o registro em carteira assinada, o pagamento de décimo terceiro e férias remunerada, assim como a regulamentação das horas trabalhadas.

A conquista retorna o debate sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil, e revela como o tema ainda demanda pesquisa sobre suas condições atuais, seja ela enquanto profissão remunerada, ou enquanto atividade relacionada a um perfil de trabalhadoras, marcadas por cor e classe social. São esses aspectos estruturantes sobre o trabalho doméstico para além da legislação que irão permear as reflexões aqui presentes.

Esta dissertação versa sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil, em especial, sobre sua realidade na cidade de Marília – interior de São Paulo. Sua discussão e desdobramentos tiveram início durante o período de graduação. Pelo interesse em estudar a relação presente - passado, quando ainda o tema se apresentava como um objeto indefinido cientificamente e agora como debate proposto neste trabalho, vejo a crítica corrente da associação entre períodos distintos, como a escravidão e os dias atuais, como uma forma de reflexão sobre as relações de trabalho.

Ao longo dos primeiros anos de graduação tive a experiência de ver minha mãe ter de trabalhar como empregada doméstica a fim de pagar uma dívida para a dona da casa a qual trabalhava. Então, de repente, para quem um dia teve por pouco tempo outras mulheres trabalhando em sua casa no serviço doméstico, minha mãe viu inverter essa situação ao encontrar-se servindo uma família. Em conjunto a esta situação outras dúvidas vieram: Como

um vínculo de amizade entre duas mulheres poderia transformar-se em relações de trabalho? Que tipo de relações de trabalho foram essas, sabendo do esforço necessário que a rotina de uma empregada doméstica demanda?

Não por acaso, o uso do costume e a fala corrente do senso comum associa o trabalho doméstico à escravidão. Para nós, que procuramos testar essa hipótese cientificamente, esta associação tem implicações históricas, em certo sentido, podem soar como generalizações, mas foi a partir desta associação e levado por motivos pessoais que decidi, durante a graduação, estudar esse argumento.

Foi possível levantar os primeiros dados sobre o tema durante o projeto de iniciação científica intitulada *A Empregada Doméstica na cidade de Marília (SP): Entre o 'afazer' doméstico e o dever do patrão* (2012-2013), no qual procuramos identificar dentro das relações entre patroas e empregadas resquícios do período escravista que comprometessem a categoria como profissão.

O olhar crítico, sempre estimulado dentro do curso de Ciências Sociais, acabou por ajudar a considerar algumas indagações iniciais quanto à profissão, mas o andamento da pesquisa e fases de amadurecimento sobre o objeto em questão também foram os primeiros contatos com o tema. Graças ao trabalho de campo – antes proposto como trabalho etnográfico¹ do objeto de pesquisa, e logo depois objetivado em entrevistas – foi possível colocar em análise a hipótese levantada de antemão: Haveria resquícios e heranças do período escravista sobre o trabalho doméstico remunerado nos dias de hoje?

Em campo este argumento não se apresentou da maneira como esperávamos, mas nos fez crer que hoje possuímos relações mais complexas no mundo do trabalho comparado ao sistema econômico escravista, quando hierarquias e lugares sociais eram reforçados pela violência física.

A escravidão é um momento na História do Brasil superado temporalmente, um conjunto de leis e transformações sociais foi aos poucos colocando fim ao tipo de trabalho baseado na mão de obra escrava, o que não coibiu a existência deste tipo de regime forçado até os dias atuais.

¹ Ao utilizar o termo Etnografia, procuramos nos aproximar do objeto de pesquisa pelo trabalho de campo, observação dos bairros pesquisados, e síntese sobre os elementos simbólicos que pudessem configurar as relações sociais de trabalho no dia a dia de Empregadas e Patroas.

Leis como a Eusébio de Queirós (1850), Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885)², foram respostas à ordem do tempo que, enquanto o Brasil sofria pressões externas sobre sua de mão de obra, prorrogava internamente a transição do trabalho escravo ao livre, rechaçada por muitos proprietários de terras e escravos.

Em meio a grandes conflitos políticos por todo o território brasileiro (Farroupilha, Malês, entre outros) o movimento abolicionista propôs questões importantes sobre esta transição, as sublevações urbanas eram indícios de que as antigas relações iniciadas do período colonial estavam por ruir. Em seu lugar se estabeleceu a polaridade de opiniões quanto à dependência do uso de mão de obra escrava.

Diferentes nomes se envolveram neste debate e luta, como Luís Gama, André Rebouças e o mais lembrado, Joaquim Nabuco³. Os três ícones servem de exemplo para perceber que por trás de todo este movimento, houve pessoas de origens diversas e interesses distintos que defendia o fim da escravidão. O momento era representado não só por uma aparente visão progressista sobre a realidade, como também, pelo reconhecimento de que o escravismo trazia empecilhos não só à população negra, como também um entrave à toda sociedade brasileira.

O fato é que depois de promulgada a liberdade em 1888, com a Lei Áurea, muitos ex-escravos foram obrigados a escolher entre continuar a trabalhar no antigo local de sobrevivência dentro do regime de trabalho assalariado, ou se deslocar em busca de melhores condições de vida, e por que não, experimentar a liberdade resultante de disputas políticas e sociais que perdurou por meio século até seu fim.

² Juridicamente, o processo que culminou com a derrocada da escravatura no Brasil teve início com a Lei Eusébio de Queiros (1850), que proibia legalmente o tráfico de escravos vindos da África, a Lei do Ventre Livre (1871), a qual tornava livre todos os filhos de escravos nascidos a partir de Setembro de 1871, a Lei dos Sexagenários (1885), que contemplava a liberdade aos poucos escravos que conseguiram chegar aos 60 anos de idade, e por fim, a Lei Áurea (1888), responsável legalmente pelo fim do regime escravista como prática protegida por lei.

³ Luís Gama (1830 – 1882), filho de mãe negra livre e pai branco, foi vendido como escravo aos 10 anos de idade e conquistou sua liberdade aos 17. É considerado um dos expoentes da luta abolicionista, sendo articulador de panfletos e informativos da causa e organizador de financiamentos coletivos para a compra de liberdade de escravos.

André Rebouças (1838 – 1898), filho de pai mestiço, porém de outra ordem social, teve desde cedo contato com a vida política e a formação acadêmica de irmãos, assim como sua graduação em Engenharia. Sua atuação enquanto abolicionista repercutiu em rompimentos políticos que lhe asseguravam *status* sociais.

Joaquim Nabuco (1849 – 1910), filho de senhor de engenho, possui origens distintas dos outros nomes citados aqui, mas possuiu peso definitivo para a articulação política em prol do fim da escravidão no Brasil.

Em conjunto a essas mudanças, o cenário social passou a ser incisivo quanto às relações raciais, a liberdade trouxe outras formas hierárquicas entre dominantes e subalternos, entre eles a ideologia do racismo, as “políticas de branqueamento”⁴ e o processo de imigração mais contundente desde o final do século XIX.

Ao longo do século XX, a sociedade brasileira passaria por transformações econômicas e, conseqüentemente, sociais que implicaria em novas formas de mobilidade social, dinâmica cultural, organização social e relações de trabalho. Podemos destacar o incipiente processo de industrialização⁵ e a urbanização nas grandes capitais como Rio de Janeiro, Recife, Salvadore São Paulo.

É inevitável pensar que este cenário teria deixado questões estruturais sobre a população negra marginalizada após o fim do escravismo. O argumento, porém, não foi o bastante para responder nossas indagações. Contudo, a busca pelas respostas e compreensão sobre esta dúvida nos levou a conhecer outras arestas sobre o trabalho doméstico. Ele não está relacionado estritamente com sua associação ao período escravista.

Não só no Brasil, como em outros países, a sociedade pautada nas construções de gênero, em que há diferenças de direitos e benefícios sociais para homens e mulheres de maneira díspareque resultam em relações de poder, é significativa para qualificar profissões, que, segundo a literatura sobre o trabalho feminino, há uma “divisão sexual do trabalho” (KERGOAT & HIRATA, 2007).

Antes passamos pelo tema sem discutir estes aspectos, agora percebemos o quanto há de afinidade entre o trabalho doméstico feito em “casas de família” - este compreendido como remunerado - e aquele feito dentro da própria casa de empregadas, em dupla ou tripla jornada de trabalho, que muitas vezes não é reconhecido enquanto trabalho.

Por este motivo também, foi preciso reconhecer que a categoria gênero distingue homens e mulheres dentro de construções sociais e culturais que podem incidir sobre a

⁴ Com o ecoar de teses científicas vindas da Europa no final do século XX, pautadas em uma espécie de “darwinismo social”, as “políticas de branqueamento” tinham como base a ideia da superioridade da “raça” branca. Para o progresso e evolução da sociedade brasileira, o ideal é que o branqueamento da população ocorresse gradativamente, uma de suas conseqüências – além do racismo exacerbado – foi a facilitação da vinda de imigrantes para o país.

⁵ Neste período, o processo de industrialização incipiente, deve-se em grande parte aos lucros herdados pela economia cafeeira – principalmente em São Paulo - a partir da segunda metade do século XIX. O investimento na indústria tinha como objetivo a melhoria da infra-estrutura de cidades para o escoamento da produção agrícola.

condição de mulheres, mesmo entre empregadas e patroas. O levantamento bibliográfico sobre o período escravista evidenciou esta situação, mesmo com empregadas, as mulheres não eram eximidas dos afazeres domésticos. As proporções de obrigações e esforços não eram as mesmas entre mulheres de elite e subalternas, mas a coerção social sobre as desigualdades de gênero não deixava isenta a condição feminina, valores de uma época relacionados a uma geração serviram como referência para delimitar os papéis sociais e espaços ocupados por mulheres, como veremos ao longo dos próximos capítulos e também através das entrevistas.

Em conjunto à esta estratificação, a categoria analítica classe também qualifica esta hierarquia e tende a dividir espaços dentro da sociedade. Ao longo do texto acompanhamos como gênero, raça e classe são complementares para a compreensão de serviços como o trabalho doméstico antes de afirmar sua associação ao escravismo. Do período da iniciação científica até o momento podemos afirmar que outros leques e discussões foram se abrindo até perceber que há temas paralelos aos levantados anteriormente que podem ser elucidativos para compreender qual o valor do trabalho doméstico no Brasil.

Salientamos que não trabalharemos com a perspectiva marxista sobre o conceito de classe. Apesar de usarmos termos como “classe dominante”, “relações de produção”, não pretendemos pautar nossas análises dentro do viés da luta de classes, e sim, tratar classe como categoria analítica em conjunto a outras formas de classificação social. Dentro da Antropologia Social (BRITES, 2000; ZALUAR, 2000), o termo “classe popular” foi utilizado para designar não só um grupo específico, como também, uma forma de lidar com a categoria classe dentro de concepções que extrapolam os limites das definições econômicas. Para os sujeitos aqui abordados em nossa pesquisa, assim como o enquadramento em um perfil econômico que demarca ocupações, moradia, nível de escolaridade, entre outros, compreendemos classe como um entre outros eixos que articulam as estratificações sociais.

Como “classe popular”, procuramos compreender de que forma os elementos simbólicos demarcam esses limites da vivência social, pois, ao trabalhar com classe não pretendemos enquadrar empregadas domésticas enquanto *operariado* e empregadores como *donos dos meios de produção*. Como cita Zaluvar (2000), os elementos simbólicos também ocupam espaço importante nas diferenciações de classe, e:

Quer isto dizer conhecer de que modo símbolos têm a função de sinais diacríticos que marcam as diferenças entre pessoas e grupos na lógica da inclusão/exclusão, oposição/correlação, compatibilidade/incompatibilidade, quer se aplique a objetos de consumo, a usos de vernáculo ou a gestos rituais. (2000, p. 58)

Em tese, verificamos a demanda de perceber como estes novos aspectos podem ser significativos para compreender a hipótese levantada anteriormente, se ela é válida para tratar o trabalho doméstico no presente. Neste momento, encontramos a necessidade de perceber quais os comprometimentos da hipótese enquanto afirmação e quais seus ganhos quando utilizado como argumento explicativo sobre a realidade.

Justificado o tema e esclarecida a hipótese, ressaltamos que nossos objetivos estão voltados para a compreensão desta realidade em seu caráter cultural. Desde os primeiros momentos da pesquisa trabalhamos com a Antropologia e a História em paralelo e buscamos os pontos de convergência entre as duas áreas quanto aos seus recursos metodológicos. Dentro da História, a comparação entre períodos distintos – aqui recortados como o fim do século XIX, suas agruras políticas, e seus desdobramentos no século XX – nos é caro para perceber valores, representações, imaginários e questões simbólicas envolvidas na cultura. Quanto à Antropologia, a percepção desses valores simbólicos é possível pela análise da cultura e suas propostas de trabalho de campo.

Dentro das duas áreas mencionadas, podemos citar o ganho que a História e a Antropologia tiveram ao se aproximarem, tendo em comum o interesse pela compreensão da cultura como um conceito complexo e útil de análise da sociedade para além das abordagens técnicas e econômicas. Em seu texto *A vez da Antropologia Histórica*, Peter Burke (2008) sinaliza os ganhos da abordagem histórica dentro da Antropologia, assim como os desdobramentos da noção de cultura apropriada por historiadores para entender fenômenos sociais para além de funções e costumes.

A principal contribuição que vemos para essa confluência é a análise do caráter cultural de questões sociais a partir de uma perspectiva que considere os valores simbólicos, códigos e significados como operantes na sociedade, e não como simples resultados de uma macro-estrutura determinante, como a economia (BURKE, 2008, p. 56).

A relação dos valores culturais que ordenam a sociedade como um todo e as demandas econômicas e políticas são síntese de um contexto político, econômico e cultural de uma época, mas optamos pelo caminho sobre as questões culturais, pois nos foi útil para perceber como traços microscópicos podem ser significativos para tratar este tema, que parece se esconder por trás da informalidade, da afetividade, dos vínculos muito próximos dentro do ambiente doméstico.

Para tal compreensão, dividimos a dissertação em três capítulos.

O primeiro capítulo discute o cenário social do Brasil na virada entre os séculos XIX e XX. Apesar de uma abordagem muito ampla sobre o histórico para o Brasil desvencilhar-se do sistema escravista, como dependência do uso de mão de obra escrava, o primeiro subitem tem como esforço fazer um traçado das opiniões que a classe dominante utilizava para justificar o regime e resistir às transformações em curso. Este é um exercício de perceber como em um momento histórico e como o espírito de uma época podem defender valores que estão por serem questionados posteriormente.

Sobre estes valores a serem superados, neste capítulo também tratamos a transição do trabalho escravo para o livre, em especial, sobre este momento no contexto do trabalho doméstico remunerado, quais condições contratuais foram modificadas e o perfil de pessoas atuantes na área.

O contexto histórico também serve de introdução para tratar das questões de gênero, já que desde o período colonial, o trabalho doméstico foi relegado às mulheres, na História do Brasil. Em conjunto a este fator, tratamos também da condição feminina no final do século XIX para, posteriormente entender o século XX, e aos poucos compararmos dados quanto à condição no século XXI, nos anos 2010.

O segundo capítulo traz diversas abordagens sobre o trabalho doméstico nas Ciências Sociais, como forma de caracterizar a profissão dentro deste campo de conhecimento. Os marcadores sociais definem no presente qual a condição do trabalho doméstico no século XXI, alguns dados do IBGE e DIEESE são utilizados a fim de demonstrar estatisticamente algumas das questões levantadas ao longo do primeiro capítulo

Dentro das análises, expomos etnografias que tratam sobre o tema trabalho doméstico, como exemplos metodológicos para nossa pesquisa de campo e ao mesmo tempo, reconhecer como a compreensão das micro-relações pode revelar dados importantes para esta pesquisa.

Complementar às discussões da Antropologia sobre o trabalho doméstico, versamos sobre o tema *família* como uma área teórica que está relacionada aos debates sobre a divisão do trabalho doméstico, os papéis de gênero entre homens e mulheres no cotidiano do ambiente doméstico, e quais suas necessidades enquanto empregadores. As mudanças nas estruturas familiares e papéis sociais tendem a ser significativos sobre o serviço doméstico, ao mesmo tempo, sua continuidade tem a ver com a questão da estratificação social citada acima.

Como último capítulo, apresentamos os resultados das entrevistas realizadas em campo com empregadas e empregadores, a partir dos temas levantados no segundo capítulo. Como referencial teórico e metodológico para esta pesquisa de campo nos pautamos na obra *A interpretação das culturas* de Clifford Geertz (2012), como ferramenta chave para dar conta dos objetivos esboçados até aqui.

A proposta de Geertz(2012) propõe um detalhamento em que o pesquisador tem elementos para compreender as “teias de significado” presente em campo. Para isso, é necessário uma “descrição densa” sobre a realidade a fim de perceber os detalhes que fogem das análises estritamente macro-sociais:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície. (GEERTZ, 2012, p.4)

O capítulo três tem como intuito reconhecer em campo a veracidade da hipótese em conjunto aos elementos apresentados ao longo do texto até então. Por este motivo, as Considerações Finais faz síntese tanto das entrevistas como dos questionamentos levantados ao longo do texto.

Capítulo 1 HISTÓRICO SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO BRASIL E SUA LEGISLAÇÃO

Neste capítulo iremos discutir algumas questões referentes ao trabalho doméstico exercido enquanto profissão no Brasil entre fins do século XIX e início do século XX. Para isso, tratamos dos desdobramentos do fim legal do período escravista e seus adjacentes (tráfico e libertações parciais) que correspondem às mudanças nas relações de trabalho durante a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Apenas a história sobre o trabalho doméstico no Brasil seria tema o bastante para uma dissertação, mas este trabalho já foi feito em parte por alguns autores que serão apresentados aqui. Nosso intuito em começar a discutir este objeto de pesquisa, a partir do período citado, tem como fundamento compreender valores em épocas distintas (passado e presente) e quais os vínculos existentes entre momentos diferentes das relações sociais no Brasil.

O levantamento da bibliografia sobre o tema revela que o trabalho de historiadores e cientistas sociais se encontra, muitas vezes, no limiar entre o levantamento de fontes e a interpretação dos dados no presente, o que significa perceber valores de época impregnados sobre condições sociais, aqui em especial, sobre o caso de mulheres. Esta necessidade implica em estabelecer pontes para falar sobre o passado a partir de documentos onde se faz necessário reconhecer a relação entre objeto e contexto social ao qual está alocado no tempo.

Por este motivo, como esclarecimento das fontes utilizadas pelos autores a serem apresentados, o conjunto de pesquisas feitas sobre o trabalho doméstico no período são provenientes de registros de contrato de trabalho, processos judiciais, inquéritos policiais, atestados de óbito, processos de divórcio, entre outros documentos chamados *oficiais*. A dificuldade relatada por autores de absorver informações a partir destes registros tem a ver com nosso trabalho de perceber o momento que foi escrito e as ideais representadas nas formas de acusações e enquadramento de indivíduos sob valores sociais. No caso de mulheres, as fontes escritas de origem judicial possuíam o caráter vexatório de comportamentos tendo em vista o *ideal* de mulher pura da classe dominante.

Contextualizar o espaço ocupado por mulheres na conjuntura socioeconômica condiz, segundo Maria Odila Leite Dias em *Mulheres sem História* (1983, p. 32), com o primeiro passo para entender a história e valores culturais longe de ‘conotações ideológicas’.

Sendo assim, nosso trabalho tem como proposta reconhecer os vestígios sobre o que foi o período de transição do trabalho, em especial, sobre o trabalho feito dentro do espaço doméstico, o qual demanda destrinchar dos valores culturais envolvidos na concepção de que ele está representado pela mulher. Aqui, em especial, lidamos com a dificuldade de reconhecer dentro da própria categoria *mulheres* – no sentido plural –, questões que as diferenciavam como mulheres livres forras e escravas, brancas, pardas e negras, pobres e de classe dominante, sobre o que era o trabalho de mulheres negras, cativas e o trabalho feito por mulheres brancas, pobres ou de classe dominante.

A partir dos vestígios, próximo ao que Ginzburg chamou de *paradigma indiciário* (2002, p. 177), como uma metodologia de análise sobre elementos históricos que fogem de documentos oficiais e que muitas vezes não se configuram como um objeto de pesquisa claro ao pesquisador à primeira vista.

As análises aqui propostas também só foram possíveis graças ao reconhecimento dentro da própria historiografia brasileira e, de um modo geral, sobre o processo de revisão da História que sofreu mudanças significativas a partir da década de 1960 no que diz respeito a presença da mulher enquanto sujeito histórico, e conseqüentemente, sobre a chamada “História das Mulheres” (PEDRO & SOIHET, 2007, p. 284). Antes, a História marcada pelo homem enquanto sujeito histórico universal, tornava obscura a participação de mulheres nos processos históricos, assim como vinculava os acontecimentos e mudanças aos grandes indivíduos e batalhas. As mudanças ocorridas na historiografia nos anos de 1980 ampliaram discussões sobre as representações femininas e as narrativas, como também, alargou o campo de pesquisa para elementos antes desconsiderados enquanto fonte histórica, entre eles, a vida cotidiana como exemplo sobre os processos de transformação da realidade.

Não pretendemos tratar aqui das “História das Mulheres” no processo de transição ocorrido em fins do século XIX, das relações de trabalho no Brasil, mas o campo que estamos adentrando exige esclarecer características que estão circunscritas ao nosso objeto de pesquisa, portanto, apesar de iniciarmos o capítulo tratando dos “grandes” acontecimentos, eles nos servem como contextos do que propomos discutir e fundamentar nossos argumentos. Posteriormente, entraremos no que toca ao assunto relacionado à condição de trabalho feminino no período de século XIX e seus desdobramentos no século XX.

1.1 As amarras da escravidão

Gostaríamos de rever alguns pontos importantes para falar sobre o ambiente cultural proporcionado pelo regime escravista. Um marco importante para o período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi o contexto social que Brasil e Portugal vivenciaram no primeiro quartel do século XIX. Próximo de quase três séculos de dependência da mão de obra escrava, proprietários de terras se encontraram incomodados com a ingerência inglesa sobre o cenário político brasileiro.

Com a vinda da família real em 1808, a relação entre os dois países, estreitou-se entre monarquia portuguesa e governo inglês. A tutela inglesa na viagem de Portugal à costa brasileira teria como efeito colateral a obrigatoriedade da legislação brasileira acatar leis que beneficiasse seus protetores e interferissem na economia nacional.

Em conjunto a grandes contestações ao modelo colonial no Brasil e a subserviência à coroa Portuguesa, a manobra política tomada pelo governo português diante de revoltas e pressão do governo inglês, foi declarar a Independência do Brasil em 1822, em um cenário turbulento e marcado já por contestações à organização política monárquica.

Com a lei de 1831, que condenava o tráfico de cativos como ilegal, o debate entre deputados, autores de época, entre outros, versava sobre aceitar ou não as ingerências políticas da Inglaterra. O fim do tráfico no momento não representaria o fim do regime escravista, mas passava a colocar em debate o que antes estava acentuado como única forma de produção: a mão de obra escrava.

Jaime Rodrigues (2000) analisa o período anterior a Lei Eusébio de Queiroz de 1850, que extinguiu definitivamente o tráfico de africanos para o Brasil e demonstra que a transição foi gradativa e recebida com resistência pela elite agricultora. Sua fonte de pesquisa está pautada em relatos de deputados da Câmara da Capital e identifica as diferentes manifestações de opiniões sobre a situação.

Pertence a esse debate opiniões que divergiam não só sobre o fim do tráfico, mas conseqüentemente quanto ao fim da escravidão. Naquele momento podemos absorver o teor do discurso pró e contra escravismo para entender o ambiente cultural a que estavam atreladas as relações de trabalho no momento. Mais do que argumentos espantosos, eles representam a realidade de uma época. Extraído da obra de Jaime Rodrigues (2000), segue um trecho do discurso Azeredo Coutinho, autor da época e contrário ao fim do tráfico de escravos:

O homem que só tem o seu braço [...] é só livre de nome mas, na realidade, escravo da força da fome [...]. O chamado escravo, quando está doente, tem seu senhor que trata dele [...]. Qual, pois, desses dois é o de melhor condição? (RODRIGUES, 2000)

O discurso de políticos e autores de época a favor do tráfico via no regime um exercício benéfico para o contingente vindo da África. A possibilidade de receber a guarda de um senhor de escravos em troca do trabalho forçado era concebida como uma ‘salvação’ para estes que eram considerados ‘infelizes’ em seus territórios e etnias (RODRIGUES, 2000, p.71).

Havia a defesa do sistema e a continuidade do escravismo em si, e a quebra no tráfico representava prejuízos para a agricultura (RODRIGUES, 2000, p.76). A situação seria uma prorrogação do tipo de trabalho realizado por escravos até o momento, desde a agricultura de exportação, então emergente no Sudeste devido à alta do café no mercado após a segunda metade do século XIX, até à intimidade dos cuidados dos filhos de senhores, representado por escravos domésticos, amas de leite, passadeiras, lavadeiras, cozinheiras e demais trabalhadores relacionados à casa (FREYRE, 2006, p. 367).

À favor do fim do tráfico, alguns deputados exaltavam o discurso humanitário que denunciava os problemas do traslado dos cativos ao longo do percurso (RODRIGUES, 2000, p.77). A prova da (dê)s humanidade estaria na quantidade de africanos que embarcavam e o número final menor que conseguiam resistir até o fim da viagem.

O contraste de opiniões indicava as concepções sobre o exercício da escravidão antes mesmo da colonização portuguesa no Brasil. David Davis, em *O problema da escravidão na cultura ocidental* (2001) discute sobre a questão em países que utilizaram a mão de obra escrava ao mesmo tempo em que procuravam justificar seu exercício como atividade legítima. Os argumentos político, religioso e filosófico são os mais incisivos enquanto justificativas para a escravidão e descortinam as representações sobre o regime.

Sendo aceito ou não, a lei de 1831 tornou o tráfico ilegal, embora o controle fosse às vistas grossas. A partir de então, as embarcações passariam a ficar cada vez mais abarrotadas de gente, devido à ameaça do fim do contingente de mão de obra no país. Alguns deputados

tinham como saída para a situação o abrandamento do regime e a gradual transição para o trabalho livre, sendo o cativo africano trocado pelo imigrante europeu⁶.

Sendo favoráveis ou não ao tráfico, políticos, proprietários de escravos e terras, e representantes de um modo geral da elite política nacional da época foram levados para seu fim. O aval da vinda da família real em 1808 para o Brasil teve como objetivo proteger a coroa portuguesa do exercito francês, e foi assegurada pela Inglaterra com o apoio de sua marinha e um empréstimo de 600 mil réis, o qual teria peso fundamental sobre as definições políticas para o país de destino, o Brasil (RODRIGUES, 2000, p. 97).

Com a Lei Eusébio de Queirós de 1850 e a *Bill Aberdeen*⁷ (RODRIGUES, 2000, p. 113) as punições sobre o tráfico se tornariam mais severas, e o crime passou a recair sobre os receptadores de escravos, ou seja, proprietários de terras interessados em manter o contingente de mão de obra, que teria pena levada em consideração ao comprarem cativos advindos do tráfico ilegal. O caráter vexatório da situação teria se intensificado a partir do momento em que o crime passou a ser entendido como *pirataria*, o que para época representava o mesmo peso de *roubo*, e senhores de escravos poderiam então ser julgados pela justiça inglesa.

Em conjunto a outros acontecimentos, marcava o traço do ambiente moldado pelas relações escravistas. O vínculo cotidiano entre senhores e escravos marcaria a vida privada, a intimidade forçada, e distinguia as duas camadas da sociedade (VIOTTI, 1997, p. 333). Com o desenvolvimento de propostas para o fim definitivo do tráfico de escravos e posteriormente o acirramento do movimento abolicionista, o distanciamento entre as duas camadas sociais tornou-se maior.

Em *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre (2006) retrata de maneira pictórica⁸ os traços desta intimidade. O funcionamento de grandes estabelecimentos como a Casa Grande esteve atrelado a função da escravaria na manutenção do ambiente doméstico. O autor faz um paralelo entre o escravo da lavoura e aquele empregado nas atividades próximas da relação

⁶A Europa do século XIX viu o choque entre os Impérios e a formação dos chamados Estados-Nação. Com o recrudescimento de movimentos nacionalistas, unificações étnicas, muitos conflitos resultaram na debandada de imigrantes para outros continentes, entre eles, a América.

⁷*Bill Aberdeen* refere-se à lei aprovada no parlamento inglês em 1845 que autorizava interceptação à navegações brasileiras – mesmo em litoral brasileiro – com o intuito de confiscar navios negreiros. A medida representa mais uma das faces da ingerência inglesa sobre a economia brasileira até então.

⁸ Pictórica no sentido metafórico de representações da sociedade brasileira a partir de caricaturas da identidade brasileira: o negro, o português e o indígena; Que se assemelha à pintura (AULETE, 2011, p. 1064)

familiar, que diante das características culturais e ideológicas do ambiente se diluíam entre trabalho e companhia. Da senzala subiam indivíduos para as mais variadas funções e convivências: “Amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos.” (FREYRE, 2006, p. 435).

Na historiografia brasileira, o modelo patriarcal caracterizado por Gilberto Freyre ao falar da organização familiar e da autoridade de senhores revela hoje outros traços além deste retrato homogêneo. Havia casas chefiadas por mulheres na organização familiar (CORRÊA, 1982), representações do trabalho e renda gerados pelo trabalho feminino (DIAS, 1984) e a formação de famílias não só de senhores, brancos, mas entre escravos e indígenas (TEIXEIRA, 2004), representam as outras feições desta formação brasileira. No último quartel do século XIX podemos ressaltar que esta divisão entre duas camadas não representava mais de modo geral a sociedade brasileira. O número de manumissões⁹ já se fazia sentir e outras composições estavam por definir as transições sociais e políticas da época.

O que Gilberto Freyre nos oferece enquanto retrato do cenário social, econômico e social de época sobre o Brasil na obra citada é a influente relação entre as diferentes camadas sociais de uma sociedade agrária.

Os argumentos utilizados para justificar a ordem do regime escravista, no contexto social, o motivo de políticos do século XIX – sujeitos às relações de dependência com o servilismo exacerbado – reforça o discurso escravista em pró da ordem vigente.

Até 1831 não houve lei que limitasse os desmandos da escravidão. A situação jurídica era favorável a camada senhorial, em garantias sociais como proteções políticas à camada dominante e indiferente a camada servil (VIOTTI, 1997, p. 335). Apesar da reconhecida relação de espoliação entre os dois grupos, o ambiente não inibia as relações afetivas entre ambos, ainda mais no convívio próximo do espaço doméstico.

Esse contato, sem que estabelecesse uma linha tênue separando fisicamente as relações sociais fez prolongar o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. O que queremos apontar é que a transição teve seus empecilhos na própria dependência a que estava envolvida a sociedade agricultora brasileira do século XIX.

Em sua obra *Abolição* (2008), Emília Viotti traça os rumos do movimento abolicionista, até ser concluso na Lei Áurea de 1888. A autora apresenta mudanças estruturais

⁹ Liberdade que o senhor dá ao escravo; ALFORRIA. (AULETE, 2011, p.890)

das condições de transporte e trabalho que pudessem ter oferecido novas alterações para a relação entre senhores e escravos. Entre elas, está o uso tardio de maquinário nas lavouras que dispensasse em partes a mão de obra utilizada nas plantações de produtos exportados, e a construção das ferrovias que com o tempo dinamizou o escoamento da produção, poupando tempo e recursos gastos em seu deslocamento (VIOTTI, 2008, p.64-65).

Todavia o maior problema até então parece ter ficado sobre as relações de trabalho e a questão da propriedade de senhores sobre escravos. O escravo, antes de tudo, representava um investimento econômico. Ediante dos avanços do movimento abolicionista intensificava-se seu preço no mercado interno (VIOTTI, 2008, p.63). O termo ‘mercadoria humana’ (FERNANDES, 1955) reflete bem o valor instrumental que o escravo possuía então para senhores.

Quebrar com a propriedade escrava seria o mesmo que romper com os investimentos da camada senhorial, e por este motivo, havia a proposta de indenização¹⁰, por parte do poder público, de ressarcimento aos senhores. No entanto, não havia uma contraproposta ao tratar a camada servil, desamparada ao longo do término da escravidão e após seu fim legal (VIOTTI, 1997, p. 419). Neste contexto, as alforrias – a partir da segunda metade do século XIX – passaram a ter um caráter dúbio. Ao conceder a manumissãoa seus escravos, muitos senhores tinham com este objetivo a intenção de protelar a mão de obra na lavoura em troca de uma renda simbólica.

A pressão na Câmara de Deputados após a *Bill Aberdeense* fazia sentir no contexto social representado por fazendeiros. Muitos acreditavam que, assim como em outros países, a passagem da economia pautada na mão de obra escrava teria conseqüentemente a sua troca efetivada posteriormente ao não dependerem mais deste sistema. A concepção era taxada como ‘leis da história’ (VIOTTI, 1997, p. 432), ou seja, um fluxo natural de transformação no qual a economia iria se consolidar assim que não houvesse mais a necessidade do regime escravista (estaria por vir diante de outros exemplos além do Brasil quanto a este aspecto). O fato é que esta dependência tornou-se duradoura, e a transição do regime de trabalho forçado para o livre modificar-se-ia lentamente assim como os valores relacionados à escravidão como um todo.

¹⁰ Tanto Viotti (1998), quanto Rodrigues (2000) citam a preocupação do poder público em arcar com o prejuízo financeiro de senhores de escravos diante dos indícios do fim da escravidão na segunda metade do século XIX. Poder público e interesses da camada dominante em sintonia representavam os traços das políticas escravistas, contudo o ressarcimento não ocorreu como esperado.

Legalmente a escravidão teve seu fim com a lei assinada em 13 de Maio de 1888(BRASIL, 1997), mas seus hábitos e costumes ainda seriam sentidos. Viotti(1997) citando um autor da época resume que, acabar com a escravidão não seria o mais trabalhoso, difícil seria extinguir a ‘figura do escravo’. Esta situação seria sentida pelos primeiros imigrantes a adentrarem em território brasileiro e perceberem o quanto o teor das relações de trabalho no Brasil até então.

Robert Slenes (1997), em seu artigo *Senhores e subalternos no Oeste paulista*, trata sobre as mudanças nesta região, em especial em Campinas, onde a mão de obra escrava ainda sustentava os poucos impulsos que o final do século XIX guardava para o regime. Foi a região que recebeu um dos primeiros ciclos da produção cafeeira, acompanhou de perto a chegada de imigrantes em contraposição à oferta de mão de obra escrava para a produção agricultora. O artigo também cita (SLENES, 1997, p. 285) como as antigas estruturas de habitação de escravos, como as senzalas, ainda serviram de infraestrutura para o acolhimento de imigrantes

A imagem retrata o processo incipiente de transição para o trabalho assalariado, e demonstra como as estruturas de trabalho das relações do regime servil ainda seriam vinculadas por muitos imigrantes, principalmente na nova expansão do café no Oeste paulista, onde o trabalho era pautado, acima de tudo, no ritmo do capital.

Apesar de reconhecer grandes diferenças entre o sistema escravista e sistema de colonato caracterizado por empreitadas familiares, José de Souza Martins (2010), identifica a conduta de proprietários de terra em obter lucros com o menor gasto possível (MARTINS, 2010, p.127-128). Próximo à proposta da renda gerada pelo trabalho sustentado pela mão de obra escrava, o autor salienta que a mudança de um trato de trabalho a outro não eximia a característica principal de políticas de lucro sobre a terra, talvez a diferença maior estivesse na quantidade antes representada pelo grande número de escravos nas lavouras, agora substituído pelo número concentrado de famílias empregadas temporariamente no processo de preparo da terra, plantação, cultivo e safra do café.

Neste momento de mudanças e libertação de escravos, a possibilidade de deslocamento de libertos entre diferentes regiões do Brasil, e a possibilidade de optar por locais em que a economia demandava mão de obra. A mobilidade representava um dos traços da liberdade conquistada após as alforrias e processo de abolição, pois a condição de cativo tinha como consequência principal para os indivíduos a captura de sua liberdade para ir e vir,

reforçado pelo regime punitivo e coercitivo da violência, embora já houvesse o trânsito de cativos antes mesmo de finda a escravidão.

Sobre este traço da migração, José Flavio Motta (2009), em *Derradeiras Transações. O comércio de escravos nos anos de 1880 (Areias, Piracicaba e Casa Branca, Província de São Paulo)*, trata sobre o processo de deslocamentos internos rumo ao Sudeste do país em regiões de ascensão e cristalização da economia cafeeira. A situação revela que as frentes de expansão do café não passaram imediatamente a utilizar mão de obra imigrante no fim da escravidão, mas sim, resultaram na disputa por trabalho entre trabalhadores nacionais, libertos e imigrantes nas terras rumo ao Oeste paulista.

O cenário citado revela diferentes arestas da questão do fim do regime escravo no Brasil e quão conturbado foi a mudança de estatuto sobre as relações de trabalho em um período que não só estava em jogo a adesão ou não ao trabalho assalariado, mas os rearranjos políticos, o fim do Império e as esperanças com a proclamação da República, a nova representatividade política e o confronto com os velhos setores da economia no poder, o incipiente projeto de imigração e o deslocamento das massas trabalhadoras recém libertas para regiões em ascensão econômica no país.

Podemos somar a este contexto complexo relacionado à escravidão, o que depois viria a ser as “políticas de branqueamento” da população, que no início do século XX procuravam tratar a população negra e liberta de outra forma, não mais dentro da autoridade senhorial, mas pela distinção de cor extremamente justificada pelo que Gilberto Freyre (2006, p. 400) já havia criticado, sobre as concepções raciais e inferioridades hierárquicas entre negros e brancos estarem pautadas sobre o regime corrupto da escravidão.

As contribuições de Gilberto Freyre foram pertinentes ao desenvolvimento das discussões sobre as relações raciais no Brasil, no entanto, mesmo sendo discutidos na década de 1930, muitos anos viriam até que novas revisões fossem feitas sobre a interpretação da realidade à sua maneira. As “políticas de branqueamento” mostraram-se falhas ao longo do tempo, não apenas como solução para as relações raciais, mas enquanto proposta etnocêntrica de uma camada social sobre a própria História do Brasil.

1.2 As transições para a liberdade

Os traços sobre o que pode ter sido o cenário sócio-cultural relacionado ao fim do período escravista, revela o quão forte foi o vínculo entre senhor e escravo. O retrato também

revela que a hierarquia social atingia de maneira desigual as diferentes camadas sociais, como também os papéis assumidos por homens e mulheres no período.

Gilberto Freyre serve para aprofundar as relações de poder de gênero, a perspectiva apontada em sua obra retrata uma sociedade organizada a partir da autoridade patriarcal, não aparece em suas críticas à reflexão sobre o papel subjugado de mulheres, seja no trabalho, ou enquanto membros familiares. Aqui procuramos dar maiores detalhes de alguns aspectos sociais a partir da bibliografia voltada à participação de mulheres na vida cotidiana e privada em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, a fim de contribuir com a compreensão das características heterogêneas dessa representação no final do século XIX.

A obra *Casa Grande & Senzala* serve de base para discussões sobre as relações raciais no Brasil a partir da década de 1930, o embate com autores como Nina Rodrigues trouxe à tona o caráter cultural tratado como biológico das características fenotípicas entre negros e brancos, todavia, Freyre (2006) contribuiu para a ideia de democracia e harmonia racial no Brasil fosse difundida.

Essas e outras críticas já foram feitas ao autor¹¹, mas é interessante notar que em sua obra é apresentado retratos de gênero, quando demonstra a ocupação de homens e mulheres no século XIX. Com uma proposta de Antropologia Cultural, sua pesquisa resgata em diversas fontes e memórias o que foi o período da escravidão, seu cotidiano e suas relações sociais no Brasil, e um dos aspectos levantados é sobre a mulher escrava na sociedade brasileira.

No quarto capítulo, intitulado *O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro*, o autor faz síntese sobre as principais contribuições da população africana sobre as relações sociais no Brasil. Entre elas está a exaltação das etnias vindas para o Brasil em contraposição a outros processos como o tráfico de escravos para os Estados Unidos (2006, p.392-393), como a adaptação do negro a um meio totalmente alheio a sua cultura, e diagnosticado como prova da sua extroversão contraposta à animosidade provinda do contato com indígenas, assim como sua força seria resultado dos hábitos alimentares provindos de sua cultura de origem (FREYRE, 2006, p. 372-373).

Apesar do esforço reconhecido do autor, em outros momentos, a arbitrariedade de senhores sobre escravos é considerada como caráter cultural da sociedade brasileira. Os

¹¹ Sobre críticas à esta obra em especial de Gilberto Freyre, conferir “Elogio da Dominação: relendo Casa Grande & Senzala” (1984) de Maria Alice de Aguiar Medeiros.

exemplos são dados por filhos de senhores que possuíam, muitas vezes, um companheiro de brincadeiras, que passaram a ser “moleque companheiro de brinquedo” e “meninas de brinquedo” (FREYRE, 2006, p. 419-420). A situação era muito próxima à dos criados, em que escravos desde pequenos conviviam no espaço doméstico em contato familiar com senhores no limite entre empregados e membros familiares, como iremos tratar a seguir.

A convivência entre ambos é identificada pelo autor como exemplo da harmonia entre as camadas na sociedade brasileira (FREYRE, 2006, p. 435), de certa forma a própria experiência de portugueses em terem escravos domésticos – mouros e depois negros vindos da Guiné – constituiu uma das heranças da colonização no Brasil (FREYRE, 2006, p.319).

Estes aspectos são importantes para perceber o quanto é arraigada a concepção de servir nas relações sociais e cultura brasileira ao difundirem-se a imagem de empregados e membros familiares. Gilberto Freyre faz de suas reminiscências de criança fonte histórica para identificar as representações do período sobre mulheres escravas:

Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão de comida. Da negra velha que nos contou as principais histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. De que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. (FREYRE, 2006, p.367)

Outras questões como a vida sexual durante o período escravista reforça a condição subalterna feminina de época. A liberdade sexual dos escravos, como uma das características associada ao comportamento do negro (FREYRE, 2006, p.456-457) justificaria a sensualidade associada à mulher negra. A associação entre cor e sensualidade tinha como pano de fundo os abusos sexuais legitimados pela pré-concepção da autoridade de senhores sobre escravos.

Em muitos momentos, os retratos de infância, a forma literária com que escreve, e os recursos científicos presentes no texto de Gilberto Freyre escapam da análise crítica sobre o que de fato ocorreu posterior à abolição da escravatura quanto a relação entre negros e brancos no Brasil.

Assim como esta associação parece fazer parte “naturalmente” do período, não reconhecer o trabalho específico de mulheres, torna a representação do passado ainda mais homogênea. Há tempos, a historiografia brasileira reconhece o trabalho feminino para além da representação vista apenas da Casa Grande porta afora.

A presença de mulheres na historiografia brasileira, seja enquanto mulheres da elite (MALUF, 1995) ou das camadas populares (DIAS, 1984; GRAHAM, 1992), na vida privada ou pública, não se restringiu apenas aos mandos da autoridade masculina, ou simplesmente a exercer funções predeterminadas pelos papéis sociais tradicionais. O ganho de reconhecer este traço da História do Brasil é de não cair em uma narrativa enviesada, na qual não há abertura para se perceber elementos residuais que fizeram parte dos processos e construções históricas, que não estão apenas sujeitas ao contexto das ideias e camadas dominantes.

Um dos trabalhos pioneiros nesta área é a obra da autora já citada Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e poder no século XIX em São Paulo* (1984), onde a autora identifica a presença feminina no período de transição do trabalho escravo para o livre. A obra rompe com o olhar claramente da figura feminina sempre associada à autoridade do senhor.

Outra guinada sobre estas representações está nas atividades exercidas por mulheres na cidade paulista, entre elas, a atividade comercial das escravas de ganho, de tabuleiro e quitutes, que complementavam renda extra de suas senhoras na venda de itens culinários no espaço público (DIAS, 1984, p. 115). A condição de cativas era *resignificada* com a possibilidade de transitar além da casa de senhores. A liberdade condicionada de algumas escravas para a atividade comercial estava relacionada ao vínculo forte com suas proprietárias. Fora do espaço doméstico havia a possibilidade de estabelecer novas relações sociais, o que representava de certa forma a própria sobrevivência dessas escravas e “devolvia a suas vidas a dimensão social, arrebatada pelo tráfico.” (DIAS, 1984, p.115-116).

A relação próxima com os/as proprietários no espaço doméstico de escravas vendedoras, assim como responsáveis pelo serviço de casa fez com que a alforria no período do século XIX, em São Paulo fosse predominantemente marcada por mulheres. O trabalho para senhoras possibilitava o ganho revertido na compra da liberdade. Em alguns casos, o forte vínculo afetivo limitava a liberdade de ex-escravas, e como consequência, algumas permaneciam na casa como empregadas domésticas (DIAS, 1984, p. 123).

Os exemplos citados acima demonstram que as mulheres escravas não estavam relacionadas unicamente ao serviço doméstico, como se imagina quando pensado do presente sobre o passado. Todavia, o serviço doméstico era representado por uma maioria de mulheres pobres, não só escravas e ex-escravas, mas por mulheres livres, negras e mestiças (GRAHAM, 1992, p. 18).

O processo de ruptura com tradições e desenraizamento cultural pelos quais escravos passaram a ser arrancados de seu território e a tendência de terem seus costumes étnicos neutralizados foi responsável pela evidente necessidade de improvisar de “novos ofícios” e constituição de “laços sociais primários e de comunidade” (DIAS, 1984, p. 117).

Em *Proteção e Obediência – criadas e seus patrões no rio de Janeiro 1860 – 1910* (1992), Sandra Graham traça um panorama sobre as criadas de servir na Capital ao longo do período mencionado. Claramente pautada na distinção entre público/privado, porta adentro/porta afora, a autora faz um paralelo com a obra de Roberto DaMatta, *A Casa & a Rua* (1991).

DaMatta (1991) trabalha com o conceito de *homem cordial* de Sergio Buarque de Holanda (1995) para falar sobre as esferas pública e privada no Brasil, não só a “casa” e a “rua” são tomadas como espaços físicos, mas palco para tratar sobre questões políticas, valores culturais e éticos e as heranças deixadas quanto a subserviência, a cordialidade e a justiça marcada pela pessoalidade. Graham (1992) enfatiza a fissura entre público e privado, o argumento justifica a forma como concebe a autoridade sobre as criadas no Rio de Janeiro no século XIX.

Mais à frente veremos que a divisão entre público e privado é uma das discussões dentro do debate sobre o feminismo, a divisão recai sobre papéis sociais, entre homens e mulheres, e tem sido contestada por autoras que debatem o tema.

No caso situado pela autora, as duas esferas são representadas pela autoridade dos patrões e a obediência das criadas, em troca, a proteção é representada pelo pertencimento a um domicílio. Se na pesquisa de Maria Odila (1984) há o reconhecimento de formação de laços primários entre escravas no espaço público enquanto estratégias de sobrevivência, Sandra Graham (1992) enfatiza o ambiente para fora da porta de casa como carregado de riscos à intimidade do lar para os patrões.

A autoridade de patrões é justificada pela tradição portuguesa em estabelecer “o marido e pai como chefe indispensável da família” (GRAHAM, 1992, p. 24). Apesar de inviável para a maioria da população residente na Capital, a autora cita que este modelo familiar no qual prescindiam muitos escravos responsáveis pelos diferentes afazeres domésticos, poucas famílias possuíam condições de sustentar essa comodidade. Em seu lugar

coexistiram famílias que possuíam uma única escrava para todo o trabalho doméstico (GRAHAM, 1992, p. 25).

O termo “criado” estava relacionado à dualidade entre público e privado, que, ao mesmo tempo representava para os patrões a tensão entre confiança e perigo. Também conhecidos como “escravos de casa”, estes sujeitos representavam o crédito dado por senhores dentro de longo período de convivência familiar; incluía-se em alguns casos o fato destes terem nascido dentro do próprio ambiente familiar de seus senhores e patrões (GRAHAM, 1992, p. 31-32). O “membro familiar” era confiado em oposição àquele que vem da rua, e representava o estranho e possível risco de conflito de classes.

Margaret Bakos (1984), em artigo sobre contratos de trabalhadores domésticos no Rio Grande do Sul, cita os diferentes afazeres relacionados ao termo *criado* especificado em quatro Câmaras Municipais diferentes (Porto Alegre, Rio Grande, Santiago e Piratini), os quais constam nos documentos: caixeiro, copeiro, cozinheiro, criado de serviço, ama-de-leite, ama seca, moça de hotel ou de casa de pasto e hotelaria, hortelão, cocheiro, lacaio, peão, servente, “e em geral, os que estiverem obrigados por um contrato a qualquer serviço doméstico ou inerente à condição de fâmulos¹²” (BAKOS, 1984, p.98).

Em casas onde havia número expressivo de empregados, a rotina se diferenciava entre aquelas que permaneciam porta adentro e aqueles que de fato tinham contato com a rua. Entre as primeiras podemos contar as funções de: cozinheiras, amas-de-leite e costureiras. E as últimas de: lavadeiras, carregadoras de água, e aquelas que faziam compras em mercados ou comércio informal (GRAHAM, 1992, p. 51).

A necessidade de se ter empregados em casa, além de um costume relacionado à tradição portuguesa estava relacionado às condições materiais pertinentes à casa e ao espaço urbano até metade do século XIX. A ausência de esgoto ou a sua presença em poucas casas justificava os chamados “tigres”. O termo designava tanto o objeto utilizado para transportar dejetos – os barris – assim como para denominar os escravos que faziam este serviço. Na

¹² Presente no dicionário Novíssimo Aulete – dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa, o termo fâmulos designa: 1. Criado, serviçal, empregado doméstico: “Um dia, um fâmulos do Neves, andando na rua, viu cair uma carteira do bolso de um homem...” (Machado de Assis, A ideia de Ezequiel Mota) 2. Empregado subalterno de comunidade religiosa ou de algum tribunal eclesiástico (os fâmulos do santo ofício) 3. P. ext. Homem servil, que não tem originalidade ou que não expressa opinião; CAUDATÁRIO 4. Antq. Seminarista que não pagava seus estudos, sendo em compensação obrigado a prestar serviços domésticos para a instituição: É bem provável que Justiniano tivesse realizado seus estudos na condição de fâmulos [F.: Do lat. famulus, i ‘id’.] (2011, p. 640)

Capital, o fim dos detritos eram praias e terrenos baldios que, “em pouco tempo ficavam empestados” (MESGRAVIS, 1987, p. 91-92).

Com o tempo, este serviço foi trocado por coletores e carretas destinadas especialmente para esta função, em substituição ao escravo. Mas, mesmo com essas mudanças, a higiene de banheiros e urinóis ainda ficava a cargo de trabalhadoras domésticas, sobretudo nos dias quentes de verão (GRAHAM, 1992, p. 55).

Outra questão pertinente entre serviço público e empregadas domésticas esteve por conta da rede de água encanada. A ausência de água, torneiras e tanques particulares fazia com que os chafarizes se transformassem no lugar de encontro de muitas lavadeiras e fonte de abastecimento de água por mulheres que carregavam lata d'água para fornecer as casas.

Laima Mesgravis (1987), em sua pesquisa sobre o Rio de Janeiro, na metade do século XIX, a partir de relatos de viajantes estrangeiros, retrata a importância dos chafarizes. Este espaço representava um dos poucos serviços públicos oferecidos pelo Estado até então, e além de servir a empregados, também abastecia animais de transportes locais e como fonte de matéria prima para o “sustento de negros de ganho e o lucro de seus senhores.” (MESGRAVIS, 1987, p. 85).

Conseqüentemente, o fornecimento de água encanada nas casas mudaria a rotina dos afazeres domésticos. A oferta teria como conseqüência a redução do número de mulheres que se deslocavam dos domicílios aos chafarizes, mas não coibiu o número de “pilhas de roupas brancas” e vestimentas destinadas às lavadeiras (GRAHAM, 1992, p. 69-70). A situação é chave para reconhecermos que as mudanças tecnológicas e o serviço urbano não tiveram como finalidade principal extinguir a presença de empregadas e criadas na casa, e sim, adequar o serviço de melhor maneira quanto ao cotidiano de trabalho, condições de higiene e as novas exigências sanitárias.

Mais um exemplo dessa situação entre melhorias materiais dos domicílios e reforço sobre a condição feminina está no texto de Marina Maluf, *Ruídos da Memória* (1995). Em sua obra, a autora trabalha com diários pessoais de mulheres de classe dominante – em especial duas, Brázilia e Floriza – que aceitaram a mudança de ares das proximidades de São Paulo rumo ao interior do Estado.

Em uma das passagens do texto, a autora retrata o esforço de sua interlocutora Floriza em dedicar um capítulo inteiro de seu diário à empregada que trabalhou durante 29 anos para

sua família: Gertrudes de Souza, apelidada carinhosamente como *Nhá Tuda*. A dedicação não se limitava apenas às três décadas de trabalho na casa, mas era reflexo da intimidade e confiança construídas neste tempo de convivência, sendo considerada então como membro da família (MALUF, 1995, p. 56).

Pelos caprichos dedicados à casa, a autora cita que seu reconhecimento foi compensado com alguns privilégios, e revela que a empregada recebeu:

um amplo e confortável tanque com água encanada, coberto com telhas francesa e enfeitado de plantas trepadeiras que lhes serviam de cortina, [...] abrigando-a dos raios fortes do sol assim como dos olhares indiscretos. [...] Tinha um fogão formidável onde não deixava faltar boa lenha e toda a bateria necessária. Uma grande pia com fatura d'água quente e fria. (MALUF, 1995, p.56)

Os privilégios na verdade não passavam de “melhorias e modernizações das dependências de serviço da casa”, as melhorias nas casas, ao reforçarem o lugar e papéis femininos nas relações explicitadas, tinham como efeito o fato de obscurecer trabalhos que, muitas vezes, eram relegados a terceiros pelas famílias. Este fenômeno também é esboçado pela autora ao citar que ao longo do restante do diário de Floriza, sua empregada *Nhá Tuda* some como alguém que nunca tivesse existido.

A situação revela os traços da contradição de classe entre as duas mulheres, ao mesmo tempo que um capítulo de seu diário é dedicado à sua empregada, a questão sobre a memória não deixa de respeitar os estratos sociais a que ela está inserida: enquanto gênero, classe e raça. As relações escravistas são amenizadas na narrativa de Floriza, e, enquanto trabalhadores e camaradas aparecem e somem, são colocados dentro de um limite e apartados, Maluf (1995, p. 57) cita este processo de enquadramento dos serviços como “um ‘nós’ que os nega e transforma-os em objetos, como se operasse um esvaziamento, ainda que inconsciente e não deliberado, da sua condição de sujeitos”.

A condição de Floriza e Brázilia também reflete em partes este esvaziamento enquanto sujeitos históricos. A busca por compreender o empenho de mulheres ao acompanharem seus maridos nas frentes de expansão do café tem a ver com o intuito de Marina Maluf em identificar os papéis primários e não secundários, assumidos por mulheres nesse cotidiano.

A questão de gênero é discutida ao longo do texto, e um dos aspectos principais desta temática diz respeito à diferença entre homens e mulheres produzirem de maneiras distintas narrativas que tratam sobre suas experiências de vida enquanto memórias de vida.

A autora dá a importância devida para o vínculo que esta condição de gênero tem a ver com as atividades diferenciadas entre os papéis masculinos e femininos, suas ações e valores estão associados não só aos esforços que exercem ao longo de suas vidas, mas também aos “filtros culturais que a própria sociedade elabora” (MALUF, 1995, p. 84). É a partir desses filtros que sujeitos enquanto indivíduos e coletivos procuram se auto-afirmar.

As obrigações domésticas são ícones para exemplificar os filtros culturais que atuam sobre os sujeitos, e aqui eles estão evidentemente direcionados à condição feminina representada em fins do século XIX.

Ao discutir os papéis familiares dentro do espaço doméstico, Marina Maluf (1995) reconhece na narrativa de suas interlocutoras a repetição da rotina de trabalho diário, seja no cultivo de hortaliças, obtenção de gêneros alimentícios na produção agrícola, a organização dos horários de refeições dos membros da casa e da escravaria, e o ciclo de dar a luz, cuidar e ver crescer seus filhos.

Concomitante a esta rotina, Maluf (1995) critica a divisão dos afazeres domésticos por sexo e afirma que o exercício das tarefas responsabilizadas por mulheres desobriga homens de um tempo que os liberta para um mundo abstrato, e como consequência apenas tomam como real aquilo que se ajusta ao seu mundo mental (MALUF, 1995, p. 87).

O resultado deste problema é a invisibilidade do trabalho doméstico quando encarado como natural sobre as atividades relacionadas ao gênero feminino. O interessante sobre este aspecto já esclarecido nas Ciências Sociais (ORTNER, 1979), é que para nosso tema sobre o trabalho doméstico é preciso reconhecer que os afazeres domésticos da casa não estiveram estritamente vinculados apenas à figura da escrava, mas sim, como obrigações femininas de maneira geral.

Se na Capital do Império, ao longo do período escravista, as mulheres de elite tinham o estigma de ociosas, a própria bibliografia revela que nas regiões rurais a situação não era a mesma, tanto em São Paulo como em Minas Gerais (MESGRAVIS, 1987, p. 172).

A vida culta de meninas bem situadas socialmente ao longo do século XIX oferecia a comodidade de ter por perto as criadas de servir desde a infância. Refinamentos como o aprendizado de um instrumento musical – em especial o piano –, e uma segunda língua – como o francês –, representavam as características de *status* da camada senhorial (HAHNER, 2012, p. 66).

Entretanto, Marina Maluf alerta que esta afirmação recorrente sobre as mulheres de elite e sua ociosidade tende a condenar diferentes realidades (1995, p. 223). As atividades no mundo urbano e rural se faziam sentir pela rotina diferente de afazeres, enquanto a primeira estava relacionada à atividade e gerenciamento dos negócios da casa, a última dizia respeito a um só tempo a condição de ser proprietária, fazendeira e dona de casa, o que representava “um extenso conjunto de obrigações” (MALUF, 1995, p. 230).

Não pretendemos aqui fazer um acerto de contas sobre as representações de mulheres de classe dominante na historiografia brasileira, mas sim, demonstrar que em classes distintas, mulheres mesmo que em situações e privilégios totalmente discrepantes, sentiram o peso social das estratificações sociais quanto a gênero. O que significa reconhecer que tratar sobre o trabalho doméstico no período não representa uma realidade determinante única, o tema pertence a esses contornos sociais.

Pressupomos que classe, como características de determinações econômicas e formadora de diferentes camadas sociais, e raça, como um conjunto de diferenciações biológicas assumidas culturalmente na sociedade brasileira, incluem-se nestes parâmetros para tratar das relações de poder, da organização de *status* sociais no período, assim como observar que no presente essas questões também são significativas para compreender as distinções sobre o trabalho doméstico.

1.3 Contratos de empregadas domésticas em fins do século XIX

Os fatores apresentados no subitem anterior procuram demonstrar os detalhes sobre o trabalho doméstico no século XIX. Neste período, podemos considerar que o trabalho doméstico feito apenas por escravos da casa ganha outras características por tornar-se remunerado em outras situações, sendo assim, o serviço doméstico representaria um outomomento de um trabalho feito dentro das relações de salário. A diferença marca a entrada em um outro contexto de economia capitalista, mas entre trabalho doméstico e serviço doméstico, ainda há a ligação dos papéis de gênero, as ocupações femininas e o valor deste trabalho na virada do século XIX para o XX.

Em muitos casos, o início muito cedo de mulheres com as responsabilidades domésticas confunde a diferença entre ajuda dentro de casa e o trabalho, essa diferença só se faz clara a partir da remuneração. O trabalho doméstico só passou a ser considerado serviço doméstico a partir dos registros em carteira de trabalho e a preocupação com a

heterogeneidade de mulheres que passaram a viver certa autonomia, tanto financeira, quanto da autoridade senhorial.

Não esgotamos o tema sobre a vivência de mulheres, muito menos todas as situações possíveis a que estavam sujeitas as trabalhadoras domésticas nos domicílios, mas apropriamos dos exemplos como ponto de referência para demonstrar a relação entre tempo e espaço sobre este trabalho. As condições materiais e sociais delimitam, de época em época, sua configuração enquanto trabalho, e com o fim do período escravista e transição do país para o processo de urbanização sua realidade não seria diferente.

Algumas pesquisas retratam como objeto as relações contratuais de serviço doméstico durante o século XIX e início do XX, podemos elencar entre elas: *Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão* (2011) de Lorena Telles; o já citado *Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889)* (1984) de Margaret Bakos, e *Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. (2009) de Flávia Souza.

Há outros trabalhos que versam sobre o tema ou tratam sobre o período recortado e são elucidativos sobre o cenário social político e cultural da época¹³. Porém esses citados acima dialogam de certa maneira com a bibliografia apresentada até aqui, e nos foram relevantes como referências, em especial a dissertação de Lorena Telles (2011), que utilizou como fontes registros de contratos de trabalho e documentos oficiais da polícia da então Província de São Paulo durante o fim do período escravista.

O fim da escravidão suscitaria diversas questões apontadas até aqui, assim como teria efeitos diversos para a estruturação das hierarquias sociais pautadas em estratos, já afirmados aqui enquanto gênero, raça e classe. A emancipação de cativos após 1888 teria como consequência medidas “preventivas” sobre a quebra de valores arraigados do período escravista, como exemplo, um controle maior sobre o deslocamento de cativos, e a força que as distinções raciais possuíam como marcadora de territórios.

Em 1886, com a lei nº 3.310, a prática do “açoite” aos escravos havia sido coibida. Os tempos indicavam mudanças sobre a relação decadente do regime, entretanto, outras formas

¹³ Como o diário de Ina Von Binzer “Os meus romanos, alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil.” (1994), e “Trabalho, Lar & Botequim” de Sidney Chalhoub (1986).

de coerção social estariam por restituir a relação entre as camadas sociais próximo ao período republicano. No mesmo ano, na Província de São Paulo, discutia-se um Decreto na Assembléia Legislativa que procurava regulamentar os direitos e deveres de patrões e trabalhadores domésticos por via de contratos e cadernetas de trabalho registrado pela polícia, como indicativo das transformações das relações de trabalho e crescente processo de urbanização (TELLES, 2011, p. 36).

Semelhante regulamentação é proposta no Rio de Janeiro durante o mesmo período o qual se preocupava com as evidentes transformações sociais. A obra de Flávia Souza (2009, p. 246) apresenta na íntegra o documento tramitado na Assembléia da região, sob o título de “Decreto nº.284 – de 15 de Junho de 1896 (cria a matrícula geral do serviço doméstico)”.

Não só no Rio de Janeiro e em São Paulo, como nos municípios gaúchos Margaret Bakos (1984) retrata o tema do controle e autorizações de trabalhadores no espaço doméstico sob o nome de “Coleção de Leis e resoluções da província de São Pedro do Rio Grande do Sul” criada a partir de 1887, e que gerou registros até 1894. A medida tinha como reflexo a decadente situação do regime escravista e a quebra na autoridade intocável de antigos senhores.

Dentro da lei que tramitou em São Paulo, havia as distinções sobre os deveres dos patrões e direitos de empregados. Entre os primeiros cobrava-se a responsabilidade de indenizar criados por perdas e danos em casos que houvesse sua culpa, e sofria o risco de multa paga às autoridades policiais em descumprimento das obrigações salariais. Contudo, o caráter da lei não estabelecia paridade com os dois lados, a pena não previa a obrigatoriedade de ressarcir o empregado prejudicado (TELLES, 2011, p. 39).

Ao empregado a lei previa direitos até então inexistente ao longo do regime de trabalho servil, a mudança deste para o trabalho assalariado ocorreu paulatinamente, aos poucos o termo “salário” coube à camada de trabalhadores livres. Como exemplo de direitos, empregados estavam protegidos de não serem demitidos sem aviso mínimo de cinco dias de antecedência, ou antes, do termino do contrato, sendo dever do patrão que infringisse a lei pagar o equivalente ao salário de um mês ou o restante que faltasse para atingir a data prevista de termino contratual.

Enquanto a lei distinguia os deveres dos patrões e assegurava este mínimo de direitos para empregados, também marcava a vulnerabilidade contratual neste trabalho, pois a mesma

determinação legal estabelecia como justa causa a demissão de empregados por conta de doenças, tanto sua quanto de entes familiares próximos (pai, mãe, filhos e conjugue), assim como atentados contra os ‘bons costumes’ (TELLES, 2011, p. 40).

Apesar do feito, Lorena Telles cita que pelos registros oficiais é possível perceber que a lei não conseguiu dar conta do grande número de sujeitos que – perante a ordem pública – representavam potenciais infratores diante do grande contingente de migrantes que circulavam na capital paulista no período (2011, p.41).

Ao final das contas, a lei também refletia os valores da camada dominante em ascensão devido à grande alta de exportação do café, evidentemente ocupada por sujeitos que não possuía a mesma referência de antigas regiões prósperas devido aos grandes ciclos de agricultura exportadora, como o exemplo do Nordeste açucareiro.

Mesmo entre as zonas de expansão do café no Sudeste, havia diferenças entre os primeiros produtores do grão localizados no Vale Fluminense e parte do Vale do Paraíba – regiões que chegaram a sustentar-se com o cultivo da cana de açúcar – em comparação com regiões de fronteira rumo ao Oeste paulista (MOTTA, 2009).

A diferença estaria centrada na reiteração da cultura escravista mesmo em confronto com as mudanças sociais alteradas ao longo da década de 1880. Esta aristocracia cafeeira tinha como valores e modo de vida, a busca pela adequação social por meio de normas de conduta rígidas e complexas, as quais nem sempre significavam uma eficácia sobre a realidade social.

É nesse mesmo contexto que alguns elementos da cultura colonizada tornam-se simbólicos, como a referência ao modelo de progresso e civilização pautados na cultura européia, a qual considerava: o trabalho de alimentação, limpeza da casa, cuidados de crianças, lavagem, costura, e engomar as roupas os alicerces materiais do mundo social e político das elites e classes urbanas. (TELLES, 2011, p.42-43)

A postura da lei, em contrapartida, entrava em choque com a força que a privacidade representava aos patrões, como demonstrou Graham (1992). Interferir nas relações entre patrões e empregados representava a ameaça de intromissão na intimidade domiciliar.¹⁴

¹⁴ Até os dias hoje podemos citar que esta privacidade faz parte das relações entre empregados e empregadores, em campo percebemos o tema como um tabu a ser mantido por portões, câmeras, grades, muros e seguranças particulares.

Todavia, a medida teria sido levada a cabo diante das dificuldades de patrões e agentes públicos conseguirem controlar a então recente mobilidade de libertas e imigrantes que adentravam os espaços urbanos para atuarem dentro desta área de serviço. A lei não passou despercebida pelas críticas, entre elas, a citação de que a medida não passava de mais um pretexto para a classe subalterna curvar-se ainda mais aos ricos (TELLES, 2011, p. 44).

Se antes da abolição já havia discussões na Assembléia Legislativa quanto ao controle de contratos de trabalhadores domésticos em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a situação evidenciava as transformações de uma sociedade extremamente pautada nos domínios entre senhores e escravos, e que agora eram reconduzidas por conta da mobilidade social de muitas mulheres que se submetiam a este trabalho como fonte de renda e sobrevivência.

O grande processo de urbanização na Capital da Província de São Paulo é exemplo da mobilidade encontrada por trabalhadoras domésticas. Apesar da concorrência com imigrantes européias, muitas libertas encontravam no grande número de sobrados a possibilidade de constituírem renda de acordo com os interesses que lhes norteavam. Ao mesmo tempo, a situação demarcava a quebra na estabilidade de patrões em relação a seus empregados, flexível então pelos vínculos frágeis de contratos de trabalho.

Também no campo, como cita Marina Maluf (1995) sobre a experiência de suas interlocutoras Brasília e Floriza, queixas sobre a mudança do trabalho de regime forçado para o assalariado exigia novas maneiras de exercer a administração de lavouras, incluía-se a este fator saber tratar com dignidade os colonos, ensinar as tarefas da lavoura e respeitar os limites da autoridade dentro do trabalho livre.

No caso do campo, a situação também se intensificou ao ficar evidente a intenção de troca da mão de obra negra pelo imigrante europeu devido às “políticas de branqueamento” da população no início do século XX. A exigência não só obrigava a construir outras formas de relação de trabalho como aceitar a instabilidade provocada pela liberdade de famílias alocadas em serviços por empreitada, sujeitas a permanecer ou não no local em acordo.

Para trabalhadoras domésticas, a vulnerabilidade dos contratos significava tanto a liberdade de trocarem de patrões como os mesmos se desfazerem de suas empregadas com extrema rapidez e facilidade. A lei tinha como um de seus objetivos – apesar dos efeitos adversos provocados – controlar essa situação.

Apesar do intuito controlador de órgãos públicos, o momento de tensão no final da década de 1880 foi marcado por conflitos entre a situação de libertos e aqueles que ainda suportavam os pesares do regime escravista. Entre os serviços de maior expressão desta contenda encontra-se o trabalho doméstico, como representante da transição do trabalho escravo para o livre.

Os registros policiais de época davam as pistas para perceber esta situação ao retratarem casos de rebeldias e desobediências identificados por mulheres que não aceitavam passivamente os abusos de autoridade de patrões.

O fato de que as alforrias não pudessem ser mais revogadas por motivos de vingança entre patrões e ex-escravos, além do direito de compra da mesma por economias particulares, fez com que desde a década de 1870 o controle estável de senhores sobre escravos diminuísse, e a possibilidade de rescisão da liberdade adquirida fosse extinta, momento diferente então das oportunas liberdades em troca de permanência da mão de obra nas lavouras. Como cita Telles (2011, p. 78), muitas mulheres, “libertas de cor, livres e destuteladas” traziam de outras origens fora da Capital, indícios sobre a ‘erosão’ da autoridade centrada no paternalismo de senhores e a evidente mudança nas relações de respeito e poder no convívio dentro do ambiente doméstico.

O ambiente doméstico, neste sentido, representava mais do que simplesmente a propriedade familiar, ele funcionava, como menciona Marina Maluf (1995) em diversos momentos de seu texto como algo próximo à ideia de “empresa doméstica”.

A casa como um espaço de reprodução da manutenção da vida humana (MALUF, 1995, p. 199) era gerenciada com o intuito de cumprir sua função cotidiana. Um dos exemplos desta configuração é dado pela autora a partir do valor simbólico que a *chave* da despensa representava, a casa era consolidada como o espaço da intimidade, a vida privada, enquanto fora, representava o espaço público.

A situação demonstra o que já mencionamos sobre papéis masculinos e femininos, a divisão do trabalho doméstico dividido por sexo. O poder senhorial dentro dessas relações sofria então erosão perante a decadência de um regime que aos poucos deixava de ser sustentável. As mudanças condiziam com uma realidade social, econômica e, aos poucos, política, sobre a condição de cativos. Entretanto, homens de classe dominante diferiam de

homens pobres sobre os recursos e pecúlios para manter-se diante de mudanças dessa magnitude.

Todavia, o que Lorena Telles mostra é que cônjuges de mulheres trabalhadoras domésticas não conseguiam cumprir plenamente valores relacionados estritamente à camada dominante. Em especial, a situação era mais delicada sobre o intuito de manterem-se enquanto único provedor da casa e proibir a atuação de suas companheiras em serviços fora de seu próprio domicílio (TELLES, 2011, p. 89).

Diante da realidade apontada quanto à imigração no período, a disputa por oportunidades no mercado de trabalho tornou-se ainda mais acirrada para homens e mulheres livres. Sobre a condição feminina, os rearranjos e improvisos, principalmente sobre o trabalho relacionado com as atividades exercidas dentro de casa proporcionavam uma saída para a situação, já para os homens as possibilidades eram mais restritas dentro deste cenário competitivo.

A condição masculina das camadas populares e os valores dominantes do papel de homem provedor era uma contradição para cônjuges de trabalhadoras domésticas, pois encontrar-se excluído das oportunidades do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, sentir-se na obrigação de acatar valores alheios à sua classe teria resultados dentro da própria intimidade de convívio de suas casas.

Em muitos casos, o vínculo de trabalhadoras domésticas em casas de família proporcionava a renda principal para a sua manutenção, de sua família e marido. Além de cozinhar, lavar e passar para fora, a atividade diária dentro de casa para seus parceiros era reforçada por outras comodidades cedidas, como: “alojamento [...]; alimentação (geralmente ‘trazida do emprego, em uma pequena marmita); roupas velhas (obtidas pelos patrões); e algum dinheiro (extraídas do próprio ganho)” (TELLES, 2011, p. 91).

Nessas condições de sustento improvisado, as tensões emergiam dentro do espaço domiciliar de trabalhadoras domésticas, a situação não justifica historicamente as relações de poder entre homens e mulheres dentro da privacidade da casa e o problema que hoje conhecemos enquanto “violência doméstica”, mas as agressões eram indicadores dessas tensões. Perder o *status* de poder e provedor da casa para homens não coincidiam com as

expectativas da época, em uma sociedade em que o patriarcado¹⁵ possuía grande peso enquanto valor dominante.

Além do estigma da pobreza, a cor delimitava o espaço para mulheres no trabalho doméstico. Talvez este seja um dos itens mais evidentes sobre a relação entre período escravista e a profissão, a cor delimitava não só esta categoria, como toda uma sociedade de época de forma contundente, o que ganharia um refinamento dentro das mudanças sociais do século XX. Apesar de o trabalho doméstico não ter sido empregado apenas por mulheres negras, como citamos, constituíam seu contingente uma maioria de mulheres pobres, entre libertas, brancas e imigrantes (GRAHAM, 1992, p. 18), a cor não deixou de ser um instrumento determinante do poder coercitivo de órgãos públicos sobre a população então recém liberta.

Assim como a lei estipulava obrigações e direitos dentro das relações contratuais do trabalho doméstico, também atribuía em escrito classificações sócio-raciais distinguindo a cor de empregadas¹⁶.

Dentro do expressivo contingente da população negra até 1872, representado por 43% da população total do país, não mais cabia o julgamento de exceção pela cor e o tratamento único entre “escravos” e “ex-escravos”. Exemplos dessas denominações aparecem nas cadernetas de trabalhadoras domésticas a qual além da idade, função a qual fora designada, vencimentos salariais, o nome aparece com o indicativo “parda” como distintivo de cor (TELLES, 2011, p. 101-102).

Com o evidente processo de retrocesso do sistema escravista enquanto organizador das relações sociais no Brasil Império a partir de 1822, o controle do “açoite” foi aos poucos sendo investido de maneira mais categórica e menos explícita, que tinha a ver com as referências de progresso e civilização adotados até então nesta transição de trabalho escravo para o trabalho livre.

¹⁵ Sistema em que a autoridade social, seja ela moral, política ou econômica estão pautadas na figura masculina. Como exemplo, em uma organização familiar patriarcal, o homem, pai, mantém a autoridade sobre os demais entes da casa.

¹⁶ Os termos “negro” e “preto” foram empregados ao longo do século XIX para identificar escravos e forros. Já “pardo” dizia respeito à cor mais clara e possível procedência com outras etnias que não apenas a africana. Porém, ao longo da segunda metade do século XIX, a compra de alforrias diluiu estes conceitos de cor, passando a existir designações como “pardos forros” e “pardos libertos”, assim como outros, que indicavam maior miscigenação com brancos no Brasil.

É preciso salientar que as noções de classificação sócio-raciais já haviam circulado a Europa e demonstrado o caráter exploratório das expedições ultramarinas em busca de mão de obra barata nas colônias conquistadas ao longo de séculos de imperialismo.

O estigma da cor, neste caminho, teve como propósito fazer a manutenção da marca do cativo e do longo período de relações escravistas, em um momento de necessária transição das relações de trabalho existentes até então. A distinção por cor marcaria o uso político desta concepção e procurava cristalizar hierarquias sobre a camada da população marginalizada socialmente na sociedade brasileira.

Aos poucos vamos estabelecendo vínculos de como as determinações hierárquicas tendem a se relacionar paralelamente sobre estratos sociais, principalmente quanto aos três indicadores citados já aqui quanto a: divisão sexual do trabalho doméstico no espaço privado (gênero), às distinções de cor (raça) e pobreza (classe), os quais serão debatidos ao longo do segundo capítulo.

1.4 Mudanças sociais e culturais

O imaginário e as representações escravistas foram definidos pelos antigos fazendeiros e proprietários de escravos que viam no fim do regime um atentado à propriedade privada. Neste sentido, a resistência contra as mudanças sociais estavam relacionadas muito mais com respeito aos valores dessa parcela da população do que de fato com o cenário sócio-cultural promovido por contestações no Brasil e fora.

As chamadas “leis da história”, como afirma Viotti(1997, p. 430), ao retratar o argumento utilizado por esses proprietários já no período decadente do regime escravista, é que dariam conta de colocar nos trilhos certos a questão do trabalho forçado, enquanto o tempo não correspondesse com as demandas sociais, que a história mostrasse os caminhos para desvencilhar-se desta mazela social.

Contudo, as estruturas da sociedade escravista não condiziam mais com as novas transformações do século XX. Elas estavam relacionadas com valores sobre o trabalho, a família, a política, à nova cara dada ao Estado representado pela República a partir de 1889 e uma influente interferência de valores advindos da Europa, com sua preocupação em afirmar direitos universais à sociedade como um todo decorrente de Revoluções Liberais¹⁷ ao longo

¹⁷Um conjunto de Revoluções sucederam na Europa ao longo do século XIX e ecoaram sobre outros continentes, em especial nos Estados Unidos. Como mais significativos, em 1830 o Antigo Regime na França

do século XVIII e XIX. Nestes princípios, a escravidão e os modos de trabalho análogos a ela são inaceitáveis dentro das novas relações de trabalho assalariado.

No Brasil, já na virada entre o século XIX e XX, o incipiente processo de industrialização, assim como uma maior distinção das camadas sociais entre elite industrial, o operariado e o diversificado setor médio daria novas caras para a sociedade brasileira, em especial para o Sudeste, que havia acompanhado de perto, neste início do século XX, os avanços da economia da agroexportação aliada às políticas de incentivo à produção cafeeira.

A estrutura das casas dentro do espaço urbano também não condizia mais com a arcaica suntuosidade das Casas Grandes. O trabalho doméstico aparece diante dessas mudanças por ser feito dentro do âmbito familiar, as mudanças nas estruturas familiares, nas casas e nos espaços urbano e rural indicam mudanças neste trabalho também. Ao longo do tempo, ele se adequou a todas essas transições, muito mais pela necessidade de patrões, modificadas de época em época, do que a formação de uma categoria profissional próxima ao que se percebeu posteriormente com as chamadas profissões liberais.

Não pretendemos dar saltos muito grandes no andar das mudanças históricas, mas algumas arestas deste processo têm resultados sobre o tema aqui apresentado. Envolve, neste caminho de mudanças, o entendimento sobre a idade do trabalho. Se antes meninas casavam-se a partir dos doze anos de idade e com vinte já aparentavam aspectos de mulheres próximas aos quarenta anos, nos dias de hoje (FREYRE, 2006, p.429), no século XX as concepções sobre o tempo de crescimento da criança e fase adulta (HAHNER, 2012, p. 66) iriam questionar o trabalho infantil, em especial, sobre a relação quase natural de pequenas sinhás terem desde cedo suas criadas.

O motivo para tal questionamento estaria pautado em demandas materiais, altas taxas de mortalidade infantil e grande necessidade de mão de obra adulta não consentiam com a realidade ideal que o processo de industrialização impunha. Nesta condição, a escola viria a assumir o papel importante de estender o período de crescimento do 0 aos 18 anos de idade, ao longo do século XX.

Consequentemente, se o trabalho infantil tornou-se inaceitável, a situação de crianças de famílias pobres não foram resolvidos por inteiro, assim como o problema da escravidão

sofreu queda diante de pressões políticas e deu espaço para nova forma de organização política democrática, o que fez com que algumas práticas fossem rechaçadas aos olhos do liberalismo, como a escravidão. No entanto, não coibiu as disputas territoriais que culminariam na Primeira Grande Guerra Mundial no século XX.

não trouxe novas oportunidades para ex-escravos, os valores em transição propiciaram o processo de marginalização dentro da própria idade em crescimento. Não só no período, como posteriormente, o trabalho infantil relacionado ao trabalho doméstico ainda aparece como um dos problemas referentes ao Brasil discutidos em órgãos internacionais, como a Organização Internacional de Trabalho¹⁸ (FONSECA&RIZZINI, 2002)

A infância, porém, está no bojo das questões que emergem no século XX em conjunto com os processos de industrialização e urbanização, e acabam por interferir na sociedade voltada para as capitais. Não pretendemos adentrar com profundidade o tema sobre infância, mas ele está relacionado com as abordagens sobre família. A obra *Colcha de Retalhos*, que trata dos diferentes aspectos da família brasileira, apresenta um de seus textos voltado para a questão do trabalho doméstico (KOFES, 1982). O tema diz respeito à família e a manutenção do lar, assim como a relação próxima entre patroas enquanto formação de identidades dentro da própria categoria gênero.

A situação demonstra como o tema referente a este trabalho está incluso em debates que discutem aspectos culturais, sociais e econômicos, como mudanças sobre a concepção do trabalho podem interferir na rotina do trabalho doméstico, como a estrutura das casas pode facilitar ou não a função delegada a empregadas, e como a divisão dos afazeres da casa envolve não só papéis masculinos e femininos, como abordagens maiores referente às mudanças familiares. Essas e outras questões iremos debater no capítulo seguinte.

¹⁸ A OIT – Organização Internacional do Trabalho, refere-se a um dos desdobramentos do Tratado de Versalhes, acordado em 1919, e teve como intuito – além de inibir os impulsos causados pela Primeira Grande Guerra Mundial – propor uma entidade que estimulasse não só a paz, como a justiça social.

Capítulo 2 TRABALHO, CASA E FAMÍLIA

Este capítulo discute os diferentes aspectos quanto ao trabalho doméstico, desde suas implicações culturais, quanto à sua situação como trabalho feminino. Procuramos dar diferentes enfoques sobre o tema para situá-lo enquanto objeto e compreender as diferentes dimensões envolvidas em seu entendimento. Para isso, dividimos em três etapas diferentes: os marcadores sociais relacionados a este trabalho; o tema *família*; e referências de etnografias sobre o trabalho doméstico.

O termo “casa de família” aparece em diferentes circunstâncias quando tratamos sobre o trabalho doméstico. Como veremos adiante, ele possui significados que determinam a esfera de trabalho para empregadas domésticas. Ao mesmo tempo, o conceito de família para empregadas e empregadores tende a interferir sobre essa relação. A família de empregadas domésticas, sua casa e sua demanda, configuram o trabalho doméstico, ou seja, o fato de compartilhar ou não as tarefas domésticas com os demais familiares resulta em uma dupla ou tripla jornada de trabalho.

A família de empregadores é proporcional ao modo como o trabalho doméstico de uma empregada, oferecido enquanto serviço, ocorre dentro da casa. É a partir dos horários, gostos e costumes que – mesmo com diaristas – os parâmetros para o trabalho são estabelecidos. Como apresentamos até aqui, empregadas domésticas durante e após o fim do período escravista, sempre estiveram envolvidas na intimidade das casas onde trabalham, em alguns casos, como dos criados, ocorre de ser considerados como parte da família. Mas família, neste sentido, possui significados diferentes para empregadores e empregadas.

As mudanças nas estruturas familiares também são significativas para falar sobre o trabalho doméstico. Os papéis assumidos entre homens e mulheres em uma lógica do mercado de trabalho, do tempo gasto com o serviço e a família, têm impactado sobre a necessidade de uma empregada doméstica na casa. Observamos esses detalhes para nos questionar sobre a divisão sexual do trabalho, quais os limites dessas mudanças e como elas ainda não foram o suficiente para dar conta de questões estruturais sobre relações de poder dentro do ambiente doméstico. Com essas mudanças, o trabalho doméstico ainda é preenchido por um perfil de trabalhadoras a ser explicado adiante.

2.1 Marcadores sociais: gênero, raça e classe

Hoje, no século XXI, o trabalho doméstico remunerado ainda possui dados que podem ser explicativos sobre as abordagens levantadas até aqui. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE, 2012, p. 148), no artigo *O Emprego Doméstico nos anos 2000* publicado na coletânea de textos *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*, o serviço doméstico é a área de ocupação que recebe o maior número de mulheres negras, entre as áreas de expressiva atuação feminina, ele está como uma das ocupações de menor rendimento salarial, mesmo diante dos outros setores, como o de comércio.

Sobre números, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2011) realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), revela que de um total de 92% de mulheres que atuam nesta categoria profissional, pelo menos 61% são mulheres negras.

Uma das mudanças significativas sobre este cenário é quanto à faixa etária de mulheres empregadas na área. Nos anos 2000 houve uma permanência de mulheres acima de 30 anos neste trabalho, enquanto jovens de 18 a 24 anos migraram para outros setores (DIEESE, 2012, p. 151).

Em contrapartida, tem-se verificado outros aspectos sobre a precariedade de serviços paralelos ao Trabalho Doméstico. Há uma tendência ao aumento no número de diaristas em comparação ao contingente de empregadas mensalistas com carteira assinada. Este aumento representa, pelo menos, 10% a mais em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador (DIEESE, 2012, p. 156).

A mudança de vínculo entre diarista e empregada doméstica pode ser resultado de uma dinâmica mais objetiva de manutenção da casa (FLEISCHER, 2002, p. 256), porém, a precariedade do trabalho de diaristas não seria resolvida estendendo o vínculo próximo ao de mensalistas, mas reconhecer seus problemas quanto à seguridade jurídica, que acompanhe de fato este contrato efêmero.

A principal lei que determina as relações trabalhistas no Brasil, Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943, excluía empregadas domésticas dos benefícios e direitos oferecidos a classe trabalhadora. A Constituição de 1988 foi um marco na retomada democrática do país,

mas não tratou sobre o problema de empregadas domésticas em seu texto, a medida só seria conclusa em 2013.

A Emenda Constitucional 72^a (BRASIL, 2013), que estende os direitos trabalhistas presentes na Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943 às empregadas domésticas foi uma conquista resultado de lutas, porém a demanda sobre o problema quanto às diaristas ainda é pendente na jurisdição brasileira.

Em resumo, o trabalho doméstico, atualmente, é identificado como um trabalho de baixo rendimento, pouca proteção social devido seu caráter privado em ambiente domiciliar e alto grau de informalidade na contratação.

Em conjunto a esses dados, é preciso levar em consideração que o mercado de trabalho feminino no Brasil sempre passou por dificuldades devido às desigualdade de gênero, onde salários e cargos são correspondem às discrepâncias entre homens e mulheres no mercado de trabalho, o que limitam seu reconhecimento e seguridade social. Normalmente o crescimento econômico é um dos impulsores para proteger trabalhos *precarizados*, como resultado do interesse do Estado e do patronato em incorporar essa força ao mercado de trabalho. Quando não, a medida também pode tornar-se um entrave à contratação legal por ampliar a responsabilidade de vínculos empregatícios (MATOS & BORELLI, 2012, p. 142).

Ao longo da pesquisa sobre os efeitos que o período escravista teria deixado à sociedade brasileira, fomos aos poucos percebendo outros aspectos sobre esta relação que não estavam explícitos, entre eles, a ideia de complementaridade quando traçamos o perfil das trabalhadoras domésticas nos tempos atuais.

Reforçamos a ideia de ligação entre gênero, raça e classe no texto apresentado. Esta não é uma inovação de nossa parte, outros textos já versaram sobre este tema no Brasil¹⁹, mas a ideia central é de que as desigualdades e hierarquias tendem a estar relacionadas umas às outras, causando, assim, um cruzamento entre fenômenos sociais, os quais podem perder sentido quando separados.

Em *Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais* (2014) a socióloga Helena Hirata faz um traçado sobre teorias que lidam com esta perspectiva de complementaridade entre as categorias analíticas e indicadores sociais.

¹⁹ Entre eles, destacamos Guimarães (2002), “Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil”. *Cadernos Pagu* (17/18) 2001/02: pp.237-266.

A autora destaca duas principais vertentes, a “consustancialidade” proposta pela também socióloga Daniele Kergoat, a qual desenvolve desde o final da década de 1970 o conceito que destaca os mecanismos de discriminação no mundo do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e de origem (HIRATA, 2014, p. 65), e, a “interseccionalidade” proposta pela jurista Kimberle Crenshaw em texto de 1989, a qual foca as discriminações por sexo e raça. No caso de Crenshaw, sua ascensão como ícone deste debate está inscrito no fortalecimento do chamado Black Feminism (Feminismo Negro²⁰) emergente no final dos anos de 1970 (HIRATA, 2014, p. 62).

Tanto uma teoria quanto outra surgiram em resposta às divisões de interpretações mecânicas sobre os fenômenos relacionados às três dimensões mencionadas, sendo a perda maior a negligência entre os pontos de encontro entre as discriminações sociais. Hoje podemos ter um olhar mais apurado sobre esta situação, pois talvez as desigualdades tenham saído do plano dos nichos intelectuais, para serem percebidas enquanto fenômenos inter-relacionados socialmente.

O exemplo utilizado por Hirata (2014) em seu texto para demonstrar esses vínculos é dado sobre o trabalho do *care*, serviço este relacionado aos cuidados com pessoas idosas e incapacitadas, o qual os dados foram levantados em três países diferentes: Japão, França e Brasil.

A conclusão retirada sobre a pesquisa realizada pela autora é de que nos três países o valor que o trabalho do *care* possui é baixo, ao mesmo tempo, atuam em sua área pessoas relacionadas a grupos politicamente minoritários. Como exemplo, a autora cita que no Brasil predominam migrantes internos, na França migrantes externos, e no Japão, as mulheres, as quais são “equivalente funcional” aos imigrantes (HIRATA, 2014, p. 67-68). A condição de trabalhos menos valorizados – em especial, o cuidado sobre a manutenção humana – tem dados próximos em diferentes países.

Diante destes aspectos podemos observar que, de um modo geral, como nos países mencionados, há uma desvalorização do trabalho de servir outrem, esta afirmativa tiraria a

²⁰Importante destacar que no Brasil há repercussões deste movimento, sendo uma dessas vertentes representada por Djamila Ribeiro, secretária-adjunta da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.

Também recentemente, a página da rede social Facebook “#EuEmpregadaDoméstica” tem feito papel de denúncia sobre as relações precárias do serviço doméstico, assim como vinculado à causa de mulheres negras. A organização não-governamental CFemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) fundada em 1989, além de reivindicar os direitos humanos referente às mulheres, também tem assumido a causa das relações raciais.

essencialidade no caso do Brasil. Contudo, o elemento raça é significativo sobre o caso brasileiro.

Diferente da França, que recebe migrantes de parte da África Negra e África do Norte para trabalhos subalternos (HIRATA, 2014, p. 67), o Brasil tem em seus 61% de mulheres negras que atuam no Trabalho Doméstico, pessoas de origem brasileira.

Em Gilberto Freyre (2006) vimos como a questão racial aparece como um exemplo idealizado a seguir quanto ao convívio entre as raças. A convivência íntima entre negros e brancos seria a prova deste êxito fora do país. Em resposta a essas afirmações que serviram de base para a justificativa sobre as relações raciais no Brasil, autores constataram realidade distinta a partir de dados empíricos.

No capítulo *O mito da democracia racial no Brasil*, presente na obra *Da Monarquia à República* (1998), Emília Viotti retrata o contexto de revisão do pensamento social brasileiro sobre as relações raciais no Brasil. Fazem parte deste momento autores como Florestan Fernandes, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, entre outros (VIOTTI, 1998, p. 368).

Ao contrário de reforçarem o mito da democracia racial, houve o levantamento de índices que demonstraram um quadro comprometedor sobre as relações raciais no Brasil. Os indicadores estão relacionados às oportunidades de trabalho, acesso à educação e moradia. Em conjunto aos dados, identificaram o caráter cultural da sociedade brasileira “de terem o fundamental preconceito de não serem preconceituosos” (VIOTTI, 1998, p. 369).

Entre os autores citados, é de suma importância o trabalho de Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes* (1965) que tratou diretamente os índices sobre raça e classe social no Brasil. A obra é desdobramento da pesquisa realizada na década de 1950 e financiada pela UNESCO²¹ (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) que resultou no conjunto de artigos “*Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*” (BASTIDE & FERNANDES, 1955).

A obra de Florestan Fernandes representa uma escola dentro da Sociologia, trata-se de um marco no pensamento social brasileiro sobre o tema e discute o cruzamento entre as categorias analíticas raça e classe, tendo como fonte dados da pesquisa de campo e a história

²¹ Muito semelhante ao papel da OIT, a fundação UNESCO criada em 1946, tem como objetivo fomentar a paz a partir dos meios de comunicação, a cultura, o desenvolvimento da ciência e educação.

da formação da cidade de São Paulo. A importância da obra, porém não impediu que a discussão fosse superada posteriormente.

Os dados de sua pesquisa são extensos, não pretendemos retomá-los aqui, e sim, citar os desdobramentos de sua obra na literatura sobre o assunto quanto às discussões sobre relações raciais no Brasil. Este exercício serve como base para dimensionar nossa hipótese sobre o vínculo entre período escravista e trabalho doméstico.

A constatação das dimensões do *trabalho* no Brasil é evidente, quando o conceito de raça é utilizado enquanto referencial para avaliar outros indicadores, tanto oportunidades de trabalho quanto ocupação possuem disparidades entre negros e brancos no Brasil.

Em *Raça e gênero no mercado de trabalho*(2000), Maria Aparecida Silva Bento faz síntese sobre esse tema no pensamento social brasileiro e discute os limites que Florestan Fernandes e autores de sua época atingiram sobre o tema.

Bento (2000) retrata que a escola de Florestan Fernandes esteve preocupada com a emergência e expansão do capitalismo industrial e a instauração de uma nova ordem econômica e social, neste sentido, raça e classe foi o enfoque principal sobre as relações raciais no Brasil. Claramente de caráter marxista, as abordagens dadas por estes autores tinham como base a luta de classes e os efeitos que a sociedade industrial teve com o crescimento do capitalismo no início do século XX no Brasil.

Houve o reconhecimento das desigualdades raciais no período pós abolição na análise destes autores, contudo, os mesmos afirmavam a categoria classificatória raça como efêmera diante do desenvolvimento capitalista (BENTO, 2000, p. 296).

Como resultado, era esperado que a população negra marginalizada após o fim do período escravista teria como consequência do sistema econômico emergente seu enquadramento dentro do capitalismo industrial. Antes de raça, a categoria classe seria mais abrangente e a população negra seria considerada dentro do processo produtivo e não mais pelas determinações de raça (BENTO, 2000, p. 296).

Assim, a autora retoma a discussão no presente sobre o pensamento social brasileiro para ressaltar que essas mudanças não ocorreram como previsto diante do desenvolvimento do capitalismo, e a categoria classificatória raça – assim como a função do racismo no Brasil – ainda são contundentes.

Além de raça e classe, a autora cita a categoria gênero como uma hierarquia a mais sobre estas desigualdades e os casos de discriminação no mercado de trabalho. Bento (2000) cita as diferentes formas que mulheres negras respondem às discriminações raciais.

Entre resistir diretamente com argumentos à altura do racismo ou ser passiva diante das discriminações, a autora ressalta a atitude de mulheres que procuram desconstruir a imagem de inferioridade pela busca em alcançar a excelência, não como resultado completo do enquadramento aos valores estabelecidos, mas “agir como o esperado, para chegar onde não se é esperada” (BENTO, 2000, p. 302). Veremos adiante como essa situação é latente também no serviço doméstico.

A passagem no texto nos chamou a atenção por demonstrar como o estereótipo antecede o conhecimento sobre a realidade, esse é o fundamento do preconceito, do racismo e das discriminações em geral, e por mais que os índices demonstrem uma realidade evidente sobre desigualdades, encontrar pessoas que chegam onde não se é esperado é a prova real sobre a diferença entre estatísticas e competência.

Bento (2000, p. 304) cita ainda a importância de reconhecer a categoria raça como tão importante quanto a outras formas de classificação social, o seu encobrimento descaracteriza aspectos que ao longo do tempo ficam evidentes enquanto negligência, como o caso apontado sobre o caráter econômico prevalecido sobre as características sociais.

Ressaltamos que, de todo modo, as mudanças ocorridas com o fortalecimento do capitalismo enquanto nova ordem econômica e social no Brasil foi evidente para a sociedade, afirmamos que esses foram fatores primordiais para a transição da sociedade pautada na agricultura em direção à um processo de urbanização, contudo, destacamos o caráter cultural dessas mudanças na intimidade²² da vida dos brasileiros como significativo para o tema que estamos discutindo aqui, sem nos deixar levar por uma apreensão macro econômica dos efeitos que esta situação causou nos problemas levantados até o momento.

Exemplo de utilização do conceito de raça como categoria analítica está expresso na obra clássica *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (1979) de Carlos Hasenlbag. Em seu texto, o autor faz longo trabalho de cruzar dados sobre a população negra no Brasil e sua situação enquanto fatores como: ocupação demográfica em espaços geográficos de alto ou

²² Exemplo destas mudanças estão detalhados no volume 3 da coleção “História da Vida Privada no Brasil – República: da *Belle Époque* à Era do Rádio”, SEVCENKO, Nicolau. (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

baixo desenvolvimento econômico; formação profissional; ocupação em áreas de trabalho por cargos; nível educacional; e qual auto-imagem que negros possuem diante de discriminações.

Em todos esses passos o autor deixa evidente como a categoria raça é incisiva sobre os dados, seja sobre o trabalho, educação ou moradia, há diferenças entre brancos e negros.

Além do reconhecimento enquanto discussão chave, a contribuição de sua obra para nós está situada no capítulo segundo, intitulado *A transição para a liberdade, industrialização e relações raciais* no qual o autor propõe revisitar discussões acerca de argumentos que explicam a condição do negro no presente a partir da História do Brasil.

Para tal crítica, o autor cita o trabalho aqui exposto de Florestan Fernandes como um dos ícones desta vertente que defende o ponto de vista de que o sistema escravista teria deixado mazelas para a sociedade brasileira, entre elas, a dificuldade da população negra se inserir na dinâmica econômica competitiva capitalista. Os problemas quanto à abordagem econômica já foram descritas em Bento (2000), aqui Hasenbalg faz um retrospecto sobre a análise que Florestan (1965) faz sobre passado e presente.

A curto e médio prazo, Hasenbalg (1979, p. 51) cita que a escravidão teria deixado desvantagens competitivas em que estiveram envolvidas o racismo e discriminações à população negra, entre os legados estruturais estariam: “o analfabetismo maciço, limitada diversificação de habilidades ocupacionais e grande concentração demográfica em áreas rurais à margem do desenvolvimento urbano e industrial”.

Todavia, a crítica que o autor faz é sobre a escravidão como resposta a todos esses problemas persistentes no presente, e cita:

[...] essa ênfase na continuidade com o passado pode levar a um conforto livre de culpa, já que se sabe que a atual condição dos negros não é em grande parte o resultado da discriminação vigente, mas, pelo contrário, advém da opressão do passado escravista.” (HASENBALG, 1979, p. 39-40)

Em resposta à perspectiva de Florestan Fernandes, Hasenbalg esmiúça dados e conceitos em busca de explicações que evidenciam as discriminações e desigualdades sociais no presente, ou pelo menos, que não se apóiam no passado unicamente para falar sobre as condições atuais.

Entre os conceitos citados, Hasenbalg (1979, p. 71) afirma que enquanto organização a sociedade possui estruturas sociais de reconhecimento, dentro dessas estruturas sociais estariam mecanismos que reforçam a estrutura de posições sociais que articulam as funções

simbólicas e estratificadoras, entre elas, a categoria raça exprime este funcionamento em sociedades de caráter multi-racial, durante e após o escravismo.

Enquanto estruturas de funcionamento dentro da sociedade, a forma como esses mecanismos funcionam também respeitam o tempo e as circunstâncias de sua existência, portanto, em cada período, mesmo após o fim da escravidão, essas estruturas, necessariamente passaram por outros moldes tendo em vista que o mercado de trabalho livre resultou em novas formas de relações raciais. Um dos exemplos desta resposta de brancos contra negros foi o acirramento no início do século XX das chamadas “políticas de embranquecimento” da sociedade e da cultura nacional como um todo. Este seria um exemplo de resultados das relações raciais no período pós abolição.

Quando essas estruturas são tomadas enquanto sobrevivências de um passado escravista e consideradas como um “atraso”, “arcaísmo” no presente, acabam por limitar o reconhecimento de seu funcionamento. Em conjunto à manutenção da estratificação social, o autor propõe que a sua persistência deve ser levada em consideração de acordo com os ganhos materiais e simbólicos que esses mecanismos sociais dentro do funcionamento das estruturas oferecem aos beneficiários desta relação (HASENBALG, 1979, p. 76).

A pergunta “quem se beneficia do racismo e como?” para o autor possui resposta relacionada diretamente com as relações raciais envolvidas entre estruturas sociais de classe, estratos sociais e mobilidade (HASENBALG, 1979, p. 113).

A crítica que o autor faz é veemente sobre a hipótese levantada aqui. Retratar o trabalho doméstico a partir de questões históricas tem um peso fundamental para explicar fenômenos no presente. Portanto, não descartamos a indagação de que o trabalho doméstico no Brasil tenha significados históricos e culturais que passam por suas origens no período escravista, as transições do regime de trabalho forçado para o trabalho livre é síntese dessa construção social, o imaginário esboçado de senhores de escravos sobre a benesse do escravismo foi exposto no capítulo primeiro como forma de identificar como valores arraigados são preservados mesmo diante de mudanças sociais.

A proposta de Hasenbalg (1979) nos faz crer que seja necessário ir além da hipótese histórica e compreender o presente de maneira sucinta a perceber como as discriminações raciais se articulam no presente, mas o motivo que nos leva a questionar sobre marcadores sociais como raça continua sendo a própria História do Brasil que levou o trabalho doméstico

por tanto tempo a ser negligenciado enquanto categoria profissional diante das principais leis que regulamentam as relações de trabalho no Brasil.

Adiante veremos na fala de empregadores e empregadas como alguns significados que são dados para as relações que presenciam diariamente no espaço doméstico, são dignos de ser pensada a luz das hipóteses levantadas até aqui, como exemplo, o valor material e simbólico do trabalho doméstico e a divisão sexual do trabalho dentro de “casas de família”.

2.2 Família e demanda doméstica

Neste subitem sobre o quesito “família”, trabalhamos melhor os assuntos de ordem originários sobre as relações dentro de um ambiente doméstico e familiar, principalmente sobre valores culturais que tendem a reorganizar-se em conjunto com mudanças sociais e políticas.

Não temos o intuito aqui de resgatar discussões ontológicas sobre *família*, como já existem obras dissertadas neste assunto (CASEY, 1992; ARIÉS, 1981), pois este também difere-se como uma área à parte dentro de diferentes segmentos das Ciências Humanas (Antropologia, Sociologia, História, entre outros). Salientamos apenas que a família, independente do ambiente físico que ocupa ou habita, é um dos vínculos entre outros que constituem laços sociais, nela há o nascimento, a união entre os pares, e a morte, e apesar de sua aparência enquanto fruto da natureza humana, sofre o contato com o tempo, a cultura, a sociedade e valores que modificam suas características (SARTI, 2003, p. 40).

Ao longo de diversos textos já trabalhados até aqui aparecem discussões relacionadas à família, seja sobre o período escravista (FREYRE, 2006; GRAHAM, 1992; MALUF, 1995; TELLES, 2011), ou após, ao longo do século XX e XXI (KOFES, 2001; BRITES, 2000; FLEISCHER, 2002), mas não possuem como intuito principal debater as estruturas familiares como interferência sobre divisões de trabalho dentro do ambiente doméstico.

Sobre as representações da família na sociedade brasileira, vimos em Gilberto Freyre (2006) um dos exemplos da família patriarcal como núcleo de funcionamento não só do ambiente privado da casa, como da autoridade senhorial relacionada à administração da produção agrícola. Apesar de significativo para a historiografia brasileira, o modelo patriarcal conviveu com outras formas de organização familiar. Eduardo França Paiva, em *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos* (1995) demonstra que a união entre escravos e seu reconhecimento informal enquanto família

representava uma das formas de resistência quanto aos desmandos do regime escravista (PAIVA, 1995, p. 135).

Além desta, outras formas de organização familiar existiram dentro da sociedade patriarcal. Como afirma Mariza Corrêa (1982), o intuito de defender apenas um modelo familiar tem seus efeitos, e questioná-lo é um dever político, ao mesmo tempo, as alternativas ao modelo patriarcal não podem ser encaradas apenas como desvio de regra, muito menos marginalizados perante a centralidade do patriarcado (CORRÊA, 1982, p. 36).

Este questionamento, assim como o reconhecimento de outras formas de organização familiar em que mulheres estiveram como proprietárias e articuladoras do espaço doméstico (DIAS, 1984; TEIXEIRA, 2004) faz crer que a divisão sexual do trabalho, mesmo em tempos de fins do período escravista, não estiveram sempre organizadas sobre o modelo patriarcal. Neste sentido, família e divisão das tarefas domésticas possuem vínculos que nos interessam aqui.

Ao final do primeiro capítulo fizemos um pequeno percurso histórico sobre mudanças sociais ocorridas na virada do século XIX para o XX sobre a condição feminina (HAHNER, 2012), a transição lenta resistia a mudanças de valores.

Kofes (2001, p. 93-94) salienta que a divisão da esfera pública e privada tem conseqüências sobre o entendimento do ambiente doméstico, reportamos este argumento a essas transições para o início do século XX. O período marca justamente a adesão do Brasil ao cenário internacional, do capitalismo industrial e suas conseqüências para a sociedade brasileira.

Em *Família e individualidade: um problema moderno*, Cynthia Sarti (2003, p. 42) detalha que a família, dentro do capitalismo, deixou de ser representada enquanto uma ‘unidade de produção’ a partir do momento em que esse sistema econômico separou o que era considerado então produção - como campo da esfera pública - e o que dizia respeito à família - dirigido à esfera privada.

A divisão entre as esferas pública e privada também renderia um trabalho à parte, mas é possível perceber aqui qual sua relação com a divisão sexual do trabalho. Marina Maluf (1995, p. 86-87) já havia demonstrado como os papéis assumidos por mulheres no ambiente doméstico desobrigam homens de tarefas rotineiras, assim como propicia a noção de um

mundo mental de acordo com suas demandas. A esfera pública, da produtividade seria destinada ao homem, enquanto a esfera privada relegada à mulher.

No artigo *Família: algumas inquietações*, Elisabete Bilac (2003) enfatiza que o reconhecimento da esfera privada referente às relações familiares visto como modo de “reprodução” da vida humana foi aos poucos sendo reconhecido, e seu mérito coube ao movimento feminista. Seria esta esfera responsável pela vida social, destinada à produção social da vida humana, tanto sobre o cotidiano quanto em termos geracionais. Já a esfera pública, responsável pela produção de bens e serviços (2003, p. 30). Dentro desta divisão, a reprodução social da vida humana seria subordinação feminina.

A autora também faz uma distinção importante entre a reprodução humana nos grupos sociais, e a própria reprodução dos grupos sociais, quando cita:

Contudo, é preciso evitar a confusão de *processos*: a reprodução humana *nos* grupos sociais não é, *a priori*, a reprodução do grupo social: a reprodução dos pobres *não é* a reprodução da pobreza, a reprodução dos operários *não é* a reprodução da classe trabalhadora. O que reproduz os negros como minoria sociológica *não é* a cor de seus filhos, mas a estima, o preconceito e condições socioeconômicas adversas. (BILAC, 2003, p.32)

O trecho define detalhes sobre a diferença entre transmitir valores societários, reprodução humana e quais seus confrontos com a dinâmica da cultura na sociedade. A definição também serve de crítica ao pensamento “malthusiano” sobre os números da demografia e sua relação com dados de desigualdade social. Neste aspecto, as desigualdades sociais não são representadas pela reprodução de famílias.

Da mesma forma como os estratos sociais recrudesceram ao longo do século XX, como indicativo das mudanças ocorridas com relação às desigualdades sociais, podemos concluir que esta divisão tênue entre público e privado representa, parcialmente, as relações contemporâneas entre família e sociedade. A divisão dessas fronteiras teve como resultados o que já citamos aqui como a ingerência do Estado em discussões privadas, como exemplo a própria família, tratando-se de uma análise macro social.

Em conjunto a essas mudanças e reivindicações de ordem social provindas da sociedade civil - como os movimentos sociais (feminismo, LGBT, entre outros) -, as transições sobre valores culturais quanto à família são significativos.

Como afirma Bilac (2003, p. 36), os papéis sociais e de parentesco foram necessariamente revistos, principalmente diante da emergência das perspectivas de gênero. A

contribuição desses estudos tem sido evidente, apesar de tudo a autora alerta para a tendência de pesquisas relacionadas ao *trabalho* encobrirem aspectos culturais, como os papéis assumidos dentro das relações familiares, mesmo quando eles representam formas de trabalho não-remunerado. Neste contexto, as mudanças em conjunto com ações dos movimentos feministas tem recaído sobre a condição feminina, o que termina por afetar os papéis masculinos.

O momento exige uma revisão nos padrões de enquadramento cultural, não só da mulher – já identificada como sujeito para além das funções únicas de reprodução humana -, como também do homem, e a apreensão de suas características subjetivas e afetivas, escondidas por trás do tom de autoridade inquestionável até então, esta demanda também nos fez indagar que assumir responsabilidades domésticas não define a sexualidade do ser humano.

Como resultado dessas novas apreciações, Sarti (2003) identifica haver na virada do século XX para o XXI uma menor rigidez dos papéis entre homens e mulheres no contexto familiar. Isto significa que o interesse na manutenção dos papéis predestinados hoje é encarado como uma contenda política, pois estabelece privilégios e prejuízos dentro da convivência a dois, antes protegida pela cultura patriarcal.

A situação ressalta que, em um ambiente domiciliar, tomando como exemplo o convívio entre mulher, homem e filhos²³, o exercício da autoridade e os direitos e deveres relacionados à família são hoje possíveis de serem negociados, tendo como efeito as novas dinâmicas sobre a divisão dos afazeres domésticos e compromissos financeiros (SARTI, 2003, p. 44).

O benefício de destacar momentos distintos sobre a sociedade brasileira é de poder perceber o enquadramento de valores culturais de acordo com o contexto histórico. Papéis assumidos por mulheres quanto ao trabalho doméstico foram associados de maneira tão natural quanto inquestionável sobre a condição feminina.

Em relatos mais próximos, como aparece em *Ruídos da Memória* (MALUF, 1995), a dificuldade e esforço do trabalho eram próximos entre mulheres proprietárias e trabalhadoras domésticas. A visão sobre a casa como uma empresa a ser gerenciada tinha como figura

²³ Esta configuração poderia ser de ordem diversa, como casais heterossexuais como homo afetivos.

central a imagem da mulher, mãe, dona de casa, atribulada dos cuidados encarados até então como derivados do instinto biológico feminino.

Vemos que os valores mudaram, mas assim como há avanços, também reconhecemos retrocessos, persistências e interesses que de certa forma contribuem para ruir valores que ainda parecem resistentes ao tempo, nosso tema é exemplo deste caminho.

Todavia, seguimos este percurso para nos perguntar: Essas novas mudanças familiares estão dando conta de superar a necessidade de empregadas domésticas nas casas?

No momento há uma participação mais expressiva de mulheres contribuindo para a manutenção econômica da casa, o que, entretanto, não extinguiu as responsabilidades atribuídas à mulher sobre a manutenção do ambiente doméstico. A via possível de mudanças é a partir dos novos papéis direcionados aos filhos e conjuge, o que pode interferir na divisão do trabalho doméstico.

A equidade e quebra na hierarquia entre os papéis familiares seria mais um motivo para ver extinto o trabalho doméstico, exceto pelas questões ainda latentes de gênero (entre mulheres empregadas e patroas), raça e classe. Além destes embates, a presença de empregadas domésticas na casa, como cita Kofes (2001, p. 217), “antecedem, como existência histórica e como razão de existência, essa necessidade funcional”.

Em trabalho importante sobre essas mudanças na década de 1980, Tânia Salem (1989) retrata no texto clássico *O Casal Igualitário: princípios e impasses* os resultados de sua pesquisa de campo com casais de diferente faixa etária, e a sua adesão a uma postura mais igualitária e participativa entre homens e mulheres, vivenciando a proposição idealizada pelo nome “casal grávido”.

O aspecto principal desta nova configuração estaria em uma interiorização de preceitos que transcendem as imposições sociais sobre as expectativas do casal, vistas como vulnerável à coerção social. Para quebrar com relações arcaicas e benignas à vida a dois, o casal procura responsabilizar-se com o esforço subjetivo de compreender qual o papel de cada um na vida do outro. Por este motivo, a pesquisa de Salem (1989)²⁴, mesmo tendo como

²⁴ Apesar de reconhecer que de 1989 até os anos 2000 houve avanços sobre as relações de gênero, consideramos que haja ainda muitos aspectos a serem revisados, como exemplo, o tema aqui apresentado sobre trabalho doméstico.

campo científico as Ciências Sociais, tem definições sobre sujeito e subjetividade pautados na Psicologia.

Entre as preocupações levantadas para a proposta de horizontalidade, estaria o diálogo aberto sobre: a vida afetiva, a monogamia, a fidelidade e a infidelidade confessa, os aspectos subjetivos e sentimentais do homem até então não expressos, a educação dos filhos, e por fim, os afazeres domésticos.

É interessante notar que, os resultados dos dados obtidos pela autora revelam um lugar menor sobre as discussões quanto aos afazeres domésticos no plano da igualdade entre os casais. Como solução para esta demanda, a autora cita que, em muitos casos, os casais procuram resolver a obrigatoriedade do trabalho doméstico contratando empregadas que assumam essa responsabilidade (SALEM, 1989, p. 5), sendo assim, contribuem para que a divisão sexual do trabalho doméstico ocorra ainda configurada em relações desiguais de poder, mesmo que nenhum dos dois assuma este papel.

Este é o ponto mais importante para nós ao citar este texto, a questão da igualdade poderia resolver em partes a divisão do trabalho doméstico, ele não recaiu sobre a mulher, porém, ao mesmo tempo não passou por uma discussão sobre quem, quando e como seria feito. Este é um problema que tem acompanhado não só as questões levantadas até aqui sobre o âmbito familiar, como também, a maior participação de mulheres no mercado de trabalho, a situação não explica a necessidade de empregadas, mas revela outro fenômeno que escapa das transformações dos papéis familiares.

Além de raça, classe, e gênero, declamado por Joan Scott (1995) como uma categoria imprescindível de análise não só sobre as relações de poder no presente, como sua construção histórica e social perante o passado, aponta questões de suma importância para as considerações até aqui.

A autora cita as atividades domésticas como uma das pautas das relações de poder de gênero, e como dúvida, questiona se a educação de crianças em um espaço onde os pais procuram compartilhar o trabalho doméstico propiciaria uma formação diferente do esperado sobre a divisão sexual do trabalho (SCOTT, 1995, p. 81-82). Como resposta e exemplo sobre a categoria gênero, a autora cita que de maneira ineficiente a análise sobre a realidade social ocorre caso não seja percebido como a sociedade propõe:

Como podemos explicar a forma pela qual as crianças parecem aprender essas associações e avaliações mesmo quando elas vivem fora de lares nucleares, ou no interior de lares onde o marido e a mulher dividem as tarefas familiares? Penso que não podemos fazer isso sem conceder uma certa atenção aos sistemas de significado, quer dizer, aos modos pelos quais as sociedades representam o gênero, servem-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir o significado da experiência. Sem significado, não há experiência; sem processo de significação, não há significado.(SCOTT, 1995, p. 82)

A maior inserção da mulher de classe econômica de maior poder aquisitivo no mercado de trabalho em cargos antes ocupados apenas por homens contribuiu para essas mudanças. Algumas atividades de responsabilidade familiar são deixadas para empregadas domésticas, como não é difícil encontrar, muitas vezes a funcionária da casa assume um papel que vai além de manter a limpeza, alimentação e cuidados com o espaço doméstico, mas também, assumir a tutela dos filhos dos empregadores por muitas horas diárias.

O fim do contrato é a quebra com essas relações entre empregada e filhos de empregadores, assim como o trabalho doméstico pode parecer invisível (MALUF, 1995), podemos concluir que dentro dessa invisibilidade também se exclui o importante papel de educadora que muitas vezes empregadas são obrigadas a assumir diante da multiplicidade de obrigações dentro de um serviço.

Sobre as discussões que vimos até aqui, percebemos como ceifar as relações entre público e privado possui vínculo com a produtividade de quem recebe os privilégios de ser servido. Em passagem da obra *A Condição Humana*, Hannah Arendt (2010), discute no capítulo III, sobre o *Labor* a questão dos servos. A divisão entre trabalhos servis e intelectuais na história ocidental sempre esteve pautada sobre definições políticas, a justificativa sobre a *necessidade* de empregados domésticos nada mais refere-se se não do que a liberdade de senhores produzirem. De época em época essas justificativas são atualizadas ao tempo e às hierarquias sociais vigentes. (ARENDT, 2010, p. 107).

Dentro dos estudos sobre trabalho feminino, o termo *delegação* (HIRATA e KERGOAT, 2007) é o que melhor define este problema dentro do ambiente doméstico. Ele significa a ausência de acordos e discussões entre casais sobre os afazeres domésticos e o ato de responsabilizar terceiros a este trabalho. A situação permite pensar que mulheres podem delegar a outras mulheres este trabalho, sem resolver imediatamente a divisão do trabalho por sexos.

2.3 Etnografias sobre o Trabalho Doméstico

É evidente que as pesquisas em campo com empregadas e seus empregadores não se resumem a um detalhamento apenas sobre questões técnicas, como a descrição sobre a rotina, manuseio das ferramentas de serviço, ou receitas do preparo de refeições, assim como lavar, passar e arrumar a casa. Esses são detalhes que “essencializam” a profissão em detrimento de outros aspectos que podem referir-se a uma visão ampla das condições de trabalho, e ao mesmo tempo, seu envolvimento com fenômenos sociais.

As situações exemplificam o quanto as discussões de gênero, enquanto análise e reconhecimento de formas de poder implícitas em valores culturais são contundentes para reconhecer o papel de mulheres no período histórico recortado. As concepções familiares também relacionam o tema com um conjunto de valores que tendem a modificar-se ao longo do tempo, como a divisão do trabalho doméstico por sexo.

O grande contingente de mulheres negras ratifica o conceito de raça - como um marcador social contundente sobre dados da sociedade brasileira - para compreender a relação entre cor e trabalho forçado até o final do século XIX, e seus desdobramentos no século XX enquanto as discrepâncias econômicas enfatizam as hierarquias sociais estruturadas sobre este trabalho. Como cita Scott (1995, p. 73), avaliada as relações de poder referidas a gênero, é preciso considerar que essas desigualdades estão sempre organizadas dentro dos três eixos citados acima.

O ganho da etnografia está na proximidade com o objeto estudado e a questão do tempo corrente. Até então trabalhamos com referências que retratavam seus objetos de pesquisa situados em um intervalo de tempo restrito, o que mesmo assim fez emergir a compreensão de valores culturais de época.

Há, em especial, autoras que discutem a temática sobre o trabalho doméstico relacionado às Ciências Sociais (FLEISCHER, 2002; KOFES, 2001; BRITES, 2000; SAFFIOTI, 1978), porém, diante desta ampla bibliografia iremos debater aqui apenas três etnografias em destaque.

É interessante e importante frisar que o trabalho doméstico dentro das Ciências Sociais pode ser levado a caminhos diversos de acordo com as subáreas destacadas (Antropologia, Sociologia e Política). As três áreas tendem a ser complementar uma a outra, todavia, são justificadas por metodologias que podem desembocar em dados distintos.

Como exemplo, podemos citar a Sociologia do Trabalho e a percepção sobre o trabalho feminino, que discutem questões relacionadas a gênero e capitalismo, como o trabalho pioneiro de Saffioti (1978), ou as implicações da divisão sexual do trabalho para além da esfera privada e suas consequências nas disparidades sobre diferenças salariais e seguridade social.

São alguns dos exemplos dos caminhos que podem levar de acordo com a escolha da metodologia a ser aplicada. Não significa estar longe do que queremos discutir no momento, mas representa a impossibilidade de poder tratar o tema em todas as suas facetas de uma única vez. Portanto, ressaltamos aqui a importância também dessas áreas sobre os esclarecimentos quanto ao trabalho doméstico, mas optamos pela proximidade com textos que dialoguem com maior propriedade sobre características culturais relacionadas ao tema em questão.

Antes de tratar das etnografias, há um dado importante em comum em Kofes (2001) e Brites (2000) sobre um suposto desaparecimento do trabalho doméstico, o qual iremos investigar ao longo do texto. A informação coincide com o que apontamos em Graham (1992) sobre as mudanças no espaço urbano e o oferecimento de serviços pelos órgãos públicos que não pouparam trabalho para trabalhadoras domésticas.

De um lado há autores, como afirma Brites (2000, p. 45), dentro das Ciências Sociais que consideravam o trabalho doméstico como representante de serviço referente a países em desenvolvimento. A hipótese caiu por terra ao se perceber um aumento do número de pessoas atuantes na área em países desenvolvidos, como se verificou posteriormente às décadas de 1970 e 1980 nos Estados Unidos (BRITES, 2000, p. 46).

Ao mesmo tempo, as renovações tecnológicas seriam um contraponto à presença e necessidade de empregadas na casa (BRITES, 2000, p. 45-46). Mais uma vez, verificamos que as mudanças nas estruturas e utensílios materiais da casa não foram o suficiente para excluir terceiros na manutenção de domicílios familiares.

Do outro lado, Kofes (2001, p. 169) salienta que patroas não conseguem mais achar o mesmo perfil de empregadas para as demandas domésticas, o que evidenciaria então uma diminuição no número de mão de obra atuante no mercado de trabalho. No entanto, o diagnóstico mais sensato é de que empregadas não procuram mais serviços que estipulam o “modelo tradicional de relação” sobre este trabalho, “como por exemplo, a disponibilidade total de seu tempo por um salário simbólico”.

Em *Mulher, mulheres: Identidade e desigualdades na relação entre patroas e empregadas*, Suely Kofes (2001) analisa a relação próxima entre mulheres no Trabalho Doméstico, de um lado patroas e de outro, empregadas, e as formas com que as desigualdades e diferenças manifestam-se no cotidiano da convivência domiciliar. A construção dos laços de responsabilidade, trabalho e confiança são diárias, e hierarquias de estratos sociais recebem tratamentos diversos neste dia a dia.

Um dos termos levantado pela autora quanto a esta relação é sintetizado por *domesticidade* (2001, p. 80). Em resumo, ele significa o abrandamento do peso das desigualdades no contato entre classes distintas.

Quando a empregada doméstica adentra uma região, bairro e casa que estão longe de sua origem, é obrigada a lidar com os códigos e valores que não são seus. Ao contrário do confronto constante, a autora sugere este termo como metáfora das relações entre empregadas e demais membros da casa. A *domesticidade*, aqui também sinônimo do verbo domesticar, tem o intuito de *amansar* e *civilizar* (2000, p. 80) as relações de desigualdade não situadas dentro do ambiente privado do espaço doméstico.

O indicativo revela que mesmo nas relações próximas, como queremos destacar aqui, sempre houve o domínio do campo político. Domesticar, com o sentido de deixar de lado valores de origem para acatar outros que pertencem à casa, representa um dos processos de naturalização de relações desiguais em um mesmo espaço. Iremos ver adiante que isto não significa uma completa dominação sobre nenhuma das partes, mas simboliza a tensão dentro deste trabalho.

Maria Olívia Cunha (2007), também cita o texto de Kofes e destaca que, o termo *domesticidade* poderia significar, no emprego usual da palavra, tanto o significado acima citado, quanto assuntos relacionados aos afazeres domésticos e seus trabalhadores. A confrontação entre os dois sentidos seria o bastante para demonstrar o quanto, a partir de um código, é possível perceber a reafirmação literal de desigualdade social produzida pela cultura (CUNHA, 2007, p. 382-383).

Em Graham (1992), observamos o quanto a divisão entre espaços públicos e privados tinham relação com a autonomia de proprietários sobre os mandos da casa. Com o aumento da presença do Estado em diversas áreas, seja constitucionalmente ou por instituições públicas, a restrição ao privado tornou-se mais contundente, no sentido de que relações intra-

domiciliares(família, casamento, filhos), podem ser tuteladas pelo Estado. Apesar desta restrição, a própria divisão em esferas antagônicas (público/privado) tende a dificultar a percepção deste campo político das desigualdades.

Como cita Kofes (2001, p. 93-94), o espaço privado da casa, bem entendido pelo substantivo “lar” – que carrega valores simbólicos de classe – corre o risco de ser interpretado como não político, longe de ingerência pública. Não só o Trabalho Doméstico enfrenta esta dificuldade de reconhecimento dentro do campo político das desigualdades, como outras demandas, como o exemplo já citado sobre a “violência doméstica”, quando o espaço domiciliar é então entendido enquanto universo à parte da sociedade.

O isolamento do núcleo familiar também funciona de acordo com as diferenças entre estratos sociais. Em classes distintas o privado é tomado de maneiras diversas, talvez por este motivo a pesquisa de campo sobre o trabalho doméstico seja de difícil acesso, por estar presente em sua maior parte em bairros de alto poder aquisitivo, assim como o reforço da privacidade como sinônimo de segurança. Neste sentido, podemos inferir que as relações entre empregados e empregadores, dentro do ambiente privado, passa pelo crivo da propriedade privada.

Enquanto propriedade imaterial podemos lembrar do problema que o fim da escravidão gerou ao romper com a autoridade de senhores sobre escravos (VIOTTI, 1997), o investimento na mão de obra também representava a afirmação do poder senhorial sobre os escravos. Quando o tema sobre escravidão aparece no texto de Kofes, a autora esclarece alguns pontos sobre esta associação metafórica, mas contundente sobre os papéis assumidos diante deste trabalho.

Como período histórico, Kofes (2001, p. 136) cita que a escravidão é um tempo superado, mas expressões como ‘serviço de negro’, têm significados que remontam à escravidão, tanto como serviço desqualificado, como trabalho mal-feito. As distinções do termo estão próximas das concepções citadas quanto ao trabalho manual e trabalho intelectual. Diante destes aspectos, encontrar empregadas domésticas como principais responsáveis sobre a organização e manutenção domiciliar reitera a centralidade do serviço braçal orientado a entes fora da família.

Cunha (2007) retrata que, apesar da associação recorrente sobre trabalho doméstico e escravidão devido ao seu caráter privativo em um território familiar, a afirmação sobre uma

continuidade cega entre períodos distintos seria um argumento falacioso quando não levado em consideração a experiência de mulheres no século XX que trabalhavam em casas de família alheias à sua, as quais resolviam suas contendas no âmbito jurídico-policial, assim como quando houve uma maior abertura com relação ao mercado de trabalho livre, sinalizando novas relações de trabalho no país (CUNHA, 2007, p. 402).

A afirmação da autora ressalta o perigo citado sobre um suposto determinismo histórico nas relações dentro do presente. Grandes mudanças foram significativas para não proceder desta maneira, o que, entretanto, não rechaça por completo a hipótese sobre a veracidade da associação metafórica entre as condições do Trabalho Doméstico atual e seus detalhes em fins do século XIX.

A intimidade é um dos ícones desta análise comparativa. O trato delicado com o gosto dos patrões aparece em Graham (1992) quando fala sobre a intimidade de criadas domésticas e os membros familiares, o contato próximo propiciava ganhos e benefícios a essa camada de servis.

No presente, essas relações aparecem de maneira mais recatada, porém significativas. Tratar empregadas enquanto um ente familiar pode simbolizar o resultado de anos de convivência, caso não tivéssemos vivenciado o campo ao longo da pesquisa não perceberíamos o quanto isto pode ser significativo, principalmente sobre carências materiais e assistências que possam estar ao alcance de patrões (assistência médica, jurídica, entre outros). Em primeiro plano, podemos evidenciar os sérios problemas de pessoalidade nas relações contratuais ao contrário das garantias sólidas de direitos trabalhistas, contudo, indicam que as relações dentro do trabalho doméstico representam vínculos não apenas objetivos, mas providos da relação que há entre empregadas e patrões.

Suely Kofes (2001, p. 178) alerta para o efeito ideológico que o tratamento enquanto membro familiar possa ter sobre o profissionalismo do Trabalho Doméstico. A suposta horizontalidade torna aceitável o convívio entre pessoas estranhas dentro de um mesmo ambiente, ao tempo que reforça os valores de classe dos membros familiares.

É preciso ressaltar que a esfera das relações do trabalho doméstico não gira em torno da única e absoluta opressão sobre empregadas domésticas, há situações em que essas relações possam ser benéficas, mas ao mesmo tempo comprometedoras sobre quesitos para além do período de trabalho. Como exemplo, podemos citar o descumprimento com a

contribuição sem carteira de trabalho assinada para a previdência social, e a impossibilidade de aposentar-se perante a lei.

A obra *Afeto, Desigualdade e Rebeldia: bastidores do serviço doméstico* (2000) de Jurema Brites, retrata que o tema nas Ciências Sociais ora sofreu as consequências das interpretações desenvolvimentistas – ideia de progresso econômico - que concluíam sobre a condição de pessoas atuantes neste trabalho segundo um *atavismo cultural*, ora foi relegada a uma ocupação justificada enquanto estratégia de sobrevivência perante a opressão econômica, em contrapartida, excluiu-se as propostas dos chamados grupos populares em lidar com os obstáculos das desigualdades sociais, destituindo de seus comportamentos alguma “logicidade propositiva” (BRITES, 2000, p. 18). O argumento não exclui a organização da sociedade em eixos de relações de poder, de estratificação social, porém não limita a capacidade de pessoas lidarem de maneira construtiva com os empecilhos postos socialmente à sobrevivência cotidiana.

Como levantado até agora, os detalhes que demos sobre o trabalho doméstico correspondem a uma visão que corrobora sobre seus problemas enfrentados historicamente. Todavia, não reconhecemos, até então, as formas de sua resistência no cotidiano.

Talvez uma delas, a mais significativa seja a habilidade social de empregadas aprenderem a lidar com seus patrões e desenvolver uma receptividade que previna entrar em condições prejudiciais à sua permanência na casa, como observamos em campo. Este comportamento demanda um esforço muito grande de empregadas estabelecerem limites coesos entre a intimidade e o profissionalismo de seu trabalho; implica além de tudo, saber lidar com o pertencimento de classe no convívio com outra classe distinta à sua.

Em *Libertas entre sobrados...* vimos como Lorena Telles (2011, p. 91) retrata a manutenção da casa de empregadas com as doações de patrões, o que muitas vezes estendia-se aos outros membros de sua família. Brites (2000, p. 103) faz um retrato próximo em sua obra ao demonstrar como há um fluxo grande de trocas materiais na relação entre empregadas e patrões.

Além das trocas, a autora observou também a disposição de móveis e utilitários doados, assim como artigos de decoração, instalados na casa de empregadas de maneira próxima à casa da patroa, evidenciando assim uma relação de referência aos valores estéticos da família onde se trabalha, e em que medida a patroa está presente na vida das empregadas

(BRITES, 2000, p. 185). As trocas referem-se a questões que podem ser entendidas enquanto auxílios, mas a autora traz um item interessante e delicado sobre sua pesquisa de campo, os pequenos furtos de empregadas.

A fala recorrente de patrões entrevistados sobre o assunto, assim como a ausência de estudos nas Ciências Sociais que procurem detalhar melhor a situação sem cair em uma criminalização passiva (BRITES, 2000, p. 124), fez a autora crer que este talvez fosse um fenômeno para além de denúncia e litígio perante a lei, mas sim, um gesto particular dentro da intimidade do convívio doméstico.

Os pequenos furtos aparecem como irrisórios perto do poder aquisitivo dos patrões a quem se trabalha, ao tempo que, os itens mencionados no texto, como “uma lata de ervilha, um sabonete, sacolas de supermercado, alguns trocados” (BRITES, 2000, p. 118) são objetos que não garantem a sobrevivência de alguém, ou seja, o motivo econômico do furto é quase insignificante para a sua compreensão. Mesmo assim, causaram indignações, e em casos extremos, demissões.

Ao invés dos pequenos furtos, o enfrentamento direto é tido como última saída dentro dessas relações e um suicídio a quem depende da renda gerada por este trabalho. Antes de tomarem tal medida quanto à abundância dos ricos, a autora salienta sobre as estratégias das empregadas entrevistadas:

Escolhem antes a falsa conformidade, a falsa deferência e, com maestria, procuram fazer os superiores morder a própria língua, comprometendo-os dentro das próprias promessas implícitas propostas em seus discursos. Aqui é necessário lembrar que neste jogo tenso entremeamentos importantes como o fato das empregadas conhecerem a privacidade de seus patrões e seus eventuais desvios de conduta moral. Entretanto, esses trunfos não são definitivos para garantir uma situação segura aos subalternos – são cartas que, para serem eficazes, devem ser jogadas com muita sabedoria, obtendo pequenas vitórias, às vezes apenas uma gargalhada. (BRITES, 2000, p. 127)

Optamos por discutir esse texto, pois foi um dos únicos a tratar sobre empregadas domésticas que não caíssem em uma passividade subjetiva de suas ações. Como salientamos, a defesa deste argumento pode recair em uma reiteração das relações de desigualdade caso tomadas enquanto princípios em si, condição e ação dos sujeitos enquanto consequências, e não resistência.

Mesmo durante o período escravista houve formas de escravos resistirem ao regime de trabalho forçado²⁵. Podemos indagar que os “bastidores” dessas relações entre subalternos e dominantes sempre estiveram implícitos neste ambiente de subordinação, porém sujeitas a um cenário político, social e cultural mais contundente e coercitivo sobre a liberdade da população cativa. A transição para a liberdade também trouxe novas formas de resistir.

Terminamos a exposição de etnografias com o texto de Soraya Fleischer (2002), realizado em Boston (EUA), no qual a autora buscou fazer um retrato do reconhecimento da identidade brasileira e o significado de “Brasil” a partir do processo de migração de mulheres em busca de oportunidades de serviço submetendo-se ao trabalho doméstico.

A apreciação desse texto em meio a outros que retratam o trabalho doméstico apenas no Brasil traz a ressalva de que, entre os dois países, há considerações que não são simples de serem resumidas apenas pela realidade da profissão. O intuito de demonstrar as diferenças tem como objetivo esclarecer alguns pontos que apareceram durante as entrevistas, e demonstram como o trabalho doméstico no Brasil possui suas peculiaridades ao ser experimentado por brasileiras que saem de seu país e fazem o mesmo serviço no exterior.

O sinônimo para a categoria profissional trabalho doméstico nos Estados Unidos é entendido como *housecleaning*, e suas trabalhadoras mencionadas como *housecleaners*, ou simplesmente *cleaners*. Muitas dessas mulheres possuíam no Brasil condição econômica estável, algumas inclusive tinham à sua disposição empregada doméstica em suas casas.

A concepção de americanos sobre estrangeiros vindos de outros países da América, em especial latinos quando chegam para trabalhar, é de que os estrangeiros vindos de outras partes da América concentram-se no país em trabalhos braçais, conseqüentemente, deduzem que todos possuem baixa escolaridade e pouca competência para outros serviços. No bojo deste grupo, os brasileiros – independentemente da formação que carregam – são definidos dentro desta concepção (FLEISCHER, 2002, p. 244).

Isto indica que mesmo pessoas com formação superior, quando enquadradas nas condições de estrangeiros, vindos de áreas como a América Latina, em busca de oportunidades de trabalho, tendem a ter que aceitar cargos pouco prestigiados, como exemplo, jornaleiro, jardineiro, limpador de cristais (FLEISCHER, 2002, p. 245).

²⁵ Sobre resistências de escravos, conferir “Liberdade por um fio – História dos Quilombos no Brasil”, João José Reis e Flavio dos Santos Gomes (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Apesar de dispostos em um mesmo patamar, o mercado de trabalho para esse perfil de estrangeiros é disputado. Em consonância com esse argumento, a autora identificou a diferença na afirmação identitária de brasileiras em busca de uma construção de superioridade perante outras estrangeiras. Pejorativamente chamadas de “espanas” - migrantes de outras nacionalidades - são rechaçadas por brasileiras como um grupo homogêneo, as quais teriam em comum a língua materna – o espanhol, independente de seu país de origem.

Os traços de identidade brasileira – além do português, como língua materna – estaria pautado nos próprios valores sobre o que é de fato o serviço de *housecleaner* feito com qualidade.

Na fala das *cleaners* brasileiras, a autora identifica a alusão a uma competência e cuidados com o serviço como forma de ressaltar valores e justificar o privilégio perante as concorrentes. Para as brasileiras, muitas hispânicas não possuem o cuidado de perceber os detalhes da limpeza da casa, pouco se dispõe a aprender coisas novas como a própria língua do país onde trabalham, são sinônimos de pouca higiene, e não agem honestamente com seus clientes quanto à superficialidade de sua limpeza com a casa (FLEISCHER, 2002, p. 245).

Em geral, a categoria limpeza passa a ser critério de determinação de alteridade entre brasileiras e hispânicas, e o quesito higiene como sustento da afirmação enquanto identidade de trabalhadoras brasileiras, em detrimento dos aspectos como “sujo”, “porco”, “desleixado” e “mal cheiroso” atribuído às hispânicas (FLEISCHER, 2002, p. 249).

Além da qualificação profissional perante outras *cleaners*, as entrevistas com brasileiras apresentadas por Fleischer refletem o valor que este trabalho possui para mulheres que atuam nele e não se enxergam enquanto trabalhadoras domésticas nos mesmos moldes do Brasil.

A principal contribuição desse texto para nossa pesquisa está no fato de que, foio fato de que, na experiência de migração que muitas *cleaners* reconheceram que o tratamento que davam às suas empregadas no Brasil era de tão baixa consideração que não passavam perto das piores clientes nos Estados Unidos.

Como resposta, a volta ao Brasil trouxe novos significados sobre a limpeza da casa, assim como uma melhor dinamização da manutenção do domicílio com novas tecnologias que facilitam o trabalho doméstico e um menor vínculo com terceiros para este serviço, como o caso do emprego de diaristas (FLEISCHER, 2002, p. 256).

Sendo assim, a idealização do trabalho doméstico como profissão de valores distintos em outros países da América, como os Estados Unidos, não corresponde a realidade encontrada pela autora. As ferramentas, os produtos, o tempo, a renda e o respeito podem ser significativos sobre essas diferenças, mas a profissão é destinada à uma camada da população que assume esse papel dentro de condições precárias, como a ilegalidade e o enfrentamento dos preconceitos enquanto estrangeiros latinos.

Capítulo 3 TRABALHO DOMÉSTICO EM CAMPO

3.1 Histórico sobre o campo da pesquisa

Como breve histórico sobre o campo, a cidade de Marília (SP) possui hoje cerca de 216.745 habitantes²⁶. Sua localização está situada no Oeste Paulista, região que recebeu um dos últimos ciclos da produção cafeeira na década de 1920, considerada como uma das chamadas “bocas do sertão” (MESSIAS, 2003). Sua fundação ocorreu em 1930, concomitante à construção da ferrovia Estrada de Ferro que ligava a cidade aos portos de escoamento de produção em Santos (SP).

Em *A Indústria no Oeste Paulista em face dos processos de reestruturação industrial – o caso de Marília* (1994), Paulo Cirino Mourão discute sobre a formação inicial da indústria na cidade de Marília a partir do café, seu beneficiamento e as condições que deram base para outras atividades econômicas relacionadas ao setor industrial, como a criação de bancos de financiamento para agricultores. A fundação da estação ferroviária na cidade deu impulso para que a incipiente produção agrícola fosse escoada para o setor de exportação em Santos na década de 1930 em diante. Além do café, alguns gêneros alimentícios eram produzidos na região, item que se destacou no mercado nacional posteriormente.

O contexto histórico da quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, pretexto que deu base para a substituição de importações de bens de consumo, foi a abertura para os gêneros alimentícios produzidos na cidade ocuparem o mercado interno. A partir desse período, a consolidação dos gêneros alimentícios delineou o perfil de produção industrial da cidade.

A obra de Mourão (1994) destaca como o processo geográfico de deslocamento do setor industrial da capital para cidades do interior paulista repercutiram sobre a cidade. A paisagem atual dos grandes galpões e chaminés no centro da cidade remete ao primeiro quartel do século XX, o processo de deslocamento industrial levou empresas de grande porte a ocuparem territórios até então “novos” na cidade, como as atuais “zona norte” e “zona sul”. Não só o deslocamento espacial, como a vinda de grandes empresas, para a região a partir

²⁶Segundo dados do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia – IBGE (2016).

dadécada de 1950 conglomerou a produção de gêneros alimentícios, sendo então, o logo “Capital Nacional do Alimento”²⁷ difundido como política de incentivo da economia local.

O crescimento econômico pautado na indústria alimentícia vinculada ao fomento da atividade empresarial e o setor de comércios são pontos importantes para entender a dinâmica de ocupações na cidade. Em conjunto com esses aspectos, a localização geográfica da cidade que se encontra no entroncamento de rodovias que ligam o estado de São Paulo ao Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná²⁸, faz da região lugar de passagem de escoamento de produção e referência para outras cidades ao seu redor.

No último quartel do século XX podemos observar como empresas da região subiram de porte nacional para internacional²⁹. Esses aspectos ajudam a entender também as diferenças de *status* econômico na região, a distribuição nas diferentes zonas urbanas e a concentração de renda de alguns grupos e bairros específicos.

Com base nesses dados, colocamos em questão nossa hipótese levantada sobre as reminiscências do passado escravista no Brasil, em destaque para o final do século XIX.

Algumas das inferências iniciais sobre o campo foram levantadas durante a iniciação científica quanto a sua relação com a hipótese. Como a cidade de Marília (SP), que estruturou-se já no período republicano, poderia ser campo para uma pesquisa que levanta a hipótese sobre as reminiscências de um passado escravista. De acordo com essa dúvida, algumas explicações podem ser feitas. Como foi explanado no primeiro capítulo, o processo de imigração para as fazendas de café no estado de São Paulo não ocorreu de maneira a completar totalmente a carência de mão de obra. Os deslocamentos de ex-cativos no interior do país após o fim da escravatura ainda ocorria de maneira significativa (MOTTA, 2009), assim como as “bocas do sertão”, não tinham exclusivamente mão de obra européia na produção de café.

O que podemos inferir é que alguns trabalhos de caráter manual ainda eram configurados nas primeiras décadas do século XX sobre definições de cor. A obra de Gilberto

²⁷ Não por acaso, ressaltamos a seguir o caso de mulheres que migraram da indústria alimentícia para o emprego doméstico.

²⁸ A região também é conhecida por situar a chamada “rodovia do contorno”, cruzamento necessário para quem transita pela rodovia federal BR-153

²⁹ Caso evidente da indústria de alimentos Marilan, fundada em 1956, e da indústria de portas e janelas Sasazaki, fundada em 1958.

Freyre (2006) lançada em 1933 remonta essa questão ao tratar as características culturais do Brasil na década de 1930 a partir de uma visão memorialista do regime escravista.

No entanto, cremos que houve mudanças significativas para não traçar uma cronologia linear sobre as reminiscências do passado escravista em regiões que não houve o uso de mão de obra escrava. No entanto, ainda são significativas para entender conceitos, símbolos e significados tratando-se do trabalho doméstico. O que procuramos apresentar a seguir, é uma atualização da hipótese, em quais circunstâncias ela pode ser explicativa sobre o presente.

3.2 O campo e a metodologia

A experiência com o trabalho de campo realizado em 2012 em busca de empregadores foi o motivo de realizarmos parte dessa pesquisa de maneira diversa. O próprio termo “patrões” e “patroas” foram mudados para “empregadores”, pois vimos em campo que muitas das relações que esperávamos encontrar por trás do primeiro termo fogem do que ocorre hoje com o serviço doméstico. “Empregador” engloba todas as situações possíveis com relação ao serviço doméstico, ocorra ele como diarista, mensalista, ou contratos informais.

As diferenças entre o trabalho de campo realizado em 2012 e 2016 estão situadas na organização da imersão em campo e a forma como ocorreram os contatos para entrevistas. Anteriormente trabalhamos em três bairros específicos: São Miguel – centro; Maria Angélica – Zona Sul; e Maria Izabel – Zona Leste. Também utilizamos um questionário como primeira abordagem para falar sobre a presença ou não de empregadas nas casas, o que na etapa posterior da pesquisa foi excluído. Durante esse período da pesquisa não havíamos até então utilizado o gravador para registrar as entrevistas, fato que delimitou de maneira diferente as reflexões posteriores no texto final.

Já em 2016 concentramos o trabalho de campo com empregadores em um bairro específico, as entrevistas ocorreram em casas tanto no Parque das Vivendas, como no bairro Barbosa e Tangará, todas na área urbana de Marília (SP). Da mesma maneira, não podemos considerar essa parte da pesquisa como um trabalho de campo aos moldes de uma etnografia de bairro ou espaço urbano, mas retrata indícios de categorias nativas sobre definições quanto ao serviço doméstico na região.

A dificuldade de encontrar contatos para as entrevistas foi o motivo principal para abrir mão do trabalho de campo em bairro, fato diferente do que ocorreu com o Parque das Vivendas. Ainda são poucos os empregadores que abrem as portas da intimidade de sua casa e

família para falar sobre seus empregados. Os contatos que aparecem aqui ocorreram indiretamente via outros meios que não a pesquisa em si, os quais serão explicitados durante as entrevistas.

As entrevistas ocorreram de maneira semi-estruturada, ou seja, levamos a campo duas perguntas principais para cada perfil de entrevistado (empregadas/diaristas e empregadores), ambos relacionados com a necessidade do serviço doméstico, um enquanto profissão, outro como demanda da casa, e, como ocorre a divisão entre os membros da casa sobre o trabalho doméstico, tanto de empregadas/diaristas quanto de empregadores.

O vínculo criado com os entrevistados foi estimulado durante um mês, entre idas e vindas a campo, conversas e datas para a entrevista, muitos moradores do Parque das Vivendas viram nossa presença em busca de contatos para as entrevistas. Já no caso de empregadores, a proximidade no trabalho extra, fora da pesquisa, foi definidor para o voto de confiança entre pesquisador e pesquisados.

As entrevistas foram registradas em um gravador de acordo com a permissão dos entrevistados. Em alguns momentos, os entrevistados pediram para que o intuito da pesquisa fosse explanado antes de iniciar a gravação, assim como o fim da gravação também modificava o momento da pesquisa, pois a ausência de registro também abre espaço para contar itens sobre a relação entre empregadas/diaristas e empregadores que não cabem em um depoimento. A seguir apresentaremos as entrevistas em forma de relato, ou seja, os trechos considerados mais importantes foram destacados e discutidos de acordo com as questões teóricas levantadas até o momento.

3.3 Empregadores

Empregadora1 (residência) Trabalho entre mãos

A primeira entrevista com empregadores ocorreu – não por acaso - no bairro onde havíamos selecionado para conversar com empregadas/diaristas, o Parque das Vivendas³⁰. Referimo-nos à situação dessa maneira, pois durante o trabalho de campo feito em 2012 no bairro São Miguel, havíamos encontrado também uma casa em que uma moradora tinha como empregada/babá sua vizinha que lhe auxiliava na demanda da casa, assim como cuidar de sua filha mais nova. O termo para a pessoa empregada, como se referiu a moradora da casa, estava mais para “anjo da guarda” do que empregada doméstica.

³⁰ As descrições sobre o bairro e campo serão feitas durante a análise das entrevistas com empregadas.

Neste primeiro caso apresentado também encontramos duas mulheres vizinhas, que passaram a vivenciar a relação de trabalho a partir do nascimento da filha da empregadora.

Antes desta situação, a empregadora relata que não havia tido a experiência de contratar alguém para o trabalho doméstico. O que houve foram experiências na família de casos específicos em que parentes não estavam em condições físicas de fazer a manutenção do ambiente doméstico.

Como exemplo, T. cita o caso de sua avó, que hoje se encontra com mais de 80 anos de idade, e contrata uma mulher para fazer o serviço, e também, sua mãe, quando passou por uma cirurgia do coração. T. responsabilizou-se pela limpeza da casa. Antes, não havia tido a experiência de ter uma empregada, mesmo porque, justifica: *“pelo fato de você abrir a porta para uma pessoa estranha, é meio difícil, ainda mais nos tempos de hoje.”*

Antes mesmo de sua filha nascer, T. já havia conversado com o marido sobre a necessidade de alguém para lhe ajudar na demanda doméstica, ao menos para passar meio período na casa. A prova desta necessidade foi dada por T. ao relatar que logo após o nascimento de sua filha, passou 15 dias sozinha com ela, pois o marido precisou viajar a serviço. Foi então que o contato com a vizinha auxiliou a equilibrar o peso de mãe e “dona de casa”.

A “ajuda” entre duas mulheres por relações de trabalho assalariado não esconde a condição de gênero, como apresentado no trecho acima. Além dos três filhos que a empregada de T. já possuía, ao longo do trabalho ficou grávida do quarto filho, e assim como T., também se encontrou entre a demanda de ser mãe e “dona de casa”.

Aqui entram outros detalhes dessa relação que não se limita apenas ao caso de T. Durante outra entrevista em 2012 pudemos perceber a necessidade de uma empregada doméstica muitas vezes deixar seus filhos aos cuidados do primogênito, ou mesmo de vizinhos que pudessem auxiliar em algum caso de emergência no bairro “São Miguel Paulista”.

A situação torna-se mais intrincada ao perceber a relação entre duas mulheres responsáveis pelos filhos, dividindo situações opostas na relação de trabalho: de um lado a necessidade de uma pessoa para as demandas domésticas, e de outro, a necessidade da renda gerada pelo serviço doméstico feito fora de casa.

Ao longo das entrevistas iremos apresentar outros exemplos sobre esta relação constante entre empregadoras e empregadas, que de certa maneira, tocam no quesito *família* ao falar sobre o cuidado com os filhos e sua relação implícita com os cuidados da casa.

Para T., o controle sobre o trabalho de sua empregada também não entrava no contrato, pois o mesmo não havia sido formalizado com o registro em Carteira de Trabalho, apenas combinado algumas tarefas.

Dentro deste combinado, o essencial é que a empregada de T. fosse todos os dias em sua casa no período da manhã, fizesse o almoço, olhasse a criança enquanto pudesse almoçar, e logo após o almoço, deixasse a cozinha – assim como outros cômodos – limpa, sendo assim, era dispensada o resto do dia.

Essa rotina de trabalho específica, assim como o enquadramento flexível dentro do combinado entre ambas as partes tem a ver com a forma como T. procura manter a manutenção da casa:

T: “[...]Aí ela vinha, me ajudava e ia embora. Mas ela não colocava a mão em nada, roupa... era só pra fazer comida pra mim, passar um pano, dar uma organizada... porque na medida que da pra eu ir organizando, eu vou organizando. Ai ela veio...ai quando foi ontem eu liguei pra ela, e falei “Olha, não to querendo te apertar não, mas...” Fica difícil, né? A gente quer ajudar e, tipo assim, me ajuda que eu te ajudo. Ai você me largou na mão, e eu vou fazer como? Também não posso...”

Mas assim como a informalidade é garantida pelo combinado, a contrapartida aparece de acordo com a confiança depositada nessa relação. O fato de sua empregada ter ficado grávida dificultou o andamento do combinado, deixando de ser apenas uma troca de favores em nome da necessidade, e passou a ser avaliada enquanto “ajuda”. Para T., a ausência de sua empregada em sua casa por longo tempo a fez questionar: “*Como eu vou poder ajudar ela aqui se também ela não veio...*”.

A ideia de contratar outra pessoa em seu lugar também deixou evidente qual preocupação ao colocar uma pessoa alheia à família para os serviços da casa. Para T., a confiança depositada em sua empregada será difícil de repetir-se com outra pessoa, o fato dela ser esposa de um amigo de seu marido facilitou o vínculo, ao mesmo tempo, a informalidade parece recair na credibilidade do trato.

É interessante notar no caso desta empregadora uma situação que não irá se repetir nas próximas entrevistas com empregadores, a divisão do trabalho doméstico como ocorria antes de sua filha nascer:

T: “[...] dia de sábado ele não trabalha...Então assim, durante a semana eu ia organizando...aí chegava final de semana a gente dividia as tarefas e ele me ajudava a fazer! Porque a gente não tinha criança, não tinha nada pra ficar bagunçado, então a gente organizava pra conservar limpo.”

Normalmente vimos a divisão do trabalho doméstico como algo inquestionável, ou seja, quando havia uma empregada/diarista na casa, não era discutido sobre quem seria o responsável sobre esta demanda, apenas responsabilizava-se terceiros para este trabalho.

Essa e outras questões foram possíveis de serem abordadas a partir desta entrevista. O campo nos leva a conhecer a realidade e universo de nossa pesquisa. Em um bairro onde esperávamos encontrar apenas empregadas ou diaristas residindo no local, nos deparamos logo de início com o caso de T. Por coincidência, a vizinha de muro de T. apresentou-se como trabalhadora doméstica, ou seja, as distinções de classe muitas vezes podem se configurar de maneiras diversas em campo.

Dentro do mesmo bairro pudemos constatar a relação entre empregadores e empregada em um campo idealizado apenas como presente um dos lados. T. nos indicou que ali próximo de sua casa, na continuação do bairro para baixo da quadra onde mora, costuma ter pessoas que oferecem serviço semelhante ao de sua empregada (cuidadora, babá, ou simplesmente para olhar criança).

O motivo para essa oferta e procura entre lugares tão próximos estaria no fato de economizar nos custos com o pagamento de uma empregada/diarista, como T. retratou, contratar uma pessoa que vem do bairro Jardim Califórnia (bairro próximo ao Parque das Vivendas) já obrigaria pagar o transporte, o que poderia encarecer o custo de uma faxina.

Apenas o relato apresentado aqui esconderia as diferenças sócio-econômicas com os próximos entrevistados enquanto empregadores. T. possui condição econômica distinta de alguns de seus vizinhos, motivo pelo qual também lhe oferece a opção de contratar alguém – mesmo que informalmente – para o auxílio nos serviços da casa. Contudo, ao mesmo tempo, o fato de saber do que se trata a divisão do trabalho doméstico vivido em sua casa, assim como a experiência de compartilhar com o marido algumas demandas, coloca este casal em situação distinta de outros empregadores que passaram décadas de suas vidas no convívio com empregadas.

O ponto que une este casal sob a condição de empregadores a outros que também possuem auxílio para a manutenção da casa talvez esteja no tempo do trabalho. T. como

professora conciliou sua experiência enquanto mãe a partir da licença maternidade, mas a ausência de seu marido deve-se em primeiro lugar ao trabalho, ponto que podemos destacar como chave nesta relação de *necessidade* do serviço doméstico.

Empregador2 (apartamento) O “custo” do trabalho doméstico

Esta oportunidade de entrevista apareceu de acordo com meu vínculo enquanto funcionário extra de um restaurante na cidade de Marília. Meu trabalho como atendente – servir e retirar pedidos de clientes – considero hoje como parte de minha pesquisa de campo, pois além da remuneração, convivi com outros grupos sociais distintos ao meu espaço de convívio, antes limitada pela escola pública estadual de educação básica, e o ambiente acadêmico enquanto um todo – eventos, aulas, grupos de estudo, estágio docência.

É interessante frisar que a justificativa para se apresentar como pesquisador aos entrevistados ocorreu por meio de um resumo do projeto de pesquisa inicial, em que explico sinteticamente qual a proposta da pesquisa e o porquê das entrevistas. Em contatos diretos, quando não houve intermédio apenas de meios virtuais (como aplicativos de mensagem, ou e-mail) tivemos resposta de empregadores que expressaram confusão no entendimento sobre como ocorreria a entrevista (presencial, de preferência) e com quem (aqui apenas com empregadores), o que nos deixou distante de conhecer tantas outras realidades sobre o assunto.

Quando há o interesse em expor o trabalho doméstico, é necessário ouvir as empregadas e diaristas, quando não há este interesse, a própria condição privada dessa área de serviço faz valer o direito de empregadores escolherem “expor” ou não seus funcionários.

A esfera das experiências em campo - situadas acima - revela algumas diferenças quanto a primeira e as próximas entrevistas com empregadores. M. é responsável por uma filial de rede de restaurantes na cidade, a qual serve refeições, bebidas e entretenimento na cidade de Marília (SP). Esclarecemos este ponto, pois em muitos momentos o entrevistado recorre ao seu trabalho para responder às perguntas.

M. retrata que teve, há muito tempo atrás, uma funcionária mensalista em sua casa, em outro contexto familiar, com mulher e filhos morando junto. Hoje esta situação é adversa, mora em um apartamento sozinho no bairro próximo ao centro chamado Barbosa. Por este motivo nos alertou que a entrevista seria “inócua”, porém, reconhecemos que talvez essa

tenha sido uma das mais significativas para falar sobre o “custo” e valor do trabalho doméstico para um empregador.

A pessoa que trabalha hoje para M. vai 2 vezes durante a semana ao seu apartamento. Pelo fato de morar só e em apartamento, fez com que a demanda doméstica diminuísse, mas não excluísse a presença de uma funcionária no serviço da casa. A periodicidade deste trabalho semanal da mesma diarista já dura 5 anos.

Sobre esta mudança de relação familiar e a necessidade de uma diarista, perguntamos em que momento isso ocorreu, e assim, procedeu algumas explicações importantes e sucintas não só sobre o caso específico de sua casa, mas sobre seu ponto de vista sobre a profissão em debate.

M: Na verdade eu acho o seguinte, eu acho que essa história de ter a diarista, ela vai muito de encontro ao fato de não só de você não querer fazer, e sim de você não poder fazer! Então, por exemplo, eu hoje, eu não posso fazer. Mesmo que eu quisesse. Ta? Por quê? O número de horas que eu necessito para o meu trabalho, não dá espaço para que eu faça alguma coisa do tipo “Ah! Vou lavar roupa, é fácil lavar roupa, é só colocar na máquina!”. Mas eu não tenho este tempo! Então o tempo que eu tenho hoje, é melhor me dedicar... Porque não deixa de ser o trabalho doméstico, seja da diarista, seja da pessoa, não deixa de ser um trabalho!

Além dos serviços prestados, a preferência que seja a mesma pessoa – mesmo quando se trata de diarista – também tem a ver com as atividades feitas na casa, não apenas por riscos que possam ocorrer. A convivência de longa data permite estabelecer valores muitas vezes considerados abstratos, como o apreço ao “relacionamento, formas, educação”, e M. cita além:

M: Então, é uma pessoa que se as pessoas forem avaliar direito, deveria ser muito mais bem avaliado. Por quê? Você está convivendo com uma pessoa, que passa a fazer parte da sua vida – mais do que a vida, da família! Estou dizendo de uma forma genérica, porque na maioria dos casos é isso. Então, ou seja, até talvez hoje, começou a surgir nos últimos tempos, cooperativas e surgiram empresas que se responsabilizam pela pessoa.

Quando questionamos sobre os detalhes do trabalho doméstico feito em sua casa, M. fez uma comparação com os Estados Unidos e a realidade brasileira. Ter ou não ter empregada doméstica ou diarista não se trata apenas de uma “mania do povo brasileiro”, ressalta:

M: Lá a maioria das pessoas fazem... Por exemplo, o cara tem uma lavanderia na casa dele, super, hiper, mega montada, que ele lava e passa, ta tudo ali, funciona. Então, assim, ele tem muito mais equipamentos do que nós! Começa talvez pelo fato de ser mais barato, porque lá é mais barato! Lá talvez, o custo de vida lá, acaba sendo mais barato, porque é menos impostos...

O problema do custo de vida e impostos limitaria as possibilidades de independência do serviço doméstico. Mais uma vez salientamos os perigos do discurso desenvolvimentista (BRITES, 2000) sobre o implemento de tecnologias para os afazeres domésticos. Guardamos o questionamento para as considerações quanto ao serviço doméstico oferecido nos Estados Unidos e suas diferenças e realidade no Brasil (FLEISCHER, 2012).

A proposição, paraM., serviu de tema para afirmar que, além do baixo poder de consumo no Brasil, a burocracia seria um dos principais responsáveis sobre a falta de tempo que muitos trabalhos tomam – inclusive o seu. O tempo escasso responderia sobre a necessidade de uma pessoa contratada para o trabalho doméstico.

Esta proposição apareceu quando indagamos sobre momentos de ausência da diarista para efetuar o trabalho doméstico:

M: Aconteceu mas, ela arrumou uma forma de alguém ir no lugar dela. Mas é, do tipo, se acontecer dela não poder ir mesmo, o que eu vou fazer? Eu vou ter que arrumar alguém pra pelo menos limpar a casa. Não é que eu não consigo, eu consigo! Mas se não tiver jeito eu vou fazer. Mas eu digo, o tempo, esse tempo que eu vou ficar lá, custa muito pra mim aqui. Então é melhor eu não fazer. Porque se eu ficar cuidando disso lá, o custo pra mim aqui é muito maior...então eu fiquei lá fazendo o trabalho doméstico, eu vou lavar roupa ou limpar o chão, alguma coisa do gênero...Mas, e aqui? Aqui que eu faço aqui, eu preciso arrumar um substituto...Seja lá, ou seja cá...No seu trabalho A ou no B, porque tudo é trabalho!

Conforme as explicações aparecem, é possível perceber conceitos e classificações que norteiam a noção de *trabalho* para o entrevistado. Em uma análise unidirecional, partindo apenas de nossas expectativas sobre o campo e voltadas apenas para a fala de empregadas e diaristas, talvez não entenderíamos o enquadramento sócio-econômico para tal serviço concebido por empregadores, por este motivo, ressaltamos a importância dessa entrevista.

Em nossa pesquisa, enquanto cientistas sociais, historiadores, antropólogos, sociólogos ou diferentes área das Ciências Humanas, interpretamos a realidade com um pressuposto teórico. Aqui, se nos aproximarmos da “Antropologia Interpretativa de Geertz (2012) e nos preocuparmos em perceber as categorias nativas e seus conceitos para explicar a necessidade do trabalho em questão, podemos evidenciar valores que até então eram apenas resumidos pela noção de precariedade do serviço doméstico.

O “custo” do trabalho tem um valor econômico e culturalmente simbólico. No trecho citado acima da entrevista, M. explica como atribui esse valor em escala de importância. Ao mesmo tempo, outros atributos sociais fazem parte desta consideração. Como salientamos

aqui, o espaço da mulher no mercado de trabalho, a diferença de remuneração quanto à cor e a distinção por classe de quem servem e são servidos, podem ter explicações conceituais pautadas em valores culturais e sofrer mudanças ao longo da história, como exemplo, a divisão do trabalho doméstico por sexo. Todavia, ao mesmo tempo, também definem salário, rendimentos e acertos contratuais.

M. continua o argumento quanto a necessidade do serviço doméstico oferecido pela diarista:

M: É o trabalho! Agora, tem pessoas que, por exemplo, eles não podem ter. Por que? Eles já não ganham o suficiente nem pra sua subsistência, né? Então, espera aí, então como ele vai ter? Mas aí, muito bem. É o seguinte! Esses trabalhos que teoricamente são um pouco menos remunerados, as pessoas trabalham um pouco menos horas [esses que não podem ter empregada]. Por exemplo, se eu hoje, for tirar parte das minhas horas de trabalho daqui, da minha função principal para ir para a minha função secundária, o custo pra mim não vale a pena... Agora, pode chegar o momento em que, que o ganho seu, no seu trabalho principal não é o suficiente pra você pagar alguém pra fazer pra você, é melhor você fazer! Tudo depende de quanto custa! A minha hora trabalhada lá, custa menos do que aqui.

Além de culturalmente menos valorizado, o serviço doméstico, assim como outros trabalhos que desobriga seus empregadores de tarefas rotineiras tem essa condição perpetuada por meios políticos e econômicos em diferentes sociedades (ARENDR, 2010), é ele que dispõe o tempo livre para a produtividade do senhor, dono não só dos meios de produção, mas dos antigos “escravos domésticos” na sociedade ocidental.

M. diferencia o tempo que gasta hoje com o trabalho doméstico e com o trabalho feito no restaurante:

M: O trabalho que eu dedico para a casa, por dia, eu dedico entre meia-hora à 1 hora. Por que não tem fazer compra? Não tem que trocar uma lâmpada? Não tem que estender uma toalha? Coisas que podem acontecer... Ah! Se você fez a compra, você tem que chegar lá e arrumar a compra! Eu não largo lá para ela fazer! Por exemplo, ela lavou a roupa, aí eu peço para ela não guardar, porque aí eu guardo onde eu quero, porque se não ela guarda do jeito dela, não é do meu...Então, ou seja, no mínimo, por dia, eu dedico aí de 30 minutos à 1 hora, no mínimo, pra esse trabalho. E o outro trabalho, seja pensando, seja na rua, seja fazendo, seja o que for, da aí no mínimo umas 13 à 14 horas.

Além do valor sobre o trabalho doméstico e seu “custo”, M. também levantou outro ponto importante não levantado ainda durante nosso processo de pesquisa. Hoje, funcionários como a diarista – mesmo contratados informalmente – englobam outras demandas que não se limita apenas ao trabalho doméstico.

A casa, como já salientou Maluf (1995), quando entendida como uma “empresa”, passa a ser lócus de outras atividades administrativas, assim como aquele que trabalha na casa, também passou a ser entendido como apto a demais atividades:

M: Agora! O que está mudando? – principalmente para quem mora em residência – Quando você mora em um prédio, e este prédio tem porteiro físico, tem a pessoa, esta pessoa também faz uma parte do trabalho. Ah! Recebe mercadoria, quem recebe? Ah! Vou pedir para um cara trocar a torneira e ela não vai estar lá na hora, as vezes o cara resolve! Mas que nem, hoje, aconteceu hoje, ela estava lá, falaram pra ela, “Tem um problema de encanamento no prédio que eu acho que é esta unidade que você está! Então queria fazer uma vistoria aí!” aí ela me ligou e falou “Olha, tá na hora de eu ir embora!” “Então vai embora, marca outro dia!” Ela vão voltar na sexta feira “Então, sexta feira que vocês estiver aí ele pode ir aí!” Só pelo fato de ter alguém, e o cara não tá sozinho. Ela é que tá lá!

Por fim, quando comentou sobre uma mudança de contexto família, pelo fato de que M. ira casar-se em breve, perguntamos sobre a dinâmica da casa e de que forma a divisão do trabalho doméstico irá ocorrer:

M: Vai continuar desse jeito, é o que eu penso, né? Porque o raciocínio é o seguinte, se eu continuo trabalhando, e ela continua trabalhando... vai ter que ter a diarista! Por que? Vai só se acumular... o que nós podemos fazer de repente é: de ao invés de ter duas, ter uma! Ou de repente tem as duas, uma vai num dia, outra vai no outro, para que não tenha prejuízo para nenhuma das duas. Então, por exemplo, se fosse hoje, se ela tem o trabalho dela, e eu tenho o meu, não sobra. Apesar de que, do mesmo jeito que eu faço, ela faz mais! Ela faz mais assim, do tipo, eu por exemplo não lavo roupa nenhuma, esta pessoa [diarista] ela vai lá e ela resolve, a minha futura esposa lava roupa, ou seja, ela tem algumas horas de trabalho à mais dentro de casa. Por exemplo, o dia que a pessoa vai, ela faz a comida, o dia que a pessoa não vai, ela faz também! Mas de qualquer forma, ficaria assim, teria a diarista!

Anteriormente vimos o caso de T. a qual necessitou de uma empregada em sua casa em um momento específico de sua vida, após ser mãe pela primeira vez, resumindo a mudança de divisão do trabalho doméstico de um momento a outro. Aqui observamos a delegação do trabalho doméstico próximo ao que Hirata e Kergoat (2007) situaram sobre o comportamento de casais frente a essa discussão. Ficou evidente nesta entrevista como o tempo do trabalho é o elemento que define essa ausência de debate sobre essa divisão, o que acaba por recair sobre a empregada/diarista a responsabilidade da casa.

Empregadora 3 (residência) De mensalistas a diaristas

O contato com a entrevistada a seguir foi obtido por M. Ambos são parentes, e a indicação de que seria uma boa pessoa a ser entrevistada foi o principal para que nos indicasse esta mulher.

Cada entrevista toca em um ponto importante sobre o tema aqui pesquisado e reforça a ideia de que a oralidade, a fala das pessoas sobre suas experiências de vida é o que há de matéria prima mais rica para entender fenômenos tanto no presente quanto no passado, como aqui utilizado para falar sobre o trabalho doméstico de uma maneira geral.

Caso não houvesse a preocupação em nos debruçarmos sobre o serviço doméstico oferecido na casa de L., facilmente poderíamos escrever sobre a História da Educação Municipal da cidade de Marília (SP), pois a mesma passou pelas mãos de L. desde a década de 1970, assim como sua memória enquanto aluna da escola pública na região.

A entrevista retrata o posto alcançado por uma mulher dentro da história brasileira, em um período que mulheres – de classes distintas – não estiveram próximas de alcançar. Em “*Mulheres dos anos dourados*” (2013), Carla Bassanezi fala sobre comportamento feminino nos anos de 1950 e quais restrições sobre as experiências vividas, seja elas profissionais, afetivas, geracionais, e, qual o lugar da mulher na sociedade brasileira. A vida profissional de L. iniciou-se em 1970, mas sua história remonta detalhes deste papel assumido por mulheres até então.

As conquistas, marcadas pelo avanço em novos espaços públicos não ocupado por mulheres, tem a ver também com nosso tema em questão. O trabalho, mais uma vez foi destaque para a presença de empregadas/diaristas na vida de empregadores. A começar pela universidade, L. descreve o início de sua formação:

L: Fiz pedagogia e fiz psico-pedagogia. Eu achei importante fazer isso, tanto que eu gosto, então eu fiz! Enquanto diretora, eu precisava ter a pedagogia. Eu fiz especialização em pré-escola, antes da pedagogia. Hoje não existe mais... pré-educação lidava com crianças até 6 anos. Hoje já tiraram isso daí, embutiram na pedagogia, mas eu ainda acho que deveria ser separado...

Mais adiante, L. retrata qual era a formação destinada a mulheres e o peso das decisões do marido:

L: [...] era uma época que era mais voltado para o lar...dentro de casa, criando os filhos, fazendo o serviço da casa, né...Ai, aquelas que o marido não deixaram não foram fazer concurso, fazer nada... Porque assim, era o marido que permitisse, que deixasse...que

tinha muita colega que o marido não deixava trabalhar fora, mas eles tinham que agüentar o tranco...(Risos) Agora, hoje em dia, eu acho que está mais difícil, a mulher tem que trabalhar fora...o mundo mudou também...

Mas antes mesmo de cursar Pedagogia e iniciar a carreira como funcionária pública, L. afirmou ter empregadas em sua casa. O motivo principal, 4 filhos pequenos para cuidar. A situação econômica do marido até então era favorável ao emprego de funcionárias.

O apoio do marido, ressaltado pela “permissão” de poder cursar o ensino superior, foi enfatizado com as ajudas prestadas durante sua ausência: *“então eu precisava da colaboração dele, e precisava da colaboração das empregadas.”*

A História das mulheres revela hoje os contrastes da condição feminina em décadas passadas e quais suas repercussões nos dias de hoje. Se L. precisou quebrar barreiras para alcançar o espaço público, a dificuldade enfrentada por mulheres das camadas mais baixas eram mais atenuadas por não ter as mesmas condições e oportunidades de ascensão social, neste sentido, classe social e gênero podem revelar diferenças na condição feminina entre mulheres de mesma época e geração.

A percepção de que o mercado de trabalho voltado para mulheres fosse difícil para L., mas não mais dificultoso que para suas empregadas, é o que marca as diferenças de classe:

L: [...]E naquele tempo se tinha assim empregadas boas, sabe? Que vinham normalmente do Nordeste, elas vinham pra cá, procurar emprego, e elas moravam na casa da gente. Na minha eram duas irmãs que moravam comigo. Era a cozinheira, e a outra lavava e passava. E as duas ajudavam a olhar as crianças. Ai quando nasceu o quarto, eu chamei a babá... E elas eram muito boas com as crianças, se davam muito bem com elas, com a casa... Era gente simples. Elas não eram alfabetizadas, eu coloquei na escola à noite também... Aí iam elas pra escola e eu também. E meu marido tomava conta das crianças.

O letramento, como marca distintiva entre camadas sociais de diferente poder aquisitivo aparece na fala de L. A formação como educadora envolve estes fatores no cotidiano da entrevistada, seja fora de casa ou dentro, com quem convive.

Aqui é interessante destacar que o processo de alfabetização das empregadas tocou em outro ponto importante paralelo ao nosso tema em debate. A consolidação de cursos voltados para a formação de Jovens e Adultos na cidade de Marília (SP) estava para acontecer no final da década de 1990. Foi neste mesmo período que a cidade passou a atender crianças menores de 3 anos de idade:

L: Marília tem uma parte da história da Educação bonita, até... Só que ela cresceu bem, deu um solavanco de 1997 pra cima, porque se criou as EMEFs, criou-se os Berçários, depois aumentaram as EMEFs e os Berçários...

A situação de muitas mães que trabalhavam fora sem condições de deixar os filhos em um berçário particular fez parte do contexto do mercado de trabalho feminino. Ainda sobre aspectos históricos de Marília (SP) e seu bairro, a entrevistada trata sobre essa necessidade voltada às mulheres:

L: Marília, nossa! Não tinha nada... essa região todinha aqui era mato. E aí que foram abrindo, e cresceu, cresceu, tanto que está emendando lá com Lácio! Tem os condomínios, boas escolas...Mas eu acho que Marília ainda precisa de mais escolas, principalmente berçário, ainda tem muita demanda...Porque as mães trabalham fora, quem precisa de berçário são as mães que prestam serviço em outras casas, ou trabalha em escritório...Tem algum trabalho fora de casa e precisa deixar a criança o dia todo...

Por este motivo, em conjunto com outros fatores, morar na casa dos patrões interrompia a convivência de empregadas com seus parentes, em casos significativos chegou até a excluir a ideia de ter filhos, como veremos adiante. Esta é a relação próxima entre mulheres de classes distintas, no presente não vivemos da mesma maneira, mas conhecemos casos de mulheres que deixaram de constituir família por conta do trabalho doméstico, e mais uma vez o tema *família* fica evidente.

Entre as empregadas que trabalharam para L., uma ainda permanece em sua casa, não mais como mensalista, mas agora como diarista.

L: Já vai pra 22! Viu praticamente o caçula crescer e se formar e tal...Então ta aí, nem presta serviço em outra casa por medo de ser diferente o serviço do que está acostumada... mas aqui, eu não falo mais nada, já sabe o que é pra se fazer, né...

Além de ver o caçula da casa crescer, podemos nos perguntar: Que tipo de vínculo é esse que dura há mais de 20 anos com uma funcionária da casa? Retomamos as questões familiares, seus conceitos, e como a empregada doméstica pertence a uma família dentro da concepção de empregadores. O papel de educadora é crucial, neste aspecto, para definir a responsabilidade dada à empregada diante de seu trabalho.

A rotina de trabalho de sua ex-empregada mensalista, e agora diarista, é feita em 2 dias da semana. Por L. estar aposentada, suas atividades – como serviço comunitário – não impedem que tarefas rotineiras sejam feitas pela casa, mesmo porque, o fato de morar só com seu filho mais novo limita mais a demanda doméstica. Em todo caso, pelo menos uma vez por semana é necessário fazer a faxina na casa, lavar a roupa e passar.

Hoje L. considera que o trabalho doméstico, para quem não tem condições financeiras de manter uma empregada ou diarista dentro de casa, deve ser dividido entre homem e

mulher. Quando isso não ocorre, a mulher fica sobrecarregada de trabalho, pois ainda lhe resta a responsabilidade de educar os filhos, e dar conta do serviço fora de casa.

É neste sentido, que, na opinião de L., como educadora e expressão de uma classe social, que alguns problemas sociais eclodem e passam a repercutir em ambientes que não tem obrigação com a educação familiar de crianças e adolescentes, como o espaço da escola. A situação acaba por pesar para o professor também.

Ainda com os ecos do texto de Carla Bassanezi em nossa perspectiva para a pesquisa, perguntamos à entrevistada sobre a educação recebida em sua casa quanto a divisão do trabalho doméstico, e a resposta, por mais que sua experiência atual seja distinta, resgata os padrões tradicionais de papéis masculinos e femininos:

L: Ajudava! Porque já meu pai não tinha condições de ter empregada. Minha mãe teve empregada por pouco tempo, mas assim, quando estava doente, quando ela não estava muito boa, quando ela tava muito cansada... Mas a maior parte do tempo não tinha. Eu lembro que eu ia pra escola, freqüentava o colégio de freiras aqui, eu chegava, eu ia passar cera no chão... Porque a gente passava de joelhos no chão, depois passava escovão, não tinha enceradeira, e lavava a louça, minha mãe fazia comida, ajudava aolhar o irmãozinho caçula...Então eu fiz parte dessa família de lá de trás que não tinha uma pessoa para fazer o serviço, era temporário, porque já era mais difícil para pagar... E outra coisa, gosto! Acho que a pessoa tem que gostar também. Por exemplo, eu gosto de cozinhar, eu já tive cozinheira por conta do trabalho. Mas sábado e domingo eu cozinhava, de feriado, e agora sou eu que cozinho... Então desde criança, eu sempre participei do serviço doméstico.

Ao longo das 4 entrevistas feitas com empregadores, fizemos uma pergunta chave sobre a relação entre o trabalho feito pelo empregador fora de casa e o trabalho que sua empregada/diarista exerce em sua casa, quando não, a própria entrevista caminhou para a resposta dessa pergunta. L. nos respondeu:

L: É que pra sair pra trabalhar, eu preciso daquela que vem me ajudar, fazer a parte que eu não estou pra fazer, já que eu tenho que sair pra outro serviço, remunerado, pra ajudar na despesa da casa... Eu preciso de alguém para fazer o serviço da casa porque eu não posso fazer... Acho que neste momento eu preciso dela e ela precisa de mim. Ela porque está ganhando e precisa trabalhar, e eu porque preciso trabalhar, tenho um serviço e preciso remunerar quem me ajuda...

Podemos observar que até aqui, o argumento “ajudar” apareceu nas 3 entrevistas apresentadas e também irá aparecer na entrevista a seguir. A ideia de oferecer remuneração pelo trabalho doméstico é tida como uma forma de ajuda a quem precisa trabalhar. Ao longo da entrevista com empregadas/diaristas veremos que a condição econômica de muitas não desmente esse argumento. Entretanto, aqui vemos a necessidade de compreender este

argumento como parte do “custo” e valor do serviço doméstico oferecido em casa de terceiros.

Como afirmamos posteriormente, a condição do serviço doméstico enquanto trabalho remunerado está atrelado a sua contrapartida, o trabalho não-remunerado. O não reconhecimento dos afazeres domésticos enquanto trabalho - quando não remunerado – repercute no argumento que justificam direitos e renda para essa mesma atividade feita enquanto serviço em “casa de família”.

E “casa de família” é um dos termos chave sobre o serviço doméstico, ele representa outros atributos inseridos nas relações sociais presentes neste trabalho. O bairro Tangará, onde L. nos recebeu em sua casa possui grande concentração de “casas de família”. L. nos apresenta detalhes sobre esse histórico:

L: Tem empregadas bem antigas aqui que morreram... Tinha a Xica, empregada da Dra. Cleide, que criou os 5 filhos dela, os netos, assim sabe, de morar junto, de nunca ter se casado...e ficar ali com a família. Então isso daí vem mais desse pessoal que morou em fazenda, sabe...que queria morar na cidade e acaba morando no emprego, tinha um quarto, e tudo, e já ficava ali direto...

A condição de trabalhadora doméstica tem seus efeitos sobre a vida de muitas mulheres. Chama a atenção o fato de não casar-se, não ter filhos, e ao mesmo tempo, substituir a mãe no tempo de trabalho da empregadora.

Os tempos de mudanças modificaram essa fotografia de família, em que a empregada doméstica – apresentada muitas vezes como membro da família – aparece ao lado de seus empregadores e filhos. Um desses traços corriqueiros era a convivência diária, o local de trabalho como moradia, o que ultimamente tem se modificado:

L: Até o trabalho noturno, agora tudo isso é contado, é remunerado. Naquele tempo não, de noite punha a janta, depois já lavava a louça da janta... Era o dia todo! Era como uma pessoa da família também... Porque está lá dentro o tempo todo, né...então fica como uma pessoa assim...

A lei aparece como um divisor de águas sobre o serviço doméstico, mas L. aponta outros fatores importantes que já delineavam mudanças sobre a caracterização deste trabalho, principalmente quanto a transição de mensalistas para diaristas:

L: Mas por quê? Ai a situação econômica deu um aperto...aqui mesmo minhas vizinhas dispensaram as mensalistas, e ficaram só com a diarista...por conta que –tem tudo o que elas merecem, nada contra seus direitos – mas fica caro para as famílias manter. A não ser que o patrão seja ai uma pessoa que possa arcar com essa despesa, se for um médico, um

promotor...se for uma outra pessoa que não tem essa condição, então já mudou pra diarista...

Além da troca de dinâmica de trabalho, os gastos e salários têm pesado bastante sobre essa mudança, que são dados com o exemplo a seguir:

L: Tem, 1 salário mínimo, aí você vai contar mais o passe que você tem que pagar, 1/3 das férias, as férias, o fundo de garantia que tem que ser computado, e tem mais uma coisa na lei que eu não sei o que é, um negócio de ter que pagar 40% se for mandada embora, por justa causa...não sei...Então, e também não tem nenhuma que trabalha por 1 salário, as que tem aqui por perto ganha de R\$1000,00 à R\$1200,00...

A transição entre mensalistas para diaristas tem a ver com o vínculo familiar, com a forma como as famílias também passaram a lidar com a demanda doméstica ao receber uma funcionária apenas alguns dias da semana.

O rendimento entre as duas condições de trabalho também tem suas diferenças. Não aceitar receber apenas 1 salário mínimo pode estar relacionado ao baixo valor líquido recebido com as contribuições necessárias pela carteira de trabalho. Por outro lado, veremos em entrevista com diaristas que o peso e o sacrifício do esforço físico são dobrados. O rendimento maior de diaristas tem como consequência os problemas de saúde.

Empregador4 (apartamento) Serviço terceirizado

Entre as 4 entrevistas realizadas entre empregadores, foram 2 mulheres e 2 homens, a seguinte, junto com M. completa o número de homens entrevistados. Salientamos a relação usual entre mulheres – empregadores – e mulheres – empregadas/diaristas – discutido por Suely Kofes (2001), e apresentamos aqui o caso de homens que organizam a relação de trabalho com suas funcionárias. Aqui há características dessa relação e qual o papel intermediário de homem e mulher no contato com uma diarista.

L. F. é engenheiro agrônomo, mora com sua esposa em um apartamento próximo ao centro da cidade, também no bairro Barbosa, e no apartamento trabalha uma diarista:

L.F: Aqui a gente mora neste apartamento há 2 anos e 6 meses – pelo menos. Aí a gente está com a diarista, mas ela vem pra nós uma vez por semana e às vezes uma semana sim, e uma não. Atualmente a gente está sem a diarista, precisando encontrar outra. A última veio há duas semanas, mas ela teve problema de saúde e resolveu parar. Antes dela a gente teve outra também, e parou. Então, a gente está atrás de outra e não está fácil achar.

A dificuldade encontrada em achar uma nova diarista estaria em dois fatores principais: aquelas que possuem boas recomendações já estão com o tempo esgotado, e, a

localização do bairro Barbosa exige o transporte de bairros distantes de onde residem diaristas.

Como indicou a entrevistada T., o preço pago pelo transporte a uma funcionária que se locomove de um bairro distante até sua casa, pode comprometer o preço pago pelo serviço e o esforço de chegar até o local de trabalho. É preciso esclarecer que muitas diaristas e empregadas moram em bairros distantes de áreas de camadas de alto poder aquisitivo – aqui entendido de acordo com o preço dos aluguéis e acessos a serviços no bairro.

Portanto, para quem mora no bairro mencionado, o valor do passe é quase como obrigatório ser pensado. Além do passe, a alimentação é outro item a ser discutido. L. F. explica sobre a inclusão desses valores:

L.F: Essa não, ela não inclui, é a diária e o passe. A última já incluía...Ai essas duas que vinham não queriam alimentação, e não comiam...E a gente oferecia “Não! Pode comer...”, mas não queriam, não sei se não se sentiam muito a vontade, assim.

Para o trabalho da diarista, não há uma divisão rígida sobre o horário de almoço a ser computado. Além do problema do vínculo distante, o tempo de trabalho de uma faxina é corrido, tendo em vista que uma diarista não possui a mesma disposição para organizar seu trabalho como a mensalista, que divide as tarefas ao longo da semana.

Portanto, L. F. considera como fundamental algumas atividades, como “limpar a casa, roupa...”:

L. F: O principal é varrer o chão, passar pano na casa inteira, nos quartos, limpar banheiros, a sacada aqui, o piso, a cozinha, às vezes roupa pra passar...E como é só nós dois né...

Apesar de ser um apartamento, o entrevistado reconhece que “*o apartamento aqui é grande, da trabalho pra limpar!*” E mesmo sendo só o casal neste apartamento, a necessidade de uma diarista também se deu por conta do tempo do trabalho. O comércio que possuem em Garça (SP) e as viagens de L. F. para outras regiões faz com que o tempo livre do casal se resuma às noites, e aos domingos.

A tentativa de entender os horários é saber em que medida há tempo livre para as atividades domésticas, então algumas perguntas foram elaboradas neste sentido. Caso haja tempo livre, quando o trabalho doméstico é delegado a diarista/empregada? Antes de morar neste apartamento com sua esposa, L. F. cita que morou sozinho durante os anos de

graduação, e não precisou desse serviço antes. Apenas quando morou com os pais, em uma casa na própria cidade, foi quando teve o maior contato com empregados.

L. F: Isso foi há 16 anos atrás. Morei em uma casa de 1984 até 2000. Ai lá tinha uma cozinheira, uma faxineira, uma lavadeira e um cara pra cuidar do jardim.

Hoje o agenciamento do serviço é feito pela esposa. É interessante notar que o contato com a diarista foi intermediado por uma manicure, o qual L. F. indicou como responsável pelo gerenciamento informal de diaristas indicadas a suas clientes. Infelizmente não tivemos a oportunidade de entrar em contato com essa pessoa, mas possivelmente teríamos mais informações sobre esse agenciamento de indicações.

Esta é uma realidade que vem tornando-se uma prática administrada por empresas que terceirizam os diferentes trabalhos que correspondem à casa (serviço doméstico, jardinagem, cozinheira, passadeira, babysistter, dogwalker, etc.), ou seja, todos esses são trabalhos que possivelmente são delegados à uma empregada doméstica. Contudo, entre a indicação da manicure e a prestação de serviços de uma terceirizada há diferenças que caracterizam o serviço doméstico de maneira distinta.

No primeiro caso, os valores são negociáveis, a questão do passe, a alimentação e modo como é feito a limpeza semanalmente são acordados informalmente. Já no segundo caso, há um valor fixo a ser pago de acordo com a demanda, alguns encargos obrigatórios são cobrados perante a legislação trabalhista.

Entramos em contato com a filial de uma dessas empresas que presta os serviços referente a casa, e compreendemos como funciona a questão do valor e horários estipulados. Para o serviço de uma diarista, os horários e preços funcionam da seguinte maneira:

- 4 horas de trabalho: R\$96,00
- 6 horas de trabalho: R\$116,00
- 8 horas de trabalho: R\$ 136,00

Caso o empregador tenha interesse em manter o serviço oferecido, é possível negociar descontos. No trabalho da diarista, além da faxina, também se inclui passar roupa, quando necessário, a empresa designa uma pessoa para as duas atividades, sendo as horas trabalhadas divididas de acordo com as prioridades da casa. Para os clientes, há o preenchimento de um perfil que funciona como referência para o trabalho na casa, preferências como não-fumantes, horários e dias da semana possíveis para a diária.

Além dessas características, L. F. destaca outros aspectos:

L.F: A gente fez isso uma vez...na verdade duas vezes. Geralmente não é a mesma pessoa, né...não tem como garantir que seja a mesma pessoa... Nós quando entramos em contato com a empresa, nós pedimos...eu entrei em contato e falei “Olha, nós queríamos aquela pessoa, que fez o serviço direitinho...” aí responderam “Ah! Ela está na casa de outra pessoa hoje...” O custo é maior! E eu acho que a qualidade não seria tão boa quanto o serviço de uma diarista particular...

Comparado ao serviço formalizado legalmente, para o entrevistado o contato direto com a diarista ainda é mais interessante. O vínculo, antes comentado aqui como parte das relações com a “casa de família”, pode aparecer pouco na rotina de diaristas, mas mesmo assim ainda está mais próximo de adequar-se aos gostos, horários, costumes e manias, como já nos informou o entrevistado M.

L. F: Porque eu vejo que... ...por exemplo, a diarista que vem aqui, na terça é na minha casa, na quarta ela vai em outra, e na quinta mais outra, então é mais ou menos as mesmas casas que ela vai... ela tem todo o interesse de fazer um bom trabalho para o cliente dela, porque ela tem interesse em manter as casas, pra ficar uma coisa mais ou menos fixa também. Porque é bom pra ela também!

Em resumo, sobre este aspecto, nos aparece que por mais estranha que seja essa vontade entre as duas partes, o mínimo de intimidade entre empregadores e empregadas faz parte do serviço doméstico. Os limites dessa intimidade são estabelecidos ao longo do tempo. A intimidade parece aumentar quando em uma casa a funcionária passa a arcar com atividades que fogem da necessidade usual do serviço doméstico, como pagar contas, levar e trazer crianças da escola, entre outros.

Mais uma vez questionamos sobre a relação entre o trabalho dos empregadores e o trabalho doméstico feito por terceiros.

L. F: Ah! Eu dependo dela pra casa estar limpa, tudo né? Se chegar na sua casa limpa... É importante o trabalho dela, por isso que a gente está aí atrás de outra e não está conseguindo. Por enquanto não achamos, mas a gente está tentando. É um trabalho importante, ela é tranqüila, limpa a casa, não causa problema nenhum... E pra ela é importante também.

Neste caso, o modelo de domicílio semelhante ao de uma empresa fica evidente. A manutenção da casa faz parte das atividades dessa empresa, e o vínculo expresso entre o trabalho feito fora de casa e o serviço oferecido enquanto trabalho para as demandas domésticas tem o peso de uma rotina de empresa, assim como há também serviços terceirizados que cuidam dos chamados “serviços gerais”, inclui-se a limpeza nesta área.

Um dado importante que apareceu ao longo dessa entrevista e que será recorrente na fala de diaristas é sobre a saúde dessas mulheres. Neste caso, L. F. explica sobre a situação de sua diarista.

L. F.: Quem conversava mais com ela era a R.! Mas ela teve uma crise, né... ela parou de ir em todos os lugares, aí a família dela – o irmão dela -, falou que ela poderia trabalhar aqui, porque aqui ela se sentia bem... Então ela vinha, então a gente sabendo disso, a gente não se opõe. Se ela vem aqui, faz o trabalho dela e tudo, é até uma oportunidade de trabalho pra pessoa! Mas ultimamente ela disse que não estava legal tudo, e ela ia parar mesmo.

Por mais que não seja tema de nossa pesquisa sobre o serviço doméstico aqui estudado, os problemas de saúde foram relatados ao longo de algumas entrevistas, seja da funcionária ou de algum parente próximo. É preciso lembrar que o trabalho doméstico oferecido por mulheres no final do século XIX, como mostra Telles (2011) também era delimitado por questões de saúde. Os problemas com sua saúde ou de parentes próximos era considerado motivo justo para demissões.

Neste caso, a escolha feita pela interrupção do trabalho foi de responsabilidade da diarista de L. F., mas vale ressaltar que o trabalho de “extra” – sem vínculo empregatício, e com o retorno financeiro imediato – tem em contrapartida o risco de afastamento do trabalho sem nenhuma seguridade (FGTS, seguro-desemprego).

A trabalhadora doméstica neste caso acaba por viver o dilema entre o esforço físico diário da rotina de trabalho e a vulnerabilidade de sua saúde. A ausência no trabalho não é compensada por licença médica, não ir trabalhar é o mesmo que não receber.

Na ausência da diarista, L. F. e sua esposa procuram estabelecer uma manutenção mínima do ambiente doméstico.

L.F.: Cara... Já faz duas semanas que ela [diarista] não vem, a gente deu uma geral na casa... Mas chega no domingo, a gente está mais cansado. Mas é lógico, o mínimo tem que fazer, limpar os banheiros, passar uma vassoura.

Após a entrevista, L. F. relatou que no prédio em que mora o caso deles é exceção, pois a maioria dos moradores possui uma mensalista ou funcionária de longa data. É preciso considerar que este é um casal jovem, com demandas que talvez fujam um pouco da condição ideal de família tradicional, com filhos e animais de estimação, a qual representa o modelo “casa de família”, com horários, costumes e hábitos que, com o tempo de trabalho de uma funcionária da casa, passa a fazer parte da rotina do trabalho doméstico.

3.4 Empregadas e Diaristas

Antes de dissertar sobre as entrevistas com empregadas e diaristas, gostaria de fazer um breve relato sobre a experiência em campo, já que no caso dos empregadores não houve um bairro específico abordado, por motivos logísticos.

De alguma maneira, as pessoas a serem apresentadas nas próximas entrevistas possuem algum vínculo com o que foi aquele bairro antigamente. Durante 2012 também havíamos organizado a proposta de pesquisa em bairros específicos, mas sem um contato prévio com nenhum deles. Dessa vez, procuramos intermediar esse contato antes de visitar qualquer casa.

Com relação ao Parque das Vivendas, um ex-aluno meu da rede básica de ensino público informou-me que morava no conjunto de casas onde já guardava interesse em pesquisas, a partir deste contato conseguimos a primeira entrevista que aparece aqui, pois A. é vizinha desse aluno que intermediou a visita.

Como iremos perceber de acordo com a narrativa das entrevistadas, o bairro em questão possui uma história peculiar na região. Apesar de não estar relacionado com a origem de todas as casas construídas neste conjunto, cerca de 60 casas foram construídas e entregues pela prefeitura de Marília (SP) entre 2013 e 2014 aos moradores de uma antiga comunidade, denominada como favela do Jardim Cavalari, mas situada no Jardim Universitário.

Em algumas idas e vindas a campo, passei pelo local onde havia essa comunidade, pois há um acesso por estrada de terra que liga esse terreno com o Parque das Vivendas. No caminho é possível ver escombros, restos de casa demolida, alicerces do que um dia foi uma sala ou cozinha, pedaços de tanque de lavar roupa, escadas pela metade, e em seus limites, um córrego de esgoto em conjunto com pequenas propriedades rurais mais antigas que terminam onde inicia um dos vales da cidade. Algumas falas irão retratar com mais detalhes este ambiente que um dia foi habitado por muitas famílias.

Em campo também houve o estranhamento dos moradores com este ser alheio à região, o pesquisador. Como cita Hermano Vianna (1988) em sua etnografia sobre “*O mundo do Funk carioca*”,

Pouco a pouco as pessoas foram se acostumando com minha presença e minha atitude. Nunca deixei de ser um estranho. Até minhas roupas e a cor da minha pele eram signos dessa estranheza. Ninguém entendia realmente o que eu estava fazendo. Mas passei a ser um estranho previsível... (1988, p. 15)

Esse estranhamento era quebrado quando a palavra “pesquisa” era anunciada para identificar minha presença em campo. Em dados momentos, independente da metodologia aplicada ou como os dados seriam usados, este termo era aceito pelos moradores como esclarecedor de muitas perguntas que poderiam surgir. Não há como negar que a imagem transmitida pelas minhas roupas, características fenotípicas e comportamento já estavam associados por alguns moradores a um tipo ideal de visitante oportuno. A relação do bairro com a redondeza ainda parece ter a ver com as origens da comunidade.

A principal diferença entre os dois extremos dessa conversa entre empregadores e empregadas, talvez tenha ficado quanto a hospitalidade. Em todos os casos as pessoas abriram a porta de suas casas para conversar, mas a hospitalidade de empregadas até gerou dúvidas se realmente aceitaram de fato a data e horário marcados. Algumas entrevistas realmente não ocorreram, mas em outras fomos recebidos com café da tarde, o que demonstra o prazer de se fazer pesquisa de campo.

Empregada 1 Sorte no serviço

A. é exemplo desta relação com o passado do bairro, antes de morar nas casas construídas pela prefeitura, morou durante 30 anos na favela em questão. A diferença exposta pela entrevistada é que antes não pagavam aluguel. Hoje pagam um financiamento acessível caso comparado a outros convencionais, na casa mora com seu marido, filha e seu neto. Além desta filha, A. possui 5 filhos homens, e mais 3 netos.

Sua experiência enquanto empregada doméstica começou cedo:

A: Como empregada? Desde quando eu estava com nove anos. Por que antigamente a gente começava a trabalhar mais cedo, né? Pra ajudar pai e mãe.

Antes do trabalho remunerado, A. comenta que já ajudava em casa, momento o qual já havia aprendido bastante sobre o trabalho doméstico. Hoje, com mais de 50 anos de idade, em sua casa quem ajuda é sua filha, além de cuidar de seu neto, faz a manutenção básica do domicílio. Seu marido trabalha como serralheiro, mas no momento faz trabalhos esporádicos por estar desempregado.

Os três trabalhos que teve anterior ao atual duraram aproximadamente 6 anos cada, e o que chama a atenção é que o fim da relação de trabalho na vida de A. nunca se deu por desavenças:

A: [...] sai porque estava grávida, e aí sai, aí colocaram outra mocinha no meu lugar. Depois eu voltei de novo [no mesmo emprego], e fiquei acho que mais uns dois anos, depois eu sai de uma vez.

Em um dos trabalhos que A. guarda boas lembranças, ela descreve com atenção:

A: Eu trabalhei com uma que ela que... só não estou hoje com ela porque ela foi pra Bauru, dona Esther, não tinha patroa melhor que aquela. Ela foi embora pra Bauru, mas eu fiquei seis anos e pouco com ela. Fazia de tudo também, lavava, passava, cozinhava.

A partir deste momento, A. trouxe-nos mais detalhes sobre sua experiência enquanto “doméstica”³¹. No momento também possui padrões que destaca elogios, a confiança depositada em sua patroa é retribuída com a disciplina no trabalho. Seu reconhecimento está na Carteira de Trabalho registrada e o pagamento acima de 1 salário mínimo sem descontar o INSS.

São detalhes que para a pesquisa, precisam ser avaliados dentro das condições de trabalho e vida da entrevistada, o pouco vale muito de acordo com a história de vida apresentada, mas talvez não o bastante perto do poder aquisitivo para quem se trabalha.

Como afirmamos anteriormente, a intimidade quase que obrigatória na rotina dessa categoria profissional pode desdobrar-se em diferentes benefícios que possam ampliar o valor recebido para além do salário. Jurema Brites (2000) já havia citado sobre o grande fluxo material entre a casa de empregadores e empregadas:

A: [...] ela costuma dar presente, meu netinho fez aniversário ela deu uma motoca, tem fruta ela fala “Leva pro nenê!”, sempre ajudando, eu fiz aniversário e ela da presente.

A troca material nos apresenta como um dos benefícios de uma relação estável no serviço doméstico, ter a sorte com empregadores é o motivo apresentado por A. para descrever sua experiência:

A: Eu nesse aí eu to contente, porque tudo que a gente faz pra ela ta bom, sempre falta alguma coisinha né, mas aí ela já vai lá e já corrige, ou fala por brincadeira, brincando, dando risada. E ela é muito amiga. Ah, meu serviço eu dei sorte! Com patrão, nunca tive discussão com patrão, com patroa, nunca. Tive necessidade de faltar esses dias durante duas semanas [por motivos pessoais], ela não colocou ninguém, ela mesma tava fazendo, e todo dia ligando perguntando como eu estava.

Sorte foi um termo apontado em outra entrevista a seguir. Quando não há colaboração e compreensão por parte dos empregadores, o trabalho torna-se mais cansativo,

³¹ “doméstica” foi o termo corrente durante o trabalho de campo para abreviar Empregada Doméstica, ao mesmo tempo, o termo parece referir-se à algo pertencente à casa, ao ambiente doméstico, alguém que está atrelado e no momento pertence ao domicílio.

principalmente sobre as regras estabelecidas e os horários a ser cumpridos. É oportuno citar que esta disciplina acontece com o tempo, A. não afirmou ter uma lista de afazeres para o seu dia a dia, como também não possui um livro de ponto em que sejam computadas suas horas de trabalho. O termo para esse acordo talvez seja “apalavrado”, ou seja, pela palavra de confiança entre as partes é que se procura manter o padrão de trabalho e relações sociais.

Neste sentido, A. encara o serviço doméstico como um trabalho que oferece certa *liberdade*. Interessante perceber este sentido dado por uma empregada doméstica quando o que levantamos como hipótese para a pesquisa a ideia de aprisionamento aos gostos da família, a reminiscência da autoridade senhorial sobre os empregados, a retomada de um período como a escravidão que sucumbia por completo a liberdade de trabalhadores da casa.

O dilema também tem a ver com as conexões com o que circunda o trabalho doméstico. Que tipo de liberdade seria essa? Em 2012 nos deparamos com este argumento também, quando uma das empregadas entrevistadas afirmou ter trabalhado em uma fábrica de alimentos – Xereta - , mas que hoje se sente menos cobrada enquanto “doméstica”, pois o esforço é mais físico do que intelectual.

Por conta de outro trabalho, A. também considerou as possibilidades desta maneira.

A: Trabalhei em uma lavanderia, mas sai logo, não acostumava. É porque empregada é livre, né? Ali se come, ali se... e tem patroa que acha ruim a comida, né? que nega..., mas essa aí não, ela compra banana, ela compra laranja, ela quer que chupa, que come...o dia inteiro ela quer que come...tem hora que parece que vai esturrica de tanto comer as coisas...”Não, porque tem que comer, não pode ficar assim com fome não!”...Quer dizer, é uma pessoa boa, né? Se vê, confia muito na gente...

As mudanças que observamos no serviço doméstico desde 2012 vão ao sentido de descaracterizar sua personalidade enquanto trabalho oferecido em troca de remuneração. Talvez neste ponto esteja algo que podemos considerar como um dado cultural, quando as relações de intimidade cobrem lacunas que muitas vezes escamoteia a crítica sobre o fenômeno social. A ajuda, o vínculo, a estabilidade, e muitas vezes a comida que sobrou de uma refeição complementam o que o salário não paga.

O horário de almoço dentro do serviço doméstico pode ser relativo, como já salientamos nas entrevistas com empregadores sobre as diaristas. Já no caso de mensalistas, o almoço pode se tornar horas a mais trabalhadas, dependendo de como funciona a relação entre empregadores e empregadas sobre sentar-se a mesa:

A: Essa aí, o que eles come, apesar de que todo serviço que eu entrei foi assim, o que eles comem a gente come, a gente só não senta na mesa, né, pra comer junto com eles,

acabou gente já tem um cantinho da gente comer. Nessa aí, tudo que tem na mesa você pode comer a vontade.

Caso essa 1 ou 2h de almoço seja feita na própria casa, é como se as horas de trabalho fossem constante. Isso só poderá ser verificado caso a empregada opte pelo aproveitamento deste tempo fora da casa onde trabalha. Tudo depende de como acontece a dinâmica de trabalho diariamente.

Sobre este aspecto, iremos destacar aqui as falas de A. que registram o modo como procura organizar seu trabalho de segunda à sábado, mais a frente veremos a diferença para o trabalho de uma diarista:

A: na segunda eu lavo os banheiros e já venho limpando a casa, na terça eu faço faxina na copa e na cozinha, e limpo a casa mais por cima. Aí na quarta eu lavo os quintal todinho, e vou controlando o serviço assim. Tem vez que ela faz o almoço! Ai já ajuda. Aí eu só paro 11h45, venho e faço salada, e quando ela não está se eu tenho que fazer comida eu faço. A roupa tem a máquina! Ai eu ponho na máquina, aí na quarta e na quinta eu passo. Porque tem um filho dela que não mora lá, ele só vai pra almoço e janta, ele é advogado, ele trabalha lá no fundo, mas ele leva roupa lá pra lavar. Ai eu organizo a roupa dele, a da casa, e ainda no sábado trabalho, vou lá dou uma limpada na casa dela, por cima, e vou pra casa do filho dela, às 9h.

Em conjunto ao trabalho de mensalista, de segunda a sexta feira, A. faz faxina aos sábados na casa do filho da empregadora. Este serviço é pago a parte, caracterizando-se mais como um trabalho “extra” nos moldes de uma diarista do que o trabalho feito todos os dias enquanto mensalista.

Em resumo, dividir a limpeza, roupa e demais atividades que uma casa demanda ao longo da semana, apresenta ser uma das principais diferenças sobre a rotina de uma diarista que é obrigada a concentrar todo o trabalho em poucos dias da semana.

Como vimos com a empregadora T., o hábito de manter organizado o ambiente doméstico é uma tática para a manutenção da casa. Este é um hábito que pode ter maior ou menor valor dentro de uma casa. Mas quando alertamos que em determinadas famílias esta discussão não entra no mérito da divisão do trabalho doméstico da casa, a situação reflete o que o empregador M. esboçou sobre o “custo” que as horas trabalhadas em prol do serviço doméstico possuem.

Caso enquadrássemos também o discurso da “ajuda” a quem necessita trabalhar direcionado às empregadas/diaristas apresentadas aqui, perderíamos o radical de nossa hipótese quanto ao trabalho doméstico e sua historicidade. Se o trabalho doméstico oferecido

enquanto serviço não se configura enquanto trabalho solidário, como ele poderia ser entendido enquanto forma de “ajuda”?

As diversas atividades que A. exerce em seu dia a dia descrito acima demandam o esforço físico pela rotina pesada dos afazeres domésticos, e ao mesmo tempo, o desgaste emocional de saber lidar com os limites das relações sociais que o trabalho obriga. Estar no meio de uma família, como afirmou A., exige saber “entrar e sair das situações”. Portanto, a “ajuda” não corresponde a todo esforço necessário para se manter em uma casa.

O que poderíamos considerar “ajuda” – além das trocas materiais – para a empregada/diarista, seria o próprio ato de empregadores compartilharem o serviço feito em casa. Esse caso é exceção, mas vemos que a exceção seria um benefício caso torna-se regra:

A: [...] ela é a mesma coisa que uma empregada, ela diz que adora ajudar a empregada! Se ta lavando o quintal e ela vem ajudar, se ta limpando uma coisa ela também quer compartilhar.

Durante as análises de Suely Kofes (2001) sobre a relação entre empregadas e patroas, essa divisão do ambiente doméstico, entre o domínio do saber fazer e a obrigação do trabalho, a autora considerou como o território no qual as identidades de gênero acontecem. Muitas vezes o ambiente do serviço doméstico passa por essa construção de identidades entre mulheres que procuram afirmar-se dentro dos limites de seu lugar na relação de trabalho. Neste caso, vemos o trabalho compartilhado entre duas mulheres, possivelmente este campo de identidades tem efeitos diversos.

Procuramos não enfatizar a opinião de A. sobre sua empregadora, alguns detalhes dessa relação só aparecem nas entrelinhas. Não deixamos sobressair os defeitos deste vínculo, o serviço doméstico é oferecido por terceiros – em sua maioria mulheres – e é enrustido de características que fogem da percepção superficial das relações de trabalho, é na rotina que percebemos detalhes que possam esclarecer mais sobre o que caracterizamos aqui como “intimidade”, e um desses momentos elucidativos ocorreu já no final da entrevista, durante o seguinte diálogo:

W: E para ela [filha de A.], você imagina que ela se daria bem trabalhando como empregada?

A: Ah, eu acho que não!

(Risos)

A: Eu acho que pra doméstica ela não iria não, ela não gosta que ninguém manda...

W: Mas você não liga que a patroa manda?

A: Eu não! Quando fala assim, alguma coisa que eu não gosto eu finjo que nem ouvi!

(Risos)

A: Eu falo “Ah, ta! Depois eu faço! To acabando aqui depois eu vou lá fazer!” Isso tudo na brincadeira, sabe?

A sorte pode determinar os caminhos que as relações dentro do trabalho entre empregadores e empregadas/diaristas podem tomar, mas em um momento de descontração, A. afirmou que é preciso saber ouvir, em casos oportunos, o termo “obedecer” faz sentido. Mais adiante teremos a oportunidade de detalhar melhor sobre esta questão com outra entrevista, contudo, sinalizamos aqui que toda trabalhadora doméstica tem ciência desta necessidade no trabalho em uma casa, principalmente quando esta se trata de uma “casa de família”, que exige o vínculo com os empregadores.

Não é o servilismo que caracteriza o gesto de obedecer, mas a própria malícia e experiência de quem encara o trabalho doméstico enquanto fonte de renda. Neste ponto, tanto no trabalho de campo, quanto nas entrevistas realizadas, o *silêncio* é significativo na narrativa de empregadas/diaristas.

Empregada 2 De empregada a cuidadora de idosos

A entrevistada H. mora no conjunto de casas onde fizemos a pesquisa de campo com empregadas/diaristas, mas a região onde nasceu e situação de trabalho no momento são distintas das outras entrevistadas. No momento H. está desempregada, além de empregada doméstica e diarista, trabalhou em sítio e principalmente como cuidadora de idosos. Porém, quando identificamos a proposta da entrevista e pesquisa, a entrevistada afirmou ter bastante experiência na área de serviço doméstico.

Muitas vezes não sabemos descrever o que é a situação econômica de um informante, neste caso, as falas de H. esclarecem não só sobre sua condição financeira – seja ela de trabalho, moradia ou alimentação – como a de muitas pessoas envolvidas com o serviço doméstico, e em especial, sobre o bairro onde mora.

Não cabe a nós explorar a situação paupérrima de muitas pessoas como justificativa para o tema em campo. As falas aparecem como parte do conteúdo do estudo de caso em que as condições econômicas refletem a procura por trabalho.

H. nasceu em Campinas (SP), mas na pré-adolescência chegou a morar em Marília (SP) quando se juntou com o pai de seus filhos, mas não se desligou da cidade de origem, pois voltou a morar lá. Em 2007 retornou à Marília (SP), cidade onde mora até hoje.

Como todas as mulheres aqui entrevistadas, H. começou a trabalhar muito cedo, como babá em Campinas (SP). Além do serviço combinado, tinha como responsabilidade atividades domésticas, como: lavar a roupa da criança, limpar a casa e lavar a louça. Todas essas atividades só eram possíveis quando a criança que acompanhava pegava no sono.

A primeira vez que estive em Marília recorreu ao serviço doméstico para conseguir itens básicos, como a refeição do dia e o leite para os filhos pequenos e a filha recém nascida, a qual levava junto para o trabalho:

H: Eu levava ela, limpava a casa tudinho, mas ainda bem que a mulher dele [empregador] era um amor de pessoa, a Ana! Ela já morreu, ela teve um câncer quando eu fui embora pra Campinas. A Roberta chorava [filha], ela dava leite, pegava no colo. Minha filha ficava numa área, em um sofá e ela ficava deitada. Eu lembro até hoje, que um dia eu cheguei lá minha filha tava cheia daqueles mosquito de varejeira nos olhinhos dela, aí eu falei “Ana, olha o olho da minha filha...”, e eu era nova, nem sabia de nada. E ela falou “Lena, isso é varejeira, acho que o leite caiu. Quando você dá de mama, passa um pano, limpa...” E eu não tinha nem 16 anos ainda...

Aqui nos referimos ao seu trabalho em troca de alimentação enquanto “serviço doméstico”, pelas atividades desempenhadas pela entrevistada na casa de seus empregadores, mas levando em consideração outras circunstâncias, é difícil tratar esse episódio e época da sua vida - enquanto mulher, mãe, adolescente – como parte de sua carreira enquanto “doméstica”:

H: Naquele tempo eu vim pra Marília com 11 anos! Naquela época eu tinha amigado com o pai dos meus filhos, e a gente morava em uma casinha muito simples, e ele era daquele tipo de pessoa que não tinha sorte pra serviço. Aí eu saía pra trabalhar, a troco de um prato de comida e 1 litro de leite, eu ficava o dia inteiro trabalhando. Até hoje eu não esqueço isso. Aí eu voltava pra casa com aquela comida e com um litro de leite. E hoje eu penso assim, “Ai senhor, hoje eu não tenho um filho pequeno, eu não preciso mais dessas coisas não...”, mas eu sei o que é isso...

Como no período retratado no primeiro capítulo sobre a historicidade do serviço doméstico, algumas situações fogem do enquadramento formal de uma profissão. Como exemplo, o caso dos criados³², não há como distinguir o que é o tempo de trabalho e o tempo de vida. No caso de H., também confundimos o que é adolescência e vida adulta.

³² Ver páginas 23 e 43.

A situação de trabalhar e receber como pagamento a refeição do dia e o litro de leite também confunde sobre qual o limite entre o amparo financeiro e o trabalho como exploração. Estes aspectos fazem do trabalho doméstico uma área que se dilui entre trabalho, profissão e troca de favores. Como veremos, as mudanças que estão por caminhar na legislação tem reconhecimentos neste sentido.

Uma das queixas constantes de H. e motivos para não estabilizar-se em um serviço era o fato de entrar para fazer uma tarefa e aparecer duas ou três a mais além do combinado, e indaga que: “naquela época não tinha para quem reclamar.”

Na casa de seus pais, H. ajudava no trabalho doméstico apenas aos domingos, único dia que restava de folga. Dentro dessa divisão entre mãe e irmãos, cada um procurava ajudar em um setor, limpar a casa, lavar a roupa ou fazer o almoço. Todavia, H. não cita a participação do pai nessa divisão do trabalho doméstico.

O retorno para a cidade de Marília em 2007 foi marcado por problemas quanto a moradia. A casa onde vive hoje é parte de uma troca feita com a prefeitura de Marília em um terreno no Alto Cafezal. O esperado era que o terreno valesse a casa quitada, mas no momento, H. também paga o financiamento simbólico no valor de R\$135,00, como forma de financiamento da casa. Segundo H, esse valor poderia ser gasto com água, luz e parte da compra de alimentos.

Assim também ocorreu com outros moradores do Parque das Vivendas. Um valor simbólico foi acordado entre prefeitura e moradores no processo de “desfavelamento” do local inapropriado onde havia moradias no Jardim Universitário.

Próximo de onde foram desapropriadas as casas no terreno onde havia uma comunidade formou-se outro conjunto de moradias do outro lado do córrego que separa os dois terrenos próximos de mata fechada. E H. explica sua situação atual com a casa:

H: Eu mesmo vou trocar essa casa aqui de novo na prefeitura! Porque eu não to conseguindo pagar ela...Porque se continuar assim do jeito que ta, logo, logo eu vou estar devendo um ano, e não vou conseguir pagar. Ai hoje mesmo eu tava pensando, ou eu vou mudar lá pra baixo, ou eu vou pra outro lugar e vou mudar para barraco da prefeitura de novo. Porque é o ditado, eles põem essas pessoas nessas casas, mas eles não vê que cada um, muitos, estão sem serviço, a maioria... muitos já venderam... eu não vendi ainda porque eu não consegui, mas se eu tivesse conseguido tinha ido pra prefeitura.

O termo “barraco” que nos chamou a atenção, tem significado comum para aqueles que já precisaram recorrer à prefeitura para conseguir uma moradia. A primeira imagem que

tivemos em mente foi de construções com estrutura simples, material improvisado e de pouca resistência. H. explica:

H: Barraco da prefeitura, se chama barraco, não pela casa, e sim porque você não paga, você mora na beira do córrego, é um lugar ruim, mas é um lugar que, por exemplo, você tem uma família de pai e mãe e filhos, e não tem como pagar, tá desempregado, você não precisa ficar doido igual muitos pais fica. Eu nasci em uma casa da prefeitura! Meus pais tudo moraram em bairro da prefeitura em Campinas, fui criada em barraco da prefeitura.

São casas de alvenaria, igual ou até melhor que casas em conjuntos habitacionais, contudo, o fato de serem feitas em beira de córregos explica um pouco a especulação imobiliária, e de certa maneira, o cruzamento entre dados de moradores locais como ocupação, nível de escolaridade e renda, podem deixar pistas sobre a população do bairro e suas características sócio-econômicas.

Não fizemos um levantamento neste sentido quantitativo em campo, mas não por acaso, em apenas uma das ruas do segmento selecionado para a pesquisa, encontramos entre diaristas, empregadas domésticas, cozinheiras e ajudante de serviços gerais, 10 mulheres ao todo, sendo o total de casas abordadas igual a 20. Praticamente metade das casas abordadas apresentou mulheres residentes que tinham algum vínculo com o serviço doméstico.

Levando em considerações os fatores que envolvem a procura pelo trabalho, sua estabilidade e condições econômicas no momento, o desemprego também faz parte da vida profissional de qualquer trabalhador:

H: Você fica louco... Porque você vai atrás de um lado, vai atrás de outro... se deixa currículo... se você não consegue, não é fácil, e ninguém quer saber da sua vida, do que acontece do portão pra dentro, se você tem, se você não tem, o que você está passando, e o que você não está...

Não obstante ter afirmado suas experiências quanto ao serviço doméstico, H. explica:

H: A maioria da minha vida eu trabalhei mais como cuidadora de idosos, porque a maior parte do tempo eu trabalhei sem registro, eu vim registrar nesse serviço aqui. Porque antigamente não registrava muito as pessoas igual hoje. Hoje dá problema! Antigamente, eu mesmo trabalhei várias vezes e nunca fui registrada de “doméstica”.

Sobre a falta de registro, lembramos a situação de diaristas que não possuem nenhuma seguridade social e estão sujeitas aos riscos do trabalho pesado.

H: Faxina por dia não é brincadeira não! Eu mesmo peguei esse problema na coluna que eu tenho, foi trabalhando de doméstica dos outros, de faxina! É um serviço que você trabalha, trabalha, e por exemplo, qualquer coisa que você fazer...você não tem...é aquele dia e acabou, ninguém quer saber se na semana que vem você travar em cima da cama... problema é seu!

Quanto a suas experiências como cuidadora de idosos, H. citou o caso de um emprego em que ficou por 7 meses, recebendo um salário fixo, mas sem descontar as contribuições do valor total. O trato feito com a empregadora é de que o salário maior seria sem registro, e o salário menor seria com registro em carteira subtraído os encargos e contribuições.

No final das contas, quando houve a rescisão de registro, H. procurou sua empregadora para saber como ter acesso ao seguro desemprego, foi quando percebeu que não havia sido pago nada além do salário registrado em carteira. Esse fato chamou a atenção, pois em 2012 havíamos conhecido histórias de mulheres que confiaram em suas empregadoras quanto a contribuição e depararam-se com situação semelhante, o que impediu que muitas não pudessem aposentar-se.

Com o auxílio do texto de Hirata (2014), sobre o trabalho de “care” ou cuidador, fizemos uma ponte entre as duas profissões e perguntamos sobre quais as semelhanças entre ambas. Em alguns casos, cuidar de um idoso também pode significar ser responsável pela manutenção da casa:

H: É! Porque, assim. Toda pessoa que você arruma pra trabalhar, que nem, várias vezes eu arranji serviço assim. Eles quer que você cuida do idoso, e eles quer que você limpa a casa. Agora, se você for limpar a casa você deixa de cuidar do idoso direito. Então muitas vezes você não aceita, ai o que acontece, aquela pessoa não te da o serviço. Já aconteceu muito comigo. Só que é o ditado: não tem como fazer as duas coisas bem feitas! Porque, por exemplo, enquanto você ta limpando a casa ali, você deixa de dar uma água pra ele, você deixa de dar alguma coisa pra ele comer, de trocar aquela fralda... E a pessoa não! A pessoa já quer montar, a pessoa quer que você limpa a casa e quer que você cuide do idoso. Eu nunca peguei e misturei! Eu já perdi muito serviço por modo disso. Porque não tem como você cuidar do idoso e cuidar da casa, isso eu acho que é a pessoa, quer te explorar! Por exemplo, aqui ele quer que você trabalha de faxineira, ele quer que você passa roupa e lava, e arruma e faz faxina. A cabeça deles é muito diferente!

Quando uma diarista recusa-se a fazer mais atividades além do combinado, corre o risco de não ser chamada para trabalhar novamente. Outro fator importante é o preço pago pela faxina, a concorrência pelo trabalho também pode ser outro fato que coloca em desvantagem quem procura manter um preço alto de diária.

H: Aqui eu já trabalhei com uma mulher, mas como eu ia viajar muito pra Campinas ela arranjou outra no meu lugar que era parente dela. E até cobrou menos! Ela me pagava R\$100,00 e essa mulher que é parente dela cobrou R\$80,00. Então ela me deixou de pegar eu por modo de R\$20,00!

Com todas as semelhanças entre as profissões, H. explica que um curso de enfermagem pode subir o salário de uma cuidadora de idosos, e esse ainda é menos cansativo e desgastante que o serviço doméstico.

O reconhecimento, como aparece no texto de Hirata (2014) também é menor enquanto trabalho, esclarece H.:

H: Ninguém reconhece! Eles reconhece você, assim... ta te pagando e acabou! Então não tem lógica, sentimento...quem tem sentimento com você é aquela pessoa que ta lá necessitando de você! Os parentes não tem...

Apesar de estar muito mais para cuidadora de idosos do que empregada ou diarista, a primeira visita que fizemos a casa de H. a entrevistada nos mostrou um panfleto de seus trabalhos oferecidos, entre eles o de diarista. Em alguns momentos os dois trabalhos assemelham-se, mas não são dentro da mesma área de serviço. O que podemos perceber é que os trabalhos associados a mulheres podem ter remuneração parecida, assim como o reconhecimento de sua importância social. Mais adiante veremos melhor o caso da situação de trabalho de diaristas.

Empregada 3 À moda da patroa

As entrevistas com empregadas tiveram como proposta inicial a busca por mensalistas, pois estas seriam de suma importância para entender os traços mais próximos e íntimos da relação entre empregadores e empregadas, e quais os resquícios com o passado escravista.

A entrevistada Mr. possui longa experiência enquanto mensalista, mas esta é uma entrevista para se entender a realidade de diaristas. Como observamos com a empregadora L., o momento de transição do vínculo de trabalho das mensalistas para diaristas foi apontado como um dos cenários do trabalho doméstico no momento. Ao mesmo tempo, podemos também refletir sobre essa mudança de acordo com o *status* econômico de quem procura esse serviço, a classe de alto poder aquisitivo talvez resista a essas mudanças.

Podemos também concluir que não só o vínculo empregatício tem sofrido mudanças de acordo com a situação econômica, como também, a dinâmica das famílias com relação à demanda doméstica passa por modificações com a presença apenas periódica de uma diarista na casa.

Para os empregadores, o convívio com a diarista resume-se a dias específicos, mas para a diarista, o trabalho nas casas pode ocupar a semana de segunda à sábado, como acompanharemos a seguir.

Mr. trabalha no ramo de serviços domésticos desde os 14 anos de idade. Não nasceu em Marília (SP), mas em Ocaúçu (SP) – cidade 40 km distante de Marília (SP). Também por

este motivo, conviveu com o campo até o momento em que se mudou para a cidade, onde começou a trabalhar como babá e empregada doméstica. Mesmo antes da adolescência, Mr. já ajudava em casa desde os 8 anos de idade.

Mr. foi vizinha da empregada A. quando morava no mesmo terreno já detalhado anteriormente. Hoje são vizinhas de rua. A descrição que faz da antiga casa que morava no terreno abaixo de onde mora atualmente é que o metro quadrado era menor, os cômodos mais apertados, e freqüentemente esbarravam-se um no outro dentro de casa. Além desses detalhes, a casa localizava-se ao lado de um córrego de esgoto:

Mr: Minha casa tinha dois quartos, um quarto conjugado com a sala, uma cozinha que tinha uma árvore no meio do teto, todo mundo que entrava lá falava que parecia o “Castelo Rá-Tim-Bum”. Como era um pé de Manga, eu tinha dó de cortar, aí eu pus telha e cortei. Ai nessa cozinha a pia...nessa cozinha ficava o fogão à lenha e um armário velho, na outra cozinha ficava a pia, a geladeira, e o fogão à gás, e o meu quarto. Então era mais ou menos 4 cômodos, mais um banheirinho feito de tábua bem mal acabado mesmo...

O início de sua experiência com o trabalho também resgata a situação da empregada H. A pouca idade e crescimento entre infância e adolescência foi permeada pela oportunidade de conseguir uma renda mínima para ajudar em casa. Começou lavando as roupas de bebê de uma vizinha, e posteriormente sua mãe lhe arranhou um serviço em que cuidava de dois meninos com síndrome de *down*. Ao longo da semana dormia na casa da empregadora, e voltava só nos finais de semana para a casa da mãe.

Tratando-se do interior, mais especificamente o nosso campo de pesquisa, o fato de empregadas residirem no local de trabalho por morarem distante da cidade aparece nesta entrevista e também durante a entrevista com a empregadora L. A comodidade de morar na casa onde se trabalha também representava a economia de empregadores com o transporte e as horas de trabalho extra não registrado. Em resumo, a dedicação de quem mora no trabalho é integral.

Entre 13 e 14 anos de idade, Mr. casou-se. A distância entre a casa e o trabalho foi motivo para o marido “*não deixar*” ir mais ao trabalho. Em seu lugar, veio o trabalho na fazenda onde moravam.

É interessante notar que a expressão *liberdade* aparece outra vez, e é designado desta vez para a vida no campo, onde a possibilidade de colher frutos e alimentos no quintal, assim como manter a privacidade que a cidade não oferece, são sinônimos dessa expressão para Mr.

Fizemos um paralelo entre o esforço físico que o trabalho doméstico demanda e sua diferença com a exigência do campo, e Mr. argumenta:

Mr: O ritmo do trabalho é puxado! Mas é outro assim, se não mexe com a mente, a gente aqui na cidade cansa muito o emocional. As vezes se fica pensando “Ai! O que a fulana cai achar, se fazer isso, e não sei o que...” Tudo você tem que ficar usando mente, coração e corpo. Na fazenda não, é serviço braçal! “Vai lá e carpi aquela roça!”, você vai lá e carpi! Se não faz direito o patrão manda volta pra trás, se da risada e vai lá e faz de novo, se não trabalha sozinho, é um monte de gente tudo junto. O que judia é o sol, mas...é muito diferente, o ar, o clima...

O fim dessa experiência com o trabalho no campo foi ocasionado com o fim da relação conjugal com seu marido. Foi então que deixou de morar e trabalhar em uma fazenda para voltar a cidade e para o serviço doméstico.

A volta para a cidade marcou também o início de uma convivência de mais de 10 anos enquanto mensalista. Pela fala de Mr., podemos entender como uma empregada doméstica entra e sai do ambiente privado familiar como parte de sua intimidade, mas também ciente de seu lugar na casa.

O tempo trabalhado em uma das casas – 15 anos – é a mesma de idade do filho mais velho dos empregadores, o qual viu crescer, buscar na escola e fazer o papel de educadora. Como sua moradia era próxima da casa onde trabalhava, relata que muitas vezes a criança a qual cuidava ia até a porta de sua casa para procurá-la, quando não, seu empregador a buscava para colocar as crianças para dormir.

O vínculo forte com as crianças garantiu que Mr. ocupasse tanto o lugar de empregada doméstica como de babá das crianças.

Mr: A gente acaba fazendo parte da família, né... Se sabe tudo o que se passa dentro da casa, você tá à par de tudo...os médicos dos meninos eu é que marcava, ligava pra ela “Leonardo tem médico, tal horário...” Ela [patroa] dava aula na [escola] Sítio do Pica-Pau Amarelo. Eu trabalhava naquela chácara ali em cima indo para o pasto, tem uma chácara bonita, aqui em cima...

A quebra neste vínculo se deu quando o casal de empregadores separou-se. A empregadora e seus filhos foram morar com sua mãe, e Mr. foi trabalhar junto a elas. No entanto, o apego muito forte com os filhos da empregadora acabou gerando atrito com a avó das crianças, pois algumas tarefas feitas antes pela empregada eram recusadas quando propostas pela avó.

Mr: Eu fiquei na casa 13 anos, depois que ela largou do marido dela e foi pra casa da mãe dela que fiquei mais 2 anos, aí que a mãe dela começou a reclamar, a brigar, com ciúme

dos netos, os meninos eram muito apegados em mim...Às vezes ela fazia a mamadeira e eles falava “A babá que faz, vó, a babá faz!” – o mais velho – o pequeninho falava “A Dinda faz!”. Até hoje ele me chama de Dinda!

Dinda, diminutivo afetivo para “Madrinha” expressa o grau de parentesco da empregada com os demais entes familiares. Ao mesmo tempo em que era tratada quase como mãe pelas crianças, Mr. relata que:

Mr: [...] na verdade você não senta junto na mesa pra comer, tem que comer na cozinha, porque querendo ou não você é uma serviçal, e se tem que saber isso por mais que você se apegue, nossa eu... Quando sai de lá fiquei bastante chateada, porque eu gostava muito do menininho, o menininho ficou doente, ela teve que ir atrás de mim...O menino saía da casa dela e ia bate na minha casa, que era no mesmo bairro...Ela morava ali no [Rua] Professor Antônio Reginato, na chácara, e eu morava na favelinha pra baixo da chácara...

Pelo tempo convívio com as crianças da casa, é possível afirmar que a figura da empregada doméstica na casa transcende as tarefas iniciais de fazer a manutenção do ambiente doméstico, como vimos neste caso. Por este motivo, identificamos o papel de educadora nesta relação.

Mr. concordou afirmando que muitas vezes os pais viam os filhos quando os levava e buscava na escola, o resto do tempo era ocupado pelo trabalho, e o fato de muitas vezes ter que colocar o filho da empregadora para dormir, a fez concluir “*Então era mais mãe dos meninos do que ela própria.*”

O conflito evidente sobre o ciúme da avó era reflexo do lugar de mãe cedido à empregada doméstica. A avó, muitas vezes considerada como uma segunda mãe, ou até mesmo mãe duas vezes mais dos netos, também sentiu os papéis familiares alterados. Foi então que Mr. passou a vivenciar com mais rigor o lugar da empregada doméstica na casa:

Mr: o menino queria que eu fizesse a mamadeira porque a “Dinda” sabia fazer a mamadeira do jeito que ele gostava... Quando ela fazia, ele não bebia... “Ai o Dani ta doente, o Dani ta doente...”, era cheio dessas... e a empregada só escuta né...Se ela for inteligente [a empregada] – porque tem que ser – você tem que lembrar que você não faz parte da família, você ta ali pra prestar um serviço pra família, por mais que crie vínculo, você tem sempre que se por no seu lugar, de empregada...

O convívio com a avó marcou o fim dos 15 anos de experiência com a mesma família. A disputa pelo lugar ocupado nas relações familiares não contemplava o outro lado do serviço doméstico, as atividades básicas de manutenção da casa em conjunto com os horários das crianças, como tomar banho, almoçar, trocar a fralda, não estavam em discussão quanto aos papéis familiares.

Mais uma vez constatamos a fusão entre os dois trabalhos em um só, babá e empregada doméstica, o qual era conciliado, segundo Mr., quando as crianças dormiam e assim, era possível fazer o serviço da casa.

Após este longo tempo de convívio, Mr. ainda trabalhou em uma mesma residência como diarista durante 3 anos, trabalho este que também esteve presente uma criança e construiu vínculo afetivo com os familiares. Posterior a esses trabalhos, Mr. relata que o serviço foi tornando-se mais puxado. Assim como a empregada A., antes a demanda da casa era intercalada ao longo dos dias da semana, mas agora é resumido em faxinas.

Hoje Mr. trabalha 4 dias da semana em casas diferentes, na sexta feira de manhã em um apartamento, e das 13h as 20h para a dona do apartamento que possui uma clínica odontológica. O serviço prestado na clínica não se configura enquanto vínculo, pois Mr. é funcionária da dona da clínica, e não da empresa.

A diferença entre ter Carteira de Trabalho ou não, também revela a questão do tempo dedicado a casa. O registro requer dedicação exclusiva, enquanto a informalidade da faxina – segundo Mr. – possibilita fazer seu próprio horário. Além destes detalhes, entre receber 1 salário mínimo e conseguir a mesma quantia fazendo faxina alguns dias da semana em pelo menos 2 casas diferentes, tem sido mais vantajoso receber mais, apesar do cansaço no fim do dia.

O valor conversado em diferentes casas, tanto com empregadores quanto diaristas, tem sido entre R\$80,00 a R\$100,00 por faxina. Mr. explica que dificilmente alguma casa irá pagar mais que este valor. Assim como H. relatou, a diarista que não aceita receber este valor pode não ser chamada para trabalhar.

Foi interessante perceber que, enquanto prestadora de serviço, Mr. procura manter um padrão de trabalho oferecido, próximo ao que o empregador L. F. comentou sobre a qualidade do serviço entregue quando se trata de uma mesma pessoa para a faxina semanal. Em muitos casos, a diarista precisa preocupar-se com aquilo que Mr. chamou de “*à moda da patroa*”:

Mr: A única coisa nova é perguntar como que ela [patroa] gostaria que fizesse o serviço. Porque cada um tem um jeito de fazer...Por onde você quer que eu começo, pelo quarto, pelo quintal...cada um tem um jeito de fazer...Se sabe o seu lugar mas você precisa de uma orientação da patroa para não contrariar ela porque não é tua casa...Então você tem que fazer “à moda da patroa”. O que gosta de passar nos móveis, o que não gosta, você dá uma opinião das experiências que eu tive durante esses anos todos de serviço, o que é bom pra limpar o vidro, o que é bom pra limpar o piso, o que é melhor pra limpar o box do banheiro...Entendeu? Mas aí é com o tempo, primeiro dia que você entra você faz “à

moda da patroa”. Depois que você estiver lá 1 mês, 2... aí “Olha fulana, tava pensando em passar isso...se a mancha vai sair...” aí você vai dando algumas dicas.

Esses e outros detalhes que parecem implícitos à manutenção da casa têm a ver com o lugar entre duas mulheres que intermedia este contato de trabalho. De um lado, os gostos da dona de casa, como códigos e valores sobre o que é uma faxina são as referências para o contrato, do outro, uma prestadora de serviços – também mulher – que possui bagagem sobre diferentes formas de realizar o trabalho, mas abre mão de sua experiência como forma de adequar-se aos gostos da contratante.

Uma ajuda de um empregador(ora) pode ter outro sentido para quem está do lado das obrigações domésticas, como afirmamos anteriormente durante a entrevista da empregada de A., ajuda pode significar a participação dos donos da casa nas tarefas, este fato é o que identifica um trabalho puxado de outro compartilhado. Fora “*à moda da patroa*”, a interferência na maneira como será feita o trabalho também caracteriza a autonomia da diarista:

Mr: Olha, tem casa que é difícil porque tem tapete demais, tem casa que é mais fácil porque tem menos tapete, é menos exigente. Que nem, eu gosto muito de trabalhar pra Aline, por que? Porque ela me ajuda, enquanto eu to limpando a veneziana ela vai tirando o pó, ou ela ta tirando as coisas de cima da estante pra eu tirar o pó. Então não tem essa preocupação de ficar tirando as coisas pra limpar, ela fala “Mr., termina aí que eu coloco as coisas de volta!” e eu vou para outro cômodo limpar...Agora tem casa que a patroa olha pra mim e fala “Tô saindo! Confio em você, a casa ta no seu nome!” Aí eu faço do meu jeito. Aí eu me sinto mais a vontade, porque aí eu faço do jeito que eu gosto de fazer e não do jeito que ela ta pedindo, porque aí eu me embanano um pouco.

Depois de percebermos este detalhe, foi inevitável reparar nas casas visitadas de empregadores e perceber que todas as casas tinha pelo menos 1 ou 2 tapetes por perto.

O esforço com algo que parece tão corriqueiro, assim como todo o conjunto de tarefas que pertencem ao serviço doméstico repercute na saúde da funcionária da casa, como já indicamos anteriormente das entrevistas do empregador L. F e de H. Aqui Mr. retrata seu cansaço físico e problemas de saúde que teve com a rotina de trabalho:

Mr: Vixe, perna no final do dia tem que dormir com os joelhos pra cima mais alto, porque as pernas e a coluna no final do dia já ta travada, ainda eu limpo lá, chego e eu limpo aqui...Esses dias eu me intoxiquei com um produto de limpeza...fui para no Hospital. Era *VejaeQuiboa*. À pedido da patroa, eu misturei e fui lavar o banheiro...Aí eu saí de lá, tomei água, deu uma melhorada depois de passar mal, mas eu tinha que voltar lá para poder enxaguar o banheiro...Então tinha que suportar aquele cheiro...porque ela [patroa] não ia entrar...Aí terminei de lavar o banheiro, tomando água...mas voltei pra casa com dor de cabeça...aí no outro dia fui parar no Hospital e tive que tomar xilocaína pra poder melhorar...mais 3 injeção de anti-alérgico... Atingiu a vista! O fundo do olho queima muito, arde muito! Aí mandaram eu fazer exame de vista e falaram “Bom! Você já tinha

miopia, e um pouco de glaucoma, e agora você tem que usar um colírio direto porque prejudicou sua vista!” Eu já fiz a cirurgia de varizes, e eu fiz a cirurgia achando que ia melhorar...Mas pelo contrário, piorou...As dores hoje são maiores...Então eu vivo à base de remédio de dor. Paracetamol, Dipirona... Tudo que você imaginar desses remédios eu já tomei. Agora eu tomo relaxante muscular, é aí que eu consigo dormir. Porque tem dia que eu chego e sento nesse sofá que dá vontade de chorar, de tanta canseira. É muita coisa!

A condição de “extra”, como é chamado o trabalho que se configura como temporário e sem vínculo empregatício, trata-se de um esforço com duas proporções contrárias: quanto mais se trabalha, maior a renda conquistada, no entanto, quanto mais uma trabalhadora está exposta à rotina de trabalho, maior os riscos de saúde para uma diarista no final do serviço. O cansaço, além de físico, torna-se mental, como Mr. relata a “*vontade de chorar, de tanta canseira*”.

Acompanhando as mudanças sobre o serviço doméstico, perguntamos se M. percebeu haver no momento uma transição de empregadas fixas para diaristas:

Mr: Ta aumentando o número de diaristas porque o custo de vida ta caro demais e você não tem esse vínculo com patrão. Que nem, você não tem obrigação de cuidar do filho deles, você não tem obrigação de cuidar do filho deles, criança é problema da mãe ou da babá, quem tiver cuidando lá... Então você não tem esse vínculo. Sem conta que todas essas mudanças que o governo fez para melhorar a vida da empregada doméstica, na verdade piorou...porque, muitas patroas mandaram a fixa embora, e ficaram só com a diarista...Preferiu coloca o filho no “Bezerra [de Menezes – colégio particular]” ou em creche paga e colocar uma diarista no lugar... Porque se você pensar bem, pra elas a casa não é uma empresa...pra nós [empregada doméstica], é! Eu já cansei de ver reclamando “Ah! O governo acha que nossa casa é uma empresa!” Se for assim, a minha também é! Mas elas não aceitam, elas acham que você faz um serviço como outro qualquer...Então elas mandam a fixa embora, e contrata a diarista que fica mais fácil...Depois elas contratam uma diarista por semana...Porque eu intercalo casa...só tem uma que eu trabalho toda semana, as outras três eu intercalo, semana sim, semana não...

Mais uma vez vemos o termo “empresa” designado ao ambiente doméstico. Dentro dessa dinâmica empresarial, o trabalho doméstico remunerado e não-remunerado tem passado por mudanças. Quanto ao trabalho não-remunerado, percebemos novas divisões entre os familiares, como vimos em Sarti (2003) e Bilac (2003), sendo a responsabilidade da mulher apenas uma entre outras, divididas entre os demais entes familiares.

Sobre o trabalho doméstico remunerado, a mudança da funcionária mensalista para a diarista obriga, em certa medida, que algumas tarefas sejam divididas entre os demais moradores de casa, quando não, a situação pode regredir para a justificativa de que a mulher (mãe, dona de casa), deva reassumir essa responsabilidade.

Empregada 4 De mãe para filha

Essa foi a última entrevista realizada com empregadas e diaristas. Ela ocorreu também no Parque das Vivendas, em um sábado a tarde, pois ao longo da semana fomos informados que a entrevistada Ad. costuma chegar só depois das 15h após o trabalho. O detalhe desta entrevista é que mãe e filha foram entrevistadas, já que ambas possuíam experiência com o serviço doméstico.

O combinado para entrevista é que Ad. desse seu relato de experiências com o serviço doméstico, mas como sua mãe - E. - no momento visitava sua casa, acabou não só dando seu relato como preencheu a maioria das falas aqui presentes.

A presença de Ad. no bairro não corresponde aos casos anteriores de A. e M. Ad. nasceu em Marília (SP), mas mudou-se frequentemente de casa enquanto morou com os pais. Sua mãe explica que nasceu em Duartina (SP), mas seus filhos nasceram em Bauru (SP) e Marília (SP). No entanto, já moraram em Campinas (SP) e São Paulo, ela também teve a experiência de morar longe da cidade e ajudar em trabalhos no campo.

Apesar das mudanças frequentes, E. e Ad. estão em Marília (SP) há um longo período. Além de mãe e filha terem a experiência com o serviço doméstico, mais duas irmãs de E. e outra filha também trabalham com essa atividade, inclusive uma de suas irmãs está na mesma casa como empregada há 30 anos para os mesmos empregadores.

Ad. trabalha desde os 14 anos de idade, começou como as outras mulheres como babá, e quando necessário, fazia o almoço na casa quando da ausência da empregada. Ela resume que passou por diversos trabalhos, mas sempre voltado para Serviços Gerais, o que seria próximo ao serviço doméstico, por tratar-se de limpeza.

A experiência desse período passou por fábricas, indústrias alimentícias e empresas privadas. Junto com Ad. encontramos ao longo desses anos de pesquisa e trabalho de campo desde 2012, 4 mulheres que transitaram da fábrica de alimentos então Xereta, para o serviço doméstico ou trabalho próximo a este. Possivelmente, em um levantamento de documentos da antiga fábrica e suas ex-funcionárias poderíamos encontrar outros casos.

A situação – aqui levantada como hipótese – é de que o mercado de trabalho feminino até a década 2000 – período de falência da indústria – ainda absorvia maior número de mulheres para área de serviços domésticos. Os dados fazem sentido quando percebemos a

presença maior de mulheres com maior idade no serviço doméstico até os anos 2000, de acordo com os dados já apresentados do DIEESE (2012)³³, ao contrário de mulheres até 30 anos de idade que tem migrado para outras áreas de trabalho.

Os trabalhos que Ad. teve enquanto funcionária de uma casa só atingiu o tempo máximo de 1 ano. O prazo foi interrompido por conta de problemas de saúde com sua filha – que hoje também é mãe – o que a obrigou sair do emprego. Atualmente ela encontra-se como empregada doméstica mensalista há 5 meses em uma casa localizada em um dos condomínios próximo à saída da cidade em direção à Assis (SP).

Antes de ser registrada no atual emprego, Ad. havia trabalhado como diarista durante 7 meses para duas irmãs médicas, em que procurava organizar o trabalho em 2 dias em cada casa: lavar roupa e fazer faxina em um dia; passar a roupa no outro. A mudança de um trabalho a outro – contrariando o que estamos vendo até aqui – ocorreu à partir de sua expectativa em receber um salário fixo, em contrapartida, hoje trabalha de segunda à sábado.

A mãe de Ad., E. não trabalha mais com o serviço doméstico, mas começou a receber uma renda simbólica dentro da área desde os 8 anos de idade. Mais uma vez precisamos balizar a condição de criança e responsabilidade por uma demanda na casa, o que confunde trabalho e ajuda.

Seu primeiro trabalho, como resultado da necessidade de ajudar financeiramente em casa, também foi como babá. Aos 8 anos de idade E. era responsável por outra criança de 6 anos, em São Paulo.

Durante sua vida sempre trabalhou nessa área, cita que apenas quando morou em Campinas é que não pode trabalhar fora, porém trabalhou dentro de casa cuidando dos filhos e sobrinhos, assim como prestava serviços de costura quando possível.

Em 56 anos de experiência com o trabalho doméstico de maneira geral, seja ele dentro ou fora de casa, remunerado ou não, E. cita que trabalhou apenas 5 anos com carteira assinada, e afirma que antes não havia a responsabilidade de registrar-se os “domésticos”. O trabalho com carteira assinada ocorreu em Marília (SP), casa pela qual E. guarda boas recordações.

³³Ver página 43.

Sua antiga patroa procurava compartilhar o que era servido à mesa, assim como oferecer aquilo que não cabia mais à família para ser levado para a família de E. O motivo de E. ter saído deste trabalho é que seu filho separou-se, sendo assim, tomou a responsabilidade de cuidar de dois netos. Aqui podemos ver como o trabalho doméstico fora de casa está relacionado com o que é feito dentro de casa, nos dois casos uma mesma pessoa é responsabilizada por este trabalho, mulher, dona de casa, mãe, avó, e até então, empregada doméstica.

O interessante de E. ter participado da entrevista é que de certa forma, algumas de suas falas podem ser consideradas enquanto memória sobre o serviço doméstico.

Tanto Ad. quanto E. concordam sobre as mudanças que vem ocorrendo nesta área de serviço. E. relata que antes era mais comum encontrar patrões que colocavam os empregados para comer nos fundos da casa, com seus próprios talheres, quando não, estes eram descartáveis e jogados fora após a refeição. Logo após ter feito a comida, a empregada saía de cena, enquanto os patrões serviam-se, a empregada esperava sua hora de comer lavando o quintal, lavando a roupa, ou outra atividade que preenchesse esse tempo.

O sentar-se à mesa até os dias de hoje ainda é símbolo desta relação entre empregados e empregadores. A comida aparece como um dos itens principais, e é objeto corrente na troca entre as duas partes, como já vimos em diversas entrevistas até aqui. O modo como isso ocorre, retrata um pouco como a empregada/diarista participa da intimidade da casa. O convite para sentar-se a mesa, comer da mesma comida que os patrões, mesmo quando aconteça em momentos diversos da refeição, parece uma quebra efêmera das hierarquias dentro da casa entre empregadores e empregados.

Essas mudanças nos tratos estão relacionadas ao modo como a família recebe a funcionária na casa, mas por mais que o contive para sentar-se à mesa hoje seja mais corriqueiro que antigamente, E. exalta que dentro da profissão há muita coisa a mudar, pois é um serviço que não acaba, sempre há algo que fica para ser feito no dia seguinte, pela quantidade de tarefas e tempo gasto.

Para Ad., o trabalho com a família a quem presta serviço no momento a reconhece quanto ao seu valor para a casa. A sua opinião enquanto empregada é ouvida, normalmente seus empregadores costumam sentar e conversar com ela, de modo que muitas vezes não é tratada como a empregada da casa. Ad. resume este tratamento em uma frase de sua

empregadora: “Ad., aqui você não é minha empregada, você é uma colaboradora! Você está colaborando com a gente!”.

O tratamento tem seus efeitos para Ad., pois trata-se de um reconhecimento da confiança depositado em sua pessoa. A entrevistada cita que isso tem um valor positivo, tanto para a relação com os empregadores quanto para a sua auto-estima, na casa ela foi incluída de tal forma que isso reflete em sua disposição para o trabalho.

O tratamento de “trabalhador” para “colaborador” foge de nossas discussões aqui propostas, mas acompanhando algumas discussões dentro da Sociologia do Trabalho, observamos que essa mudança também é sinal de uma gestão empresarial, que tira o peso histórico do conceito de “trabalhador” (lutas sindicais, mobilizações, direitos trabalhistas) e trata a empresa como uma sociedade aberta, mantida por “colaboradores”, respeitando uma visão hipoteticamente mais horizontal entre as partes.

E. também comenta que em seu antigo trabalho também recebia tratamento diferente, sua antiga empregadora a designava “a minha secretária!”. Mas tanto mãe quanto filha retratam que nos dias atuais, não são todos que reconhecem o valor de uma empregada/diarista na casa.

E. cita o exemplo de uma casa em que trabalhou, próximo ao bairro Aeroporto na cidade, e percebemos que, do mesmo modo como há desconfianças na questão dos furtos de empregadas/diaristas por parte de empregadores, há estranhamentos com certos hábitos de empregadores para empregadas:

E: Eu cheguei a trabalhar em uma casa, não ta com muito tempo não, foi numa casa lá no [bairro] “Colibri”, Ave Maria... A mulher saiu e me pediu pra lavar e passar pra ela, eu fui! Menino, ela não deixou uma janela aberta, deixou a comida e a água no fundo do quintal, que nem era coberto, era como uma lavanderia, só tinha cobertura em cima, dos lados não. Roupas, eu comecei a lavar roupa era 7h30, depois eu acabei era 15h da tarde, lavando e passando...lavando e passando...lavando e passando... fiquei o dia inteirinho com um copo de água e uma coisinha de comida assim. A casa toda trancada! E trabalhei já no Colibri, as mulher lá tinha já confiança em mim.

Logo após o ocorrido, E. comentou com colegas de trabalho sobre a forma como foi recebida na casa, e a confessaram que é um hábito comum da dona desta casa. Para E. a explicação para o ocorrido é que “Eles fazem errado, e tem medo que você faça na casa deles!”. Posteriormente acabou descobrindo que esta empregadora possuía em seu guarda-roupa pertences de hotéis, como toalhas de banho, sabonetes e utensílios de hospedagem. Em

resumo, a confiança que E. já possuía no bairro pelo contato com diferentes casas, não foi o bastante perante a desconfiança levantada pela dona da casa a qual passou por essa situação.

Este exemplo nos fez perceber que dentro do serviço doméstico existem também os “causos”, ou seja, episódios que retratam a rotina deste trabalho, seja cômico ou trágico. Iremos destacar aqui alguns dos comentados ao longo desta entrevista, tendo a consciência de que se partem de empregadas, possivelmente teriam outro tom caso fosse relatado por empregadores:

- 1) **E:** Ela [irmã de Ad.] ia pegar por mês, e acabou trabalhando por três dias! Diz que deu uma chuva, ela [patroa] pôs ela em uma capa e mandou ir lavar o quintal, janela, lavou tudo... Ai no outro dia ela foi, trabalhou mais dois dias... eu falei “Patrícia, sai desse serviço, o que você vai ganhar agüentando isso lá?”, ai ela foi pedir as contas e a mulher começou a jogar na cara dela que tinha sumido roupa, brinquedo de criança! E não pagou...
- 2) **E:** É...Se você vê, a gente não tinha juízo nenhum...A empregada...Isso eu lembro muito bem...Tinha uma escada que descia para sair lá na sala, e a empregada tava lavando o lustre trepada na escada, e eu a menina correndo e brincando, não derrubamos a empregada da escada? E ela quebrou o braço! (*Risos*) Isso eu não esqueço! Eu não consigo esquecer isso, ela caiu da escada e quebrou o braço. O marido dela [patroa] chegou e ligou pra ela e disse o que aconteceu...Mas nem mandou embora, eu [E.] fiquei bastante tempo ainda lá com eles...
- 3) **Ad:** É muito interessante a história da Cláudia [vizinha de Ad.], de Empregada Doméstica! Penou, hein? Só que é o seguinte, o patrão lá de cima da escada jogou o tênis lá embaixo, e ela lá de baixo jogou o tênis de volta nele...Ela era assim, foi um médico, muito sem educação...Ela começou muito cedo a trabalhar, que nem você mãe...Ela foi pra casa da patroa, e comeu tudo o chocolate, e a mulher mandou ela embora...e pra ela falar pra mãe dela? A mãe dela era muito brava...E nesse dia, a Cláudia ia receber o pagamentinho dela...ai ela ficou o dia inteiro na rua, depois disse pra mãe dela que ela não ia receber, e a mãe dela não foi falar com a patroa? Menino, mas apanhou tanto...
- 4) **E:** Sabe o que uma vez eu abri, eu era criança também, tinha uns 10 anos, eu tinha uma vontade... Foi Leite-Moça! Isso foi em Duartina. Eu via aquele monte, pensava “Que delícia!”, eu via aquela coisa na lata, eu falei “Eu vou abrir!” Ah! Mas eu comi a lata de leite condensado inteira, fiquei ruim, rapaz... Eu via os outros comerem mas eu não sabia que gosto tinha, eu falei “Eu vou é comer!” Ah! Mas quando ela [patroa] descobriu... E vê só, pra ela não descobrir eu escondi numa mangueira, era um quintal cheio de mangueira, ai pus na árvore...ai ela me mandou embora...
- 5) **E:** Outra vez meu pai [de E.] me arrumou um serviço logo que eu sai desse serviço dessa mulher, fazia uns 4 meses...E nesse hospital que meu pai trabalhava tinha uma cozinheira, que ela mexia com coisa não muito boa, sabe? E minha mãe disse “Se vai trabalhar!” e eu não queria. Só lembro que me levaram de bonde! Um lugar longe, longe e longe...Chegando lá, eu tinha que tomar conta de um netinho dela [patroa],

quando era noite – eu tinha que dormir lá e ia embora só uma vez só por semana – e ela me levou num lugar muito feio, umas pessoas com uns vestidos pretos, e passava e batia nas costas da gente, fizeram uma volta e puseram eu ali. Ai a hora que eu via aquilo eu queria correr, aí a empregada “Você não pode ir embora!”, e o homem descuidava e eu corria, e me colocavam de volta ali, aí eu fui descobrir que era o *Saravá*.

Todos esses episódios mostram faces desse trabalho visto por empregadas/diaristas. Retirando à parte o tom de acusação, a convivência nas relações do serviço doméstico exige o auto-controle, a anulação dos impulsos, desejos, da carga positiva ou negativa de emoção, do ódio, do apego e do afeto. O que vimos nos retratos de trabalhadoras domésticas enquanto personagens sem expressão até o capítulo 1, agora podem ser vistos como expressões de sujeitos singulares. Esses foram retratos de situações vividas no trabalho doméstico remunerado.

Mais ao final da entrevista comentamos sobre o mesmo trabalho feito em casa e fora, e Ad. comenta:

Ad: Muitas vezes, a gente cuida até melhor da casa do patrão do que da gente, porque o tempo que você passa na casa deles é mais do que o que você passa na sua casa. Ai você vê, você vai pensa em cuida da sua casa no final de semana, do seu jeito, né? Porque janela sempre foi limpa lá, a nossa não.

A retribuição com que os empregadores de Ad. dedicam ao seu trabalho também justifica essa diferença. Fazer o trabalho com “carinho” é parte dessa relação, o que nem sempre acontece com a sua própria casa por falta de tempo. Apesar das circunstâncias, tanto mãe quanto filha consideram os dois ambientes (a própria casa e a casa dos outros) como trabalhos semelhantes, porém reconhecidos de forma distinta.

Essa diferença, entre o trabalho doméstico remunerado e o não-remunerado, é sentido na divisão do trabalho doméstico na casa de empregadas/diaristas. Ad. mora com sua filha, e a brincadeira sincera de que ela se encontra em “prendas domésticas” revela que ambas mulheres compartilham os afazeres domésticos.

Já E. lamenta não ter a mesma ajuda no momento, e afirma ser o trabalho doméstico desvalorizado dentro de sua própria casa, assim como no de muitas empregadas/diaristas:

E: Até dentro da nossa casa! Pra você ver, meu marido – ela [Adriana] vai lá só pra discutir com o pai – é pedreiro, mas gosta de mexer em casa...mas eu acabo de limpar, ele vai mexer e eu aviso “Eu acabei de limpar!” e ele “Ué? E eu não posso mais mexer na minha própria casa?”. Sabe, eu falo é coisa que não dá valor... Agora vai na casa de um amigo, vê uma coisa fora do lugar, fala “Nossa! Eu não tenho coragem de comer na casa

de fulano!”. Então deveria dar valor dentro de casa, não é? Mas isso acontece dentro da própria família...

E. revela que, quando era mais jovem, o marido costumava ajudar em casa, mas conforme suas filhas foram crescendo tomou outra postura diante dessa responsabilidade, quando resgata a fala do marido *“Pra que eu vou fazer, se tem as meninas...”*

Portanto, é difícil desvincular trabalho doméstico de serviço, emprego ou outra conotação que designe essa atividade enquanto profissão remunerada. Há diferenças que os colocam em outro plano, mas falar sobre um sem o outro é tomar apenas uma parte do problema. O “custo” do serviço doméstico tem a ver com o valor do trabalho doméstico não-remunerado feito em casa. A questão da dupla ou tripla jornada de trabalho passa por esse reconhecimento e reflete como a divisão do trabalho doméstico é feito.

E: Pra você ver...Quantas vezes eu saía pra trabalhar, lavava roupa, e quando chegava em casa lavava roupa a noite, era 19h30 20h eu tava lavando roupa...Agora não, depois que elas foram crescendo não, né? Mas quando era pequenininha... E era uma cadeira assim, dessa altura pra passar...E criança suja, né?

Ainda sobre este tema, mãe e filha lembraram-se do marido de uma das irmãs de E. que também trabalha com limpeza, e que é exemplo de homem que compartilha da divisão do trabalho doméstico. Na fala de Ad. percebemos vários elementos que fogem de nossa primeira apreensão sobre o trabalho doméstico em campo quanto a gênero, raça e classe. O próximo parágrafo da entrevista retrata de forma sucinta os três elementos narrados por uma empregada doméstica:

Ad: Meu tio é um exemplo! Seu Zé!

E: Minha irmã, ela lava a louça do almoço! Mas da janta...ele que lava! Ele lava tudo, ele limpa o fogão, faz um cafezinho...

Ad: Melhor que mulher!

E: ...varre toda a frente da casa...Agora eles moram numa chácara, mas antes disso ele limpava toda a frente da casa deles...

Ad: E os meninos dele, era assim também! E ele ensinou!

Ad: E ele, na essa época que ele limpava a casa da minha tia, ela trabalhava, e ele trabalhava na Nestlé – mas era Ailiram na época -, então ele trabalhava à noite, minha tia saía de casa pra trabalhar de manhã e ele limpava a casa...a casa no Nova Marília o chão era vermelhão, ele encerava que parecia espelho, né mãe?

E: Ele ajudava muito...

Ad: Limpava, ia lá, comprava o pão pras crianças, fazia o café, ponhava a mesa, era uma mulher dentro de casa! Era impecável, né mãe?

Ad: E ele é preto, preto, preto, mas pensa numa pessoa limpa...muito limpa!

No campo teórico, gênero, raça e classe explicam muitos fatores sobre os índices da área de serviços domésticos, mas em campo a realidade dilui esses fatores em condições sociais dispare. A fala de uma mulher, branca, de classe popular, revela os signos com que define um ente familiar, operário, negro, homem, mas que possuía tantos atributos para a demanda doméstica quanto uma “mulher”.

Talvez essa fala sintetize a realidade cultural do trabalho doméstico. O homem quando assume um papel que é considerado enquanto responsabilidade feminina é elogiado como “*melhor que uma mulher*”. A divisão do trabalho doméstico aparece intacta ao reparar que o trabalho feito por este parente está no campo da “ajuda”, e não das responsabilidades de mais um dos membros da casa.

A cor, como elemento significativo nos índices do serviço doméstico, perpassa a fala da empregada doméstica ao contrastar “preto” e “pessoa limpa”. Esses e outros elementos levantados até aqui demonstram como a reprodução do que é a “doméstica” dentro da casa de empregadas e empregadores passa por significados que transcendem o tempo presente.

Neste sentido, é válido resgatar a história para entender esses valores e ajudar a interpretar os significados para esses símbolos, comportamentos e valores sem recorrer à escravidão como um palimpsesto, ou seja, um antigo documento que deu lugar à uma nova escrita sem perder suas estruturas.

3.5 Conclusões acerca das entrevistas

As entrevistas revelam mais sobre a condição do trabalho doméstico no presente, seja ele feito enquanto mensalista ou diarista. É na fala de empregadores que reconhecemos o valor externo que o trabalho doméstico possui para quem o necessita, enfatizamos a palavra “custo”, pois ela aparece com dois significados em seu conceito: enquanto valor financeiro a ser gasto com o serviço oferecido por terceiros, em sua maioria mulheres; e o valor simbólico, resultado de construções históricas e culturais sobre a profissão, a demanda doméstica, e o que já salientamos aqui como uma atividade que muitas vezes aparece como invisível aos olhos de quem não reconhece o trabalho doméstico como profissão.

Algumas falas foram deixadas em suspenso, como no caso da empregadora T., alguns termos como “só para fazer comida”, “*um* pano”, aparecem como usos da fala coloquial, ao mesmo tempo, identificam o lugar do trabalho realizado em sua casa por uma vizinha, caracterizado segundo sua fala como “ajuda”. O termo “ajuda” foi corrente nas entrevistas, a situação reverbera tanto sobre a visão de empregadores direcionados a empregadas, como contrário. As trocas materiais são símbolo dessa relação, mas para empregadas, ajudar também significa participar do trabalho doméstico, como vimos no caso da empregada Ar.

A “ajuda”, ao invés do profissionalismo e padrão de trabalho, contribui para a ideia flexível do serviço doméstico, segundo as falas dos entrevistados, quem oferece esse serviço – além da remuneração – precisa do amparo, da tutela de empregadores, já quem procura, não reconhece a debilidade em fazer todo o trabalho doméstico sozinho, mas antes, espera dar a oportunidade para outra pessoa receber uma remuneração ao assumir essa responsabilidade.

A extensão dessa visão sobre a profissão parece recair nas relações de longa convivência e intimidade no caso de empregadas mensalistas. Como vimos em alguns exemplos, durante a entrevista da empregadora L. e das empregadas Ad. e E., experiências de trabalho que variam de 20 a 30 anos de serviço em uma mesma casa. A expressão de que “faz parte da família” também é recorrente, porém fazer parte da família para empregadas tem um peso diferente para os demais membros da casa. No caso de diaristas, o vínculo não se estabelece como o trabalho de mensalistas, mas a procura por casas também recai sobre os laços com os empregadores conforme o tempo, a intimidade e o vínculo tem a ver com a caracterização do trabalho, dos hábitos, das escolhas, da liberdade e do respeito construído.

As entrevistas aparecem divididas entre empregadores e empregadas, mas podemos citar que entre a realidade de um e outro há uma lacuna de diferenças sociais já citadas neste texto. O que significa pertencer a uma “classe popular” é latente na fala da empregada H., as descrições sobre o local de habitação, as alternativas para o desemprego, e a aceitação de relações de trabalho degradantes caracterizam sua classe de maneira distinta de empregadores, e quando também, de seus próprios vizinhos.

Em conjunto com essas diferenças, raça e gênero também são levantados indiretamente nas entrevistas. As relações de poder sobre gênero, como aparece na fala de L., e sua naturalidade encontrada nos argumentos de M. revelam o esforço do pesquisador em ater-se nas entrelinhas, entender explicações que estão ancoradas em visões de mundo que guardam valores sociais e culturais. O fato de sempre ter empregados em casa é síntese dessa visão que exclui a ideia de trabalho doméstico compartilhado, a presença de empregadas domésticas no mercado de trabalho ancora essa situação, a manutenção desse ciclo está pautado na necessidade da renda por parte de empregadas, em contrapartida, está a remuneração oferecida por empregadores.

O quadro dessas trabalhadoras domésticas ainda é expressivo sobre os marcadores sociais quanto a gênero, raça e classe social, mas mesmo assim, podem ser usados como códigos de distinções por empregadas em seu meio social. Dessa maneira, pensamos que os usos sociais desses códigos possuem um peso fundamental sobre a sociedade como um todo, em especial sobre a história social do Brasil, sua formação dentro do período escravista, e como as distinções de cor ainda são latentes.

O momento de transição do trabalho doméstico de mensalistas para diaristas é sintoma de mudanças, mais preocupadas em questões econômicas do que direitos sociais. Não cremos que essa mudança deva atingir por completo a sociedade, há casas, como afirmou L. em que empregadores possuem condições econômicas de manter uma ou mais funcionárias responsáveis pelo trabalho doméstico, mas ao mesmo tempo, algumas questões familiares de ordem social tendem a questionar os papéis entre homens e mulheres, como salientamos no segundo capítulo. Como vimos durante a fala de mãe e filha, Ad. e E., o problema do “custo” do trabalho doméstico pode ser reproduzido mesmo na casa de empregadas domésticas.

O campo possibilitou perceber como algumas relações ainda são incisivas sobre o trabalho doméstico, os anos de trabalho, os termos categorizados para mudar o nome de “empregada doméstica”, a “ajuda” dos dois lados dessa relação de trabalho, indicam que a

proximidade de convivência desse trabalho faz da casa de empregadores e empregadas um espaço ainda distante de ser entendido para além esfera privada – pois acabam por também fazer parte das construções de gênero -, ele aparece nas falas dos entrevistados como um ambiente apto a considerações pessoais, mesmo quando o tema é uma categoria de trabalho profissional, o serviço doméstico, ou sobre a divisão sexual do trabalho, como trabalho doméstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos apresentar ao longo da dissertação diferentes enfoques sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil a partir de sua historicidade, e como base para o trabalho de campo, poder falar sobre as entrevistas realizadas na cidade de Marília (SP). O que podemos considerar até aqui é que a dificuldade encontrada em lidar com passado e presente muitas vezes nos coloca a obrigação de ser moderado nas analogias. O trabalho doméstico de hoje, seja ele feito na casa de empregadas domésticas, ou enquanto serviço, feito em “casas de família” possui traços que não cabem mais nas relações entre senhores e escravos do século XIX, apresentadas no primeiro capítulo.

Ao mesmo tempo, não vemos como refutada a hipótese quanto às construções históricas e sociais sobre relações no presente pautadas em valores e representações que remetem a questões do passado. Qual o intuito de persistir sobre essa hipótese?

Além de salientar os traços do trabalho doméstico na transição do regime de trabalho forçado escravista para o regime assalariado e livre, apresentamos alguns desdobramentos do processo de abolição da escravatura e a resistência de proprietários de escravos. A situação demonstra como o imaginário social e as representações que faziam sobre o cativo, as relações escravistas, e o poder de senhores sobre escravos passou a ruir conforme mudanças políticas e sociais, mas a cultura, como conjunto de valores que representam o imaginário social, parece ser o espaço dessas disputas temporais, entre períodos distintos e realidades diferentes.

O trabalho doméstico é um dos exemplos sobre esse campo simbólico, valores como saber fazer, ser responsável por, e entregar a manutenção de uma casa como produto de um trabalho passam pelo crivo dos valores culturais.

Neste sentido, as categorias analíticas raça e classe são significativas para falar sobre esse valor, mesmo que empregadores não utilizem esses termos, qualidade e disparidade social são exaltadas como atributos desse trabalho, e como um todo, apontamos caminhos para compreender os usos que a sociedade brasileira faz das construções de gênero quanto a divisão sexual do trabalho no ambiente doméstico e os significados dados ao trabalho doméstico.

A escolha pelo trabalho de campo que resultou em entrevistas foi o caminho mais esperado para que houvesse espaço para as opiniões, visões de mundo e modos de lidar com o trabalho doméstico atualmente.

Além dos empregadores, a fala de empregadas e diaristas aparece para situar esse discurso. Sabemos que há poucas oportunidades para empregadas e diaristas exporem suas opiniões em espaços como a academia, a ausência de um sindicato de empregadas domésticas também reduz a participação política e expressão efetiva deste grupo diante de questões mais coletivas. Aqui procuramos abrir esse espaço também, não apenas de “dar voz”, mas “dar ouvido” para essas questões.

Vimos um aspecto recente sobre essas relações, a dinâmica do trabalho doméstico relacionado às condições econômicas tem tornado mais precário a situação de empregadas que transitam para a flexibilidade da condição de diaristas, o campo e o presente demonstram essa realidade que deve ser acompanhada de perto para situar melhor como ocorre o serviço doméstico hoje.

A história das reminiscências da escravidão, como um período marcado pela mão de obra de escravos que serão os futuros trabalhadores no período republicano, nos faz lembrar que o valor que o trabalho tem perpassa sobre temporalidades distintas. A divisão do trabalho entre manual e intelectual, as relações patriarcais sobre gênero e as distinções de classe e cor são construções históricas de nossa sociedade, além desses aspectos, a organização familiar e as relações estabelecidas dentro dela passam por essas determinantes sociais.

Os criados, como exemplo maior sobre o vínculo entre membro da casa – agregado, e ao mesmo tempo constante empregado, a proximidade e intimidade tão forte dentro das relações entre empregadas/diaristas e empregadores, e o modo como a casa e a família divide as tarefas domésticas, são exemplos dessa história. As leis modificaram o campo do que é permissível legalmente, mas as condições econômicas de classe, estruturadas a partir das relações de cor e gênero, ainda são resolvidas por arranjos à brasileira e determinam o valor que o trabalho doméstico possui no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2010.

ARIËS, Phillippe. *História social da criança e da família*. 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AULETE, Caldas. *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. GEIGER, Paulo (org.). Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BAKOS, Margaret. Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 4, n. 7, PP. 94-104, mar. 1984.

BASSANEZI, Carla Pinsky. *Mulheres dos anos dourados*. In: Del Priore, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

BASTIDE, Roger & Fernandes, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Raça e gênero no mercado de trabalho*. In: ROCHA, Maria Isabel Baltarda. (org.) *Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

BILAC, Elisabete Dória. *Família: algumas inquietações*. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.) *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003. p. 29-38.

BRASIL. *Constituição (1988)*. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRITES, Jurema. *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do emprego doméstico*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

BRUSCHININI, Cristina. *Trabalho Doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?* *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v.23, n.2, p. 331-353, jul/dez. 2006.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?*. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CASEY, James. *A história da família*. São Paulo: Ática, 1992.

CORRÊA, Mariza. *Repensando a Família Patriarcal Brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil)*. In: ARANTES, Antonio A. [et al.] *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. p.13-38.

CUNHA, O. M. G. *Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição*. In: _____ e GOMES, F. S (Orgs.) *Quase-Cidadão: Histórias e Antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 377-418.

DAMATTA, Roberto. *A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DAVIS, David Brion. O problema da escravidão na cultura ocidental. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Mulheres sem história”. In: *Revista de História*, nº 114, Jan/Jun, 1983, PP. 31-45.

_____, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DIEESE. O Emprego Doméstico nos anos 2000. In: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômica. A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. São Paulo: DIEESE, 2012.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

FLEISHCER, Soraya Resende. Passando a América a Limpo: o trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachussets. São Paulo, Annablume, 2002.

FONSECA, Claudia. & RIZZINI, Irene. As meninas e o trabalho doméstico no Brasil. Aspectos históricos, culturais e tendências atuais. Organização Internacional do Trabalho. Escritório Regional para a América Latina e o Caribe. 2002.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 51ª ed. São Paulo: Editora Global, 2006.

GEERTZ, C. A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2012.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Proteção e Obediência: Criadas e seus Patrões no Rio de Janeiro 1860 – 1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUIMARÃES, Nadya. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. In: Cadernos Pagu (17/18) 2001/02: PP.237-236.

GUINZBURG, Carlo. Sinais - raízes de um paradigma indiciário. In: GUINSGURB, Carlo. Mitos, emblemas e sinais – Morfologia e História. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HAHNER, June. Mulheres da Elite – Honra e Distinção das Famílias. In: PINSKY, Carla BassaneziPinsky& PEDRO, Joana Maria (orgs.) Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

HASENBALG, Carlos Alfredo. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. tradução de Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Tradução de Fátima Murad.

_____, Helena. Gênero, Classe e Raça – Interseccionalidade e Consustancialidade das relações sociais. In: Tempo social, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOFES, Suely. Entre nós mulheres, elas as Patroas e elas as Empregadas. In ARANTES, Antonio A. [et al.] Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. p.183-192.

_____. Mulher, Mulheres: a relação entre patroas e empregadas domésticas. A identidade nas armadilhas da diferença e da desigualdade. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

MALUF, Marina. Ruídos da Memória. São Paulo: Editora Siciliano, 1995.

MARTINS, José de Souza. Capítulo 3. Do escravo ao assalariado nas fazendas de café, 1880-1914: a gênese do trabalhador volante. In: O Cativo da Terra. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MATOS, Maria Izilda & BORELLI, Andréa. Espaço Feminino no Mercado Produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria (orgs.) Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

MEDEIROS, Maria Alice de Aguiar. O elogio da dominação: relendo Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

MESGRAVIS, Laima. “O Viajante e a cidade (a vida no Rio de Janeiro através dos viajantes estrangeiros da primeira metade do século XIX). Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Livre Docente em História. São Paulo, 1987.

MESSIAS, Rosane Carvalho. Parte II. Da escravidão ao trabalho livre. In: O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: Mercado interno e mão de obra no período de transição – 1830 – 1888. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

MOTTA, José Flávio. Derradeiras Transações. O comércio de escravos nos anos de 1880 (Areias, Piracicaba e Casa Branca, Província de São Paulo). In: Almanack Braziliense. São Paulo, nº10, p. 147-163, nov. 2009.

MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. A Indústria no Oeste Paulista em face dos processos de reestruturação industrial - o caso de Marília. 1994. Tese de Mestrado, Geografia, Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente, 1994.

ORTNER, Sherry. “Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?” In: ROSALDO, Michelle e LAMPHIRE, Louise (Orgs.) A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PAIVA, Eduardo França. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Anna-blume, 1995.

PEDRO, Joana Maria & SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, Jaime. O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Unicamp, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. O Emprego Doméstico e Capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1978.

SALEM, Tânia. O Casal Igualitário: princípios e impasses. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 9, vol. 3. São Paulo: ANPOCS/Cortez, 1989.

SARTI, Cynthia. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.) A Família Contemporânea em Debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003. p. 39-50.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, Faculdade de Educação/UFRGS, v. 20, n. 2, p. 71-100, jul./dez. 1995.

SLENES, Robert. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, L. F.(org.). História da vida privada no Brasil: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 233 – 290.

SOUZA, Flávia. “*Para casa de família e mais serviços*”: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UERJ, 2009.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. O outro lado da Família Brasileira. (1765-1850). Campinas: Ed. Da Unicamp, 2004.

TELLES, Lorena Féres da Silva. Libertas entre sobrados: Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2011.

VIOTTI, Emília da Costa. Da Senzala à Colônia. Fundação Editora Unesp, São Paulo: 1997.

_____, Emília da Costa. Da Monarquia à República. Fundação Editora Unesp, São Paulo: 1998.

_____, Emília da Costa. Abolição. Fundação Editora Unesp, 2008.

ZALUAR, Alba. A Máquina e a Revolta. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

SITES

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

<<http://www.ibge.gov.br/>> Acessado em: 11/12/2016.

Planalto

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm>

Acessado em: 14/01/2017